



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS

++++++  
++++++  
++++++  
++++++  
+++

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

31 de dezembro de 2025

[sicoob.com.br](http://sicoob.com.br)

# Índice



Relatório da administração .....	7
Relatório do Auditor Independente .....	20
Balço Patrimonial Combinado .....	27
Demonstração do Resultado Combinado .....	29
Demonstração do Resultado Abrangente Combinado .....	30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Combinado .....	31
Demonstração dos Fluxos de Caixa Combinado .....	33
Nota 1 – Contexto operacional.....	34
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis combinadas .....	34
2.1. Elaboração das demonstrações contábeis combinadas e declaração de conformidade .....	34
2.2. Mudanças em Leis, normas e demais regulamentações aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil .....	35
2.2.1. Mudanças em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 .....	35
2.2.2. Apresentação comparativa das demonstrações contábeis combinadas .....	36
2.3. Segregação entre curto e longo prazos (circulante e não circulante).....	36
2.4. Aprovação das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob .....	37
2.5. Critérios utilizados na combinação dos saldos .....	37
2.6. Entidades do Sicoob consideradas nas demonstrações contábeis combinadas .....	37
2.7. Participação das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e fundos de investimento combinados:.....	39
2.8. Movimentação de cooperativas .....	44
2.8.1. Incorporação de cooperativas .....	44
2.8.2. Migração de cooperativas .....	45
2.8.3. Filiação de cooperativas .....	45
2.8.4. Desfiliação de cooperativas .....	45
2.9 Eliminações entre entidades do Sicoob.....	45
2.10. Eventos subsequentes .....	45
2.11. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros .....	46
2.11.1. Adoção da Resolução CMN nº 5.185/2024 – Informações relativas às divulgações no âmbito do ESG .....	46
2.11.2. Adoção das Resoluções CMN nº 5.252/2025 e BCB nº 513/2025 – Mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade .....	46
2.11.3. Reforma Tributária.....	47
2.11.4. Resolução CMN nº 5.259/2025 .....	47
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	48
3.1. Estimativas contábeis .....	48
3.2. Instrumentos financeiros .....	48
3.2.1. Classificação dos instrumentos financeiros .....	48
3.2.2. Mensuração dos instrumentos financeiros .....	49
3.2.3. Valor justo dos instrumentos financeiros:.....	49
3.2.4. Reclassificação dos instrumentos financeiros.....	50
3.2.5. Baixa (desreconhecimento/ <i>Write-off</i> ) de instrumentos financeiros.....	50
3.3. Apuração do resultado .....	50
3.4. Moeda estrangeira .....	50
3.5. Moeda funcional e de apresentação .....	50
3.6. Caixa e equivalentes de caixa .....	50
3.7. Instrumentos financeiros derivativos .....	50
3.8. Método de taxa de juros efetiva (TJEO) .....	51
3.9. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito .....	51
3.9.1. Visão geral .....	51
3.9.2. Classificação em estágios.....	52
3.9.3. Aumento significativo no risco de crédito.....	52
3.9.4. Cálculo da perda esperada .....	52
3.9.5. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito .....	53
3.10. Investimentos.....	54
3.11. Imobilizado.....	54

# Índice



3.12. Intangível.....	54
3.13. Teste de <i>impairment</i> (redução ao valor recuperável de ativos).....	54
3.14. Arrendamentos financeiros .....	54
3.15. Demais ativos circulantes e não circulantes .....	55
3.16. Depósitos.....	55
3.17. Obrigações por operações compromissadas .....	55
3.18. Obrigações por empréstimos e repasses.....	55
3.19. Benefícios a Empregados – Previdência Complementar .....	55
3.20. Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos .....	55
3.21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais .....	56
3.22. Demais passivos circulantes e não circulantes.....	56
3.23. Transações entre partes relacionadas.....	56
3.24. Pronunciamentos técnicos – CPCs.....	56
3.24.1. Resolução CMN nº 3.823/2009   Resolução BCB nº 9/2020 .....	57
3.24.2. Resolução CMN nº 3.989/2011.....	57
3.24.3. Resolução CMN nº 4.818/2020   Resolução BCB nº 2/2020 .....	57
3.24.4. Resolução CMN nº 4.877/2020   Resolução BCB nº 59/2020 .....	57
3.24.5. Resolução CMN nº 4.924/2021   Resolução BCB nº 120/2021.....	57
3.24.6. Resolução CMN nº 5.101 /2023   Resolução BCB nº 178/2022.....	57
Nota 4 – Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025 .....	57
Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa.....	58
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez mensuradas ao custo amortizado .....	58
6.1. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez.....	58
6.2. Classificação das aplicações interfinanceiras de liquidez por estágio.....	58
6.3. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito das aplicações interfinanceiras de liquidez por estágios.....	58
6.4. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez.....	58
Nota 7 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	59
7.1. Composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	60
7.1.1. Títulos e valores mobiliários vinculados a garantias.....	61
7.2. Valor de custo e de mercado dos títulos e valores mobiliários .....	61
7.3. Classificação dos títulos e valores mobiliários por estágios.....	61
7.4. Movimentação dos títulos e valores mobiliários por estágios.....	61
7.5. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito dos títulos e valores mobiliários por estágios .....	61
7.6. Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	62
7.7. <i>Hedge accounting</i> .....	62
7.8. <i>Hedge</i> gerencial.....	63
Nota 8 – Depósitos compulsórios no Banco Central.....	63
8.1. Composição dos depósitos compulsórios .....	63
8.2. Resultado das aplicações compulsórias .....	63
Nota 9 – Operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento mensuradas ao custo amortizado .....	64
9.1. Composição da carteira de operações de crédito .....	64
9.1.1. Classificação da carteira de operações de crédito por estágios .....	64
9.1.2. Concentração das operações de crédito .....	64
9.1.3. Composição da carteira de operações de crédito por setor de atividade e prazo de vencimento .....	64
9.1.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito .....	64
9.1.5. Composição das perdas associadas ao risco de crédito das operações de crédito por estágios .....	64
9.1.6. Operações de crédito renegociadas .....	65
9.2. Composição das operações com características de concessão de crédito .....	65
9.2.1. Composição das operações com características de concessão de crédito por estágios .....	65
9.2.2. Concentração das operações com características de concessão de crédito.....	65
9.2.3. Composição das perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações com características de concessão de crédito por estágios .....	65
9.3. Composição de transações de pagamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento mensurados ao custo amortizado.....	65

# Índice



9.3.1. Classificação das transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento por estágios .....	66
9.3.2. Concentração da carteira de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento.....	66
9.3.3. Composição das perdas esperadas das transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento por estágios .....	66
9.3.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento.....	66
9.4. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento .....	66
9.4.1. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações de crédito.....	67
9.4.2. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações com características de concessão de crédito .....	67
9.5. Carteira de crédito ampliada .....	68
9.5.1. Composição da carteira de crédito bruta ampliada em estágios.....	68
9.5.2. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito das operações de crédito e com características de concessão de crédito por estágios – carteira ampliada .....	68
9.5.3. Movimentação da carteira ampliada de crédito por estágios.....	69
9.5.4. Consolidação dos 3 estágios da carteira de crédito ampliada .....	69
9.5.5. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito por estágios .....	70
9.5.6. Consolidação dos 3 estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito .....	70
9.6. Resultado de operações de crédito .....	71
9.7. Resultado das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	71
Nota 10 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado .....	71
10.1. Composição outros ativos financeiros .....	71
10.2. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros ativos financeiros .....	71
Nota 11 – Outros ativos .....	72
Nota 12 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos .....	72
12.1. Composição dos créditos tributários .....	72
12.1.1. Composição dos ativos fiscais diferidos.....	72
12.1.2. Composição dos passivos fiscais diferidos .....	72
12.2. Movimentação dos créditos tributários.....	73
12.3. Expectativa de realização dos créditos tributários.....	73
Nota 13 – Investimentos em participações em coligadas, controladas e outros .....	74
Nota 14 – Imobilizado.....	74
Nota 15 – Intangível.....	74
Nota 16 – Depósitos.....	75
16.1. Composição dos depósitos ao custo amortizado.....	75
16.1.1. Concentração dos depositantes.....	75
16.2. Despesas de depósitos.....	75
Nota 17 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares mensurados ao custo amortizado.....	75
17.1. Composição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares .....	75
17.2. Despesas de operações de recursos aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares.....	76
Nota 18 – Obrigações por operações compromissadas mensuradas ao custo amortizado .....	76
18.1. Composição das obrigações por operações compromissadas.....	76
18.2. Despesas de captações no mercado aberto .....	76
Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses mensurados ao custo amortizado.....	77
19.1. Composição das obrigações por empréstimos e repasses .....	77
19.2. Despesas de obrigações por empréstimos e repasses.....	77
Nota 20 – Transações de pagamento mensuradas ao custo amortizado .....	77
Nota 21 – Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado .....	78
21.1. Passivo de arrendamento – arrendatário.....	78
21.2. Despesas de arrendamento – arrendatário .....	78
21.3. Outros.....	78
Nota 22 – Provisões para contingências e obrigações legais.....	78
22.1. Contingências.....	78

# Índice



22.1.1. Ações judiciais classificadas como “risco de perda provável” .....	79
22.1.2. Depósitos judiciais e provisões para contingências .....	79
22.1.3. Movimentação das provisões para contingências .....	79
22.1.4. Movimentação das provisões para contingências .....	79
22.1.5. Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos.....	79
22.1.6. Contingências classificadas como “risco de perda possível” .....	79
22.1.7. Montante das contingências classificadas como “risco de perda possível” .....	80
22.2. Garantias financeiras prestadas .....	80
Nota 23 – Obrigações fiscais, correntes e diferidas .....	80
Nota 24 – Outros passivos .....	81
24.1. Obrigações sociais e estatutárias.....	81
24.2. Obrigações fiscais e previdenciárias .....	81
24.3. Outras obrigações.....	81
Nota 25 – Patrimônio líquido .....	82
25.1. Capital social.....	82
25.1.1. Aumento de capital .....	82
25.1.2. Devoluções/restituições de capital .....	82
25.1.3. Estorno de capital.....	82
25.2. Reservas de capital .....	82
25.3. Reservas de lucros .....	82
25.4. Dividendos .....	82
25.5. Juros sobre o capital próprio .....	83
25.6. FATES – Fundo de assistência técnica, educacional e social .....	83
25.7. Perdas apuradas .....	83
25.8. Lucro líquido (após os juros sobre o capital próprio).....	83
25.9. Outros resultados abrangentes.....	83
25.10. Aprovação das destinações nas cooperativas.....	83
25.11. Participação dos não-controladores .....	83
25.12. Saldos das cooperativas incorporadas .....	84
25.13. Saldos das cooperativas desfiladas .....	84
Nota 26 – Receitas operacionais .....	84
26.1. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias.....	84
26.2. Outras receitas operacionais.....	84
Nota 27 – Despesas operacionais .....	84
27.1. Despesas de pessoal.....	84
27.2. Despesas administrativas .....	85
27.3. Despesas tributárias .....	85
27.4. Outras despesas operacionais .....	85
27.5. Resultado não-operacional.....	85
Nota 28 – Transações com partes relacionadas.....	86
28.1. Subsidiárias do Banco Sicoob .....	86
28.2. Entidades integrantes do Sicoob.....	86
28.3. Fundos de investimento combinados .....	87
28.4. Remuneração paga aos administradores .....	87
28.5. Transações com administradores .....	87
Nota 29 – Outras informações .....	87
29.1. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira .....	87
29.2. Seguros (não auditado).....	87
29.3. Benefícios a empregados – previdência complementar .....	87
29.4. Participação nos lucros e resultados.....	88
Nota 30 – Limites operacionais – Acordo de Basileia.....	88
Nota 31 – Gerenciamento centralizado de riscos e de capital do Sicoob.....	88
31.1. Gerenciamento de riscos .....	88
31.1.1. Risco operacional .....	88
31.1.2. Risco de crédito.....	89

# Índice



31.1.3. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros .....	89
31.1.4. Risco de liquidez.....	90
31.1.5. Riscos social, ambiental e climático .....	91
31.1.6. Risco cibernético .....	92
31.2. Gestão de continuidade de negócios .....	92
31.3. Gerenciamento de capital .....	93
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob .....	94

---

Aos administradores e cooperados do Sicoob,

Apresentamos as demonstrações contábeis combinadas de 31 de dezembro de 2025, do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, com os destaques relativos ao seu desempenho e os eventos que tiveram repercussão relevante no exercício.

## Cenário Macroeconômico

---

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento estimado de 2,3%, sustentado principalmente pelo desempenho do setor de serviços e pela resiliência do consumo das famílias, favorecidos por um mercado de trabalho aquecido. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 5,6%, enquanto a massa real de rendimentos avançou 5,5%, contribuindo para a sustentação da demanda. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, acima da meta, refletindo pressões persistentes nos serviços, em especial os intensivos em mão de obra. Diante desse cenário, a política monetária permaneceu restritiva, com a taxa Selic em 15,0% ao final do período. No campo fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de 0,5% do PIB, com a dívida líquida atingindo 67,4% do PIB e a dívida bruta aproximando-se de 79,7% do PIB, evidenciando a fragilidade estrutural das contas públicas. No setor externo, a balança comercial encerrou o ano com superávit de US\$ 68,3 bilhões, ainda elevado, mas inferior ao observado em 2024.

Para 2026, as projeções indicam desaceleração da atividade, com crescimento do PIB estimado em 1,6%, refletindo menor impulso da agropecuária e investimentos mais contidos, em um ambiente de crédito ainda seletivo. A inflação deve recuar marginalmente para 4,1%, permanecendo acima da meta, o que justifica uma flexibilização monetária cautelosa, com expectativa de redução gradual da Selic ao longo do ano, encerrando 2026 em torno de 12,5%. O mercado de trabalho tende a perder fôlego, com taxa de desemprego média projetada em 6,3% e crescimento mais moderado da massa de renda (3,5%). No âmbito fiscal, o déficit primário deve se ampliar para cerca de 0,7% do PIB, com avanço da dívida líquida para 71,2% do PIB, mantendo o tema fiscal como um dos principais vetores de risco. No setor externo, projeta-se redução do superávit comercial para US\$ 62,2 bilhões, em um contexto de desaceleração global e preços internacionais de commodities menos favoráveis. Assim, 2026 se configura como um ano de crescimento moderado, elevada sensibilidade ao ambiente político-eleitoral e desafios relevantes para a política fiscal e macroeconômica.

## O Sicoob

---

O Sicoob integra o Sistema Financeiro Nacional e posiciona-se entre os maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9.510.877 cooperados e 4.727 pontos de atendimento, distribuídos em todo o território nacional.

Sua estrutura é composta por cooperativas financeiras e empresas de apoio que, de forma integrada, disponibilizam aos cooperados um portfólio completo de produtos e serviços, incluindo conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária e aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros.

Diferentemente das instituições bancárias tradicionais, o Sicoob é um sistema de cooperativas financeiras, na qual os usuários também são seus proprietários. Nesse modelo, os resultados auferidos são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, sendo parte desses recursos destinada, ainda, ao desenvolvimento de iniciativas e projetos de caráter comunitário.

## Classificação Fitch Ratings

---

O Sicoob manteve a classificação de crédito “Triple A” (AAA) pela Fitch Ratings, conforme dados de outubro de 2025. A manutenção dessa nota representa o mais alto nível de confiança atribuído por uma das principais agências globais de classificação de risco e reflete a solidez financeira, a eficiência na gestão e o compromisso institucional do Sicoob, reforçando sua credibilidade junto aos cooperados e ao mercado.

A estabilidade do rating é sustentada pelos sólidos indicadores financeiros da instituição, pela qualidade de seus ativos e pela consistência na gestão de riscos, além de evidenciar a resiliência de seu ambiente operacional. A Fitch também destacou o modelo cooperativo como um diferencial estratégico, capaz de impulsionar o

crescimento, garantir a captação estável de depósitos e fortalecer a geração de receitas. A análise considerou, ainda, aspectos como liquidez, governança e a robusta capacidade de gestão de riscos.

Com a classificação “Triple A”, o Sicoob consolida sua posição entre as principais instituições do mercado financeiro, resultado de estratégias eficazes de gestão de capital e mitigação de riscos. Esse desempenho assegura sua capacidade de adaptação, inovação e atendimento às crescentes demandas de um cenário cada vez mais competitivo.

O relatório completo com as análises do Sicoob está disponível no site da Fitch Ratings.

## Desempenho

### a. Ativos totais

Os ativos totais em 31 de dezembro de 2025 alcançaram R\$ 430,0 bilhões – crescimento de 19,5% em relação a 31 de dezembro de 2024. O aumento foi impulsionado principalmente pelas operações de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez.

### b. Carteira de crédito

A carteira de crédito líquida de provisão atingiu R\$ 200,6 bilhões, representando aumento de 10,4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024. Os empréstimos e títulos descontados cresceram 10,2% em relação ao mesmo período, totalizando R\$ 125,3 bilhões. Os financiamentos somaram R\$ 28,0 bilhões, com incremento de 1,70% em relação a 31 de dezembro de 2024. As operações de financiamentos rurais e agroindustriais encerraram o ano de 2025 com saldo de R\$ 61,7 bilhões, apresentando crescimento de 19,2% em relação a dezembro de 2024.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito registraram aumento de 28,1%, totalizando R\$ 15,7 bilhões. Esse crescimento reflete, principalmente, os efeitos decorrentes da implantação da Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterou a metodologia de cálculo das perdas esperadas. Os ajustes decorrentes dessa mudança foram registrados em 1º de janeiro de 2025, em conta do patrimônio líquido de sobras acumuladas, no montante de R\$ 1,26 bilhões líquido dos efeitos fiscais, correspondente ao efeito da adoção inicial da norma.

### c. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2025 com 13,77 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 18,41% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 131,03 bilhões. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 83,58 bilhões.

### d. Operações de adquirência

A adquirência, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2025 um aumento de 22,45% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag.

Com o aumento de estabelecimentos ativos na base, houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 81,91 bilhões.

### e. Carteira de crédito ampliada

A carteira de crédito ampliada, que considera, ainda, as operações de transações de pagamento (cartão de crédito e adquirência), as Cédula de Produto Rural Financeira – CPRF, avais e fianças honrados, devedores por compras de valores e bens e outros títulos com características de concessão de crédito, totalizou R\$ 247,4 bilhões em 31 de dezembro de 2025, líquida de provisão para perda associada ao risco de crédito. O crescimento foi de 26,20% em relação a 31 de dezembro de 2024. A Composição da carteira ampliada está apresentada na nota explicativa 9.5.

#### **f. Captações – Depósitos, LCA e LCI**

Com relação às captações no período, os depósitos totais contabilizaram R\$ 266,9 bilhões – crescimento de 15,8% comparados aos R\$ 230,5 bilhões registrados no final do exercício anterior. Este resultado evidencia a elevada confiança dos cooperados na gestão do Sistema. No período, destaque para os depósitos a prazo (RDC), com alta de 18,5%, passando de R\$ 152,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 181,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025. Os depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito rural apresentaram alta de 46,9%, passando de R\$ 8,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 12,8 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Por fim, as captações com letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário apresentaram aumento de 53,1%, passando de R\$ 34,1 bilhões em dezembro de 2024 para R\$ 52,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025. Destaque para as captações em LCA que totalizaram R\$ 51,1 bilhões no período, apresentando crescimento de 61,0%.

#### **g. Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido totalizou R\$ 62,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025, apresentando crescimento de 15,1% em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelos acréscimos de capital social e pela apuração dos resultados e sobras no ano de 2025. No mesmo período, o retorno médio anualizado do lucro líquido foi de 17,73% sobre o patrimônio líquido médio.

#### **h. Sobras (lucro líquido)**

As sobras (lucro líquido), já deduzidas dos juros sobre o capital próprio, totalizaram R\$ 7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 22,3% quando comparadas a R\$ 6,3 bilhões registradas no mesmo período do ano anterior.

## **Cumprimento das disposições sobre política de equidade previstas na Lei nº 15.177/2025**

O Sicoob reafirma seu compromisso com a promoção da diversidade e da inclusão, valores intrínsecos à sua cultura cooperativista. Em linha com esse princípio, a instituição busca construir relações pautadas na justiça e no respeito, promovendo um ambiente que assegure igualdade de oportunidades e tratamento equitativo para todas as pessoas.

Nesse contexto, os processos de gestão de pessoas são orientados pelo princípio da equidade salarial. O Sicoob realiza continuamente pesquisas, análises e estudos de mercado com o objetivo de embasar suas práticas e aperfeiçoar suas políticas internas, contribuindo para a promoção da equidade de gênero e raça. Essas iniciativas são conduzidas em conformidade com as diretrizes e exigências estabelecidas pela legislação brasileira.

## **Crescimento de cooperados**

No segundo semestre de 2025, o quadro associativo do Sicoob apresentou crescimento de aproximadamente 5%, com a adesão de mais de 503 mil novos cooperados, totalizando 9.510.877 associados. Esse desempenho reforça o aumento do interesse da sociedade por alternativas ao sistema bancário tradicional. Destaca-se que os cooperados Pessoas Jurídicas representam 19,82% do total, alcançando 1.885.115 associados.

O Sicoob disponibiliza aos seus cooperados uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, composta por 4.727 agências distribuídas em 2.486 municípios. Cabe mencionar que, em 423 cidades o Sicoob é a única instituição financeira com pleno atendimento ao público em geral (dependências confortáveis, funcionando de segunda a sexta-feira, dispendo de todos os produtos e serviços e com atendimento pessoal). Também, estão disponíveis 7.989 Postos de Atendimento Eletrônico (PAEs) próprios e mais de 26 mil máquinas compartilhadas (Rede Banco24Horas e Saque e Pague).

Adicionalmente, o processo de abertura de contas foi aprimorado e disponibilizado por meio de canais digitais, proporcionando maior agilidade e eficiência. As novas associações passaram a contar com um fluxo simplificado,

reduzindo o intervalo entre a manifestação de interesse e a efetiva utilização da conta. Como resultado, no exercício de 2025, foram registradas aproximadamente 584 mil novas associações por meio dos canais digitais.

## O Sicoob e a Evolução do Cooperativismo em Escala Digital

O ano de 2025 marcou a consolidação de um novo patamar para o Sicoob e o cooperativismo financeiro brasileiro. Em um ambiente de intensa transformação regulatória, avanço tecnológico acelerado e crescente competitividade no sistema financeiro nacional, o Sicoob não apenas acompanhou o movimento do mercado, como também ampliou sua escala, fortaleceu sua estrutura e elevou sua maturidade digital.

Para ampliar a participação de mercado, potencializar negócios, mitigar riscos, melhorar a eficiência operacional, gerar impactos positivos nas comunidades e expandir a base de cooperados, o Sicoob deu continuidade à execução do Pacto Sistêmico de Estratégia 2024–2027 e avançou na adoção da metodologia OKR, com foco no alinhamento dos times multidisciplinares e no alcance dos objetivos-chave do negócio.

Em linha com o Pacto Sistêmico de Estratégia, o Plano de TI foi estendido até 2027, com a missão de utilizar inteligência artificial para aprimorar a experiência dos cooperados e apoiar a melhoria da eficiência operacional.

Em 2025, foram processadas mais de 49,3 bilhões de transações de negócios totais na Plataforma de Serviços Financeiros do Sicoob (SISBR) contabilizando aquelas realizadas nos canais de atendimento, na retaguarda (backoffice), na emissão (cartões) e na operação de aquisição (Sipag 2.0). Os canais digitais foram responsáveis por 98% das transações financeiras realizadas, sendo 90% desse montante feitas pelos cooperados no SuperApp, atualmente o principal canal transacional do cooperado. Observamos um decréscimo de 28% das transações realizadas nos canais presenciais, ao passo em que houve incremento de 20,21% nos canais digitais. Em volume financeiro, foram transacionados mais de R\$ 3,72 trilhões nos canais de atendimento.

## Linhas de Negócio

No crédito, principal linha de negócio do Sicoob, foram criadas 6.907 novas linhas ao longo do ano. Destaca-se o Consignado Trabalhador, que vem se consolidando como uma relevante oportunidade para o avanço da concessão de crédito a pessoas físicas no Sicoob. O crédito voltado para o agronegócio exigiu uma dedicação plena dos times de tecnologia e operações em adaptações no Sisbr para viabilizar a nossa operação no Plano Safra 2025/2026.

As soluções Astec Digital e Sicoob Expo consolidaram-se como importantes inovações, tanto na elaboração de projetos com integração direta ao Sisbr quanto na captação de novos negócios em feiras e exposições.

Outra novidade foi a solução para distribuição das propostas de crédito que tem possibilitado às cooperativas gerenciar a distribuição das propostas a nível de usuário, para todos os produtos que tramitam pela Plataforma de Crédito, oferecendo uma visão do andamento e tempo de análise das propostas nas fases de estudo, análise técnica e liberação no fluxo de crédito.

As cooperativas têm disponível atualmente 72.918 linhas com possibilidade de concessão nas Plataformas de Crédito. Em 2025 atingimos o marco de 19 milhões de operações de crédito liberadas, sendo 7,09%, ou 1.413.435, nos canais digitais, totalizando um volume de recursos liberados na ordem de R\$ 188 bilhões.

O crédito, no Sicoob, não é apenas instrumento financeiro, é um vetor de desenvolvimento regional e prosperidade compartilhada.

Em relação às soluções de investimentos, disponibilizamos o novo módulo de poupança no Sisbr 3.0 que permitiu a captação dos recursos diretamente no livro das cooperativas, gerando ganhos de eficiência tributária. Lançamos o RDC Especial que permite às cooperativas lançar o depósito cooperativo com incentivos visando inclusive a captação de novos cooperados. Chegamos ao final do ano com mais de R\$ 227,4 bilhões na carteira de Renda Fixa do Sicoob.

## Canais de Atendimento

Criamos o Novo Internet Banking, acessado por meio de browsers (navegadores), possibilitando que nossos cooperados pessoas físicas e jurídicas passassem a utilizar uma solução mais moderna na web para realizar suas transações e a gestão completa da sua vida financeira. Assim, aposentamos o antigo “Sicoobnet Empresarial”, racionalizando recursos, custos e oferecendo uma solução atualizada.

O Portal Developers também foi incrementado com novos serviços de APIs, ampliando o portfólio da solução e possibilitando a integração dos cooperados pessoas jurídicas de forma fluída bem como a geração de novos negócios. No ano contabilizamos mais de 2,6 bilhões de chamadas às APIs de conta corrente, poupança, investimentos, pix (recebimentos e pagamentos), cobrança bancária, arrecadação de convênios, envio de teds e iniciação de pagamentos (ITP), sendo o novo canal já responsável por quase 12% das transações do Sicoob. Além disso, contamos com 128 parceiros homologados sistemicamente pelo CCS com os quais nossos cooperados já podem se integrar diretamente.

Continuamos os aprimoramentos e evoluções da plataforma de atendimento digital possibilitando a gestão completa do atendimento robotizado e humanizado, desde as interações do cooperado por meio do canal WhatsApp ou pela Alice no SuperApp, bem como solução de backoffice no Sisbr 3.0 para o gerenciamento dos atendimentos e performance dos atendentes.

Lançamos também o novo app Sisbr, disponibilizado diretamente nas lojas virtuais, em substituição ao Sisbr 2.0 Mobile, trazendo ganhos de experiência para os funcionários das cooperativas.

O MOOB, utilizado pelas cooperativas para a realização das assembleias para prestação de contas, divulgação de resultados e votação de temas, vem a cada ano se consolidando como o canal institucional de comunicação digital das cooperativas com os cooperados, sendo responsável por 888 assembleias digitais, com 393.741 votantes e 1.435.589 votos computados em 2025. No ano que passou inovamos ao disponibilizar o processo de votação também no SuperApp que foi responsável por mais de 70% da participação dos cooperados.

Continuamos o processo de revisão de todas as partes de negócio dos produtos e a consolidação dos diversos aplicativos no SuperApp Sicoob com o objetivo de melhorar ainda mais a experiência dos cooperados na utilização do principal canal transacional do Sicoob. Com isso, observamos a ampliação da nota de avaliação do app na loja virtual Apple Store (4.9), a manutenção na loja Google Play (4.8) e novamente obtivemos um importante reconhecimento de mercado: **o aplicativo da nossa instituição foi agraciado como o melhor do país no Prêmio Banking Transformation na categoria Banking Anywhere & beyond banking.**

## Meios de Pagamentos e Recebimentos

Em novembro de 2025 o PIX completou 5 anos de operação no país e consolidou-se como a forma de pagamento mais utilizada pelos brasileiros. De acordo com o Bacen, em sua pesquisa “O Brasileiro e sua Relação com o Dinheiro”, o Pix também superou as transações com dinheiro em espécie.

No Sicoob, encerramos 2025 com 2,5 bilhões de PIX enviados e recebidos, correspondendo a R\$ 2,4 trilhões transacionados, um crescimento de mais de 30% em relação a 2024, tanto no volume transacional quanto financeiro.

O Bacen divulga mensalmente o índice de cumprimento de SLA (*Service Level Agreement* – Acordo de Nível de Serviço em português) na operação Pix de todas as instituições financeiras participantes, chamado IGA (Índice Geral de ANS) sendo atribuído ao Sicoob pelo seu porte, o valor de referência de 86,00%, entretanto atingimos a marca de 100% em dezembro de 2025, demonstrando a estabilidade dessa operação que é bastante crítica.

A adquirência é uma importante linha de negócio para o Sicoob e, a sua operação viabilizada pela Sipag 2.0 vem se consolidando após o processo de internalização que exigiu a revisão integral do produto, tecnologias, processos e abordagem comercial visando oferecer um produto de qualidade principalmente às pequenas e médias empresas cooperados.

Passada a fase inicial de implantação da Sipag 2.0, o CCS vem se empenhando em homologar soluções de gestão empresarial (ERPs) do mercado que passaram a ser embarcadas nas nossas maquininhas, com total integração

às transações de crédito/débito e pix, apoiando empresas cooperadas dos segmentos de postos de combustíveis, restaurantes e lanchonetes.

Em 2025, atingimos o marco de mais de 400 mil maquininhas ativas em operação, processamos 973 milhões de transações e nosso faturamento superou a marca de R\$ 78 bilhões ante R\$ 56,6 bilhões em 2024, um crescimento de 38%, ampliando a geração de receita e fortalecendo a presença das cooperativas no varejo nacional.

## Robustez Tecnológica para Operar Grandes Números

Para propiciar o crescimento dessa magnitude, a base tecnológica evoluiu de forma estruturante.

Foram incorporados **4 petabytes adicionais de armazenamento**, ampliado em **18,8% a capacidade energética do datacenter** e modernizado o ambiente de processamento com os novos **mainframes IBM z17** (mais modernos da categoria), elevando capacidade, eficiência energética e poder de processamento. As soluções de rede de comunicação e balanceamento de carga entre os 2 sítios de processamento foram ampliadas e modernizadas.

Nosso direcionamento estratégico passa por disponibilizar uma infraestrutura robusta para sustentação do Sisbr, com arquiteturas distintas no core bancário e nos meios de pagamento e recebimento de forma a não criar dependência de um único fabricante. As soluções críticas do core bancário continuam on-premises em servidores de processamento IBM – Mainframe e Intel nos 2 datacenters sob a gestão do CCS, tendo adições de cargas em nuvem para escalabilidade em dias de pico. O mesmo ocorre com os meios de pagamento e recebimento que são sustentados por tecnologia Oracle tanto em servidores de bancos de dados quanto processamento. O ambiente analítico já foi 100% migrado para o ambiente de nuvem utilizando nosso principal parceiro AWS (Amazon Web Services).

A reestruturação estratégica da Rede **MultiSicoob** — presente em mais de **2.400 municípios e 4.700 pontos físicos** — gerou economia anual estimada em **R\$ 10,5 milhões às cooperativas**, reforçando eficiência sistêmica.

Seguindo a estratégia ESG do Sicoob, **100% da energia consumida pelo datacenter CCS é proveniente de fontes renováveis**. Com a migração para o mercado livre de energia, **economizamos R\$ 1,4 milhões em 2025**.

Os esforços dos times na melhoria dos processos, gerenciamento de problemas e tempestividade na resolução de incidentes, aliado aos investimentos constantes realizados em tecnologia resultaram em uma experiência mais ágil, segura e confiável para as cooperativas e cooperados. Nossos principais indicadores de resiliência cibernética, apurados durante os 365 dias de 2025, superaram as metas estabelecidas no acordo de níveis de serviço (SLAs) com as cooperativas. O indicador de disponibilidade alcançou a marca de 99,899% (meta: 99,20%), o desempenho atingiu 99,060% (meta: 96,00%) e a qualidade chegou a 99,878% (meta: 99,30%).

Hoje, a operação sustenta:

- **+ 63 mil usuários corporativos**
- Monitoramento de **17 mil ativos analíticos**
- Gestão de **8,8 mil recursos de telecomunicações**

Em 2025 foram aplicados R\$ 232 milhões em investimentos na modernização e expansão de capacidade da infraestrutura tecnológica e segurança cibernética, garantindo que os recursos financeiros dos cooperados sejam transacionados com resiliência cibernética em todas suas dimensões: disponibilidade, desempenho, qualidade e segurança.

## Eficiência, Escala e Inteligência Artificial Aplicada

O ano que passou foi importante para os avanços da inteligência artificial no Sicoob. Pavimentamos o alicerce da IA no Sisbr, construindo um framework próprio denominado ADK (Kit de desenvolvimento de agentes de IA) que permite a orquestração, governança e escalabilidade das diversas soluções e agentes de IA criados pelo time de tecnologia. Criamos o “Sisbr IA” e disponibilizamos em todos os módulos do Sisbr, utilizando inicialmente modelos de linguagem de grande escala (LLMs) de código aberto (open source) em infraestrutura de nuvem (cloud) sob a gestão do CCS de forma a otimizar custos, potencializar o uso da IA no Sicoob e garantir que os dados sensíveis de nossa organização não sejam compartilhados com o ambiente externo.

Em seguida iniciamos a disponibilização da inteligência artificial nas linhas de negócio, como por exemplo na emissão do parecer de crédito, objetivo e parecer técnico do projeto na solução Astec Digital, consulta de normativos, dentre outros, visando gerar ganhos de eficiência aos funcionários das cooperativas.

Em 2025, o Sicoob operou com mais de **90 funcionários digitais**, que já substituíram mais de **530 mil horas de trabalho humano** desde sua implantação.

Em 2026 vamos lançar o assistente de investimentos para apoiar nossos funcionários na gestão da carteira de investimentos dos cooperados, a Alice usando IA generativa e modo “live” permitindo melhor compreensão de áudios e exposição de falas em linguagem próxima aos seres humanos, o assistente de IA no SuperApp para melhorar ainda mais a experiência de uso de nosso aplicativo, além de soluções que permitam a automação de processos manuais, melhoria do atendimento aos cooperados e mitigação de riscos.

## Modernização do Sisbr

---

Permanecemos com o compromisso de modernizar continuamente a arquitetura tecnológica do Sisbr, assegurando entregas de valor cada vez mais consistentes às cooperativas e aos cooperados, com elevados padrões de estabilidade, segurança e escalabilidade.

Nesse contexto, estamos promovendo a evolução completa do ciclo de desenvolvimento de software (SDLC – Software Development Life Cycle), incorporando inteligência artificial como aliada estratégica também dos times de tecnologia. A IA passa a apoiar atividades como documentação, desenvolvimento de código, automação de testes e diagnóstico de incidentes, ampliando a produtividade, elevando a qualidade das entregas e reduzindo o time-to-market.

Ao final desta edição do Plano de TI em 2027, nossa meta é que 100% dos módulos utilizados pelas cooperativas estejam operando na 3ª geração do Sisbr (Sisbr 3.0). Além disso, todas as rotinas de processamento noturno estarão reescritas em uma tecnologia mais robusta e resiliente, fortalecendo ainda mais a base tecnológica e preparando o Sisbr para os desafios do futuro.

## Segurança Proporcional ao Crescimento Digital

---

No Sicoob, o tema segurança cada vez mais passa a ser parte da estratégia do negócio, da governança corporativa e da resiliência institucional. O projeto sistêmico de riscos e segurança cibernéticos completa 1 ano em janeiro/26 tendo atingido importantes marcos como 100% das cooperativas embarcadas, a implementação das ferramentas sistêmicas, a adequação dos processos e infraestrutura local, a certificação dos agentes de segurança nas cooperativas, a monitoração ostensiva pelo Centro de Operações de Segurança (SOC) e a implementação de soluções adicionais como o SisbrNAC para garantir o compliance das estações de trabalho aos requisitos de uso do Sisbr.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas no período, destacam-se a implementação de melhorias estruturais na infraestrutura de segurança cibernética, com foco no fortalecimento das camadas de proteção perimetral, de aplicações, de dados e de identidades, incluindo a modernização de firewalls, a consolidação de soluções de WAF/WAAP, a evolução dos controles de acesso (NAC, PAM e Active Directory) e a adoção de plataformas de segurança em nuvem para navegação segura e proteção de dados.

Adicionalmente, foram realizadas ações relevantes voltadas à proteção das plataformas digitais e do Super App Sicoob, com a ampliação de mecanismos de segurança para transações financeiras, prevenção a fraudes visando aumento da confiança do cooperado. Destaque para o lançamento do Modo Guardião, recurso de segurança opcional no Super App Sicoob que protege contas de cooperados pessoas físicas e jurídicas ao restringir transações em redes Wi-Fi públicas ou desconhecidas, permitindo definir limites de valor reduzidos, exigindo reconhecimento facial para ações sensíveis fora de ambientes confiáveis e ajuda a prevenir fraudes por furto de celular.

## Reconhecimento Nacional

O desempenho tecnológico e inovador do Sistema foi reconhecido nacionalmente:

- Pelo terceiro ano consecutivo entre as **100 empresas mais inovadoras do Brasil** (IT Forum);
- **2º lugar no Desafio Capture The Flag da Febraban Tech;**
- **1º lugar no Prêmio Banking Transformation 2025 na Categoria Banking Anywhere & Beyond Banking** com o **SuperApp Sicoob** premiado como o melhor aplicativo financeiro do país.

O reconhecimento não é apenas simbólico — é reflexo de consistência estratégica.

## Inovação com Propósito Cooperativo

O Sicoob encerra 2025 operando em escala de trilhões, com infraestrutura moderna, crédito robusto, inteligência artificial aplicada, segurança industrializada e governança reconhecida.

Mais do que acompanhar a transformação digital do sistema financeiro brasileiro, o Sicoob participa ativamente de sua construção.

E faz isso preservando seu propósito: **“conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade”**.

É essa combinação entre tecnologia, solidez e propósito cooperativo que projeta o Sistema para um futuro ainda mais digital, seguro e sustentável.

## Novos convênios

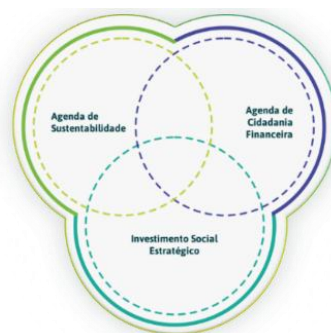
No ano de 2025, foram celebrados novos convênios corporativos voltados à arrecadação de faturas e guias com código de barras, bem como à operacionalização de débito automático, totalizando 1.091 parcerias. Entre os principais acordos firmados no período, destacam-se: SEFAZ CE, SEFAZ PA, SEFAZ PB, Prefeitura de Canela/RS, Prefeitura de Castanheira/RO, Prefeitura de Cruzília/MG, Prefeitura de Iconha/ES, Prefeitura de Itapetim/PE, Prefeitura de Itararé/SP, Prefeitura de Potiraguá/BA, Patos Saneamento MG e SEMASA Itajaí/SC.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

## Cidadania e Sustentabilidade

No Pacto Sistêmico de Estratégia (2024/2027), a dimensão “Cidadania e Sustentabilidade” traduz os desafios para efetivar o propósito do Sicoob e positivar o impacto econômico, social e ambiental para os cooperados e para as comunidades nas quais o Sicoob atua, por meio da educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental; e do desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade.

Para que os desafios ligados ao tema sejam efetivamente endereçados, o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) conta com a área “Cidadania e Sustentabilidade”, responsável pela gestão de três agendas relevantes para o negócio e para as partes interessadas: Agenda de Sustentabilidade; Agenda de Cidadania Financeira; e Agenda de Investimento Social Estratégico/Instituto Sicoob.



## Agenda de Sustentabilidade Sicoob

O setor financeiro desempenha papel essencial na mobilização e alocação de capital rumo a uma economia mais sustentável. O Banco Central – alinhado à agenda mundial de sustentabilidade, em consonância com outros bancos centrais e melhores práticas – inseriu o tema em sua agenda estratégica como uma das cinco dimensões da Agenda BC#. Nos últimos anos, também desenvolveu uma série de medidas e normas específicas, com destaque para a Resolução CMN 4.945/2021, Resolução BCB nº 139/2021 e, recentemente, a Resolução CMN 5.185/2024.

Para que o Sicoob cumpra o seu papel de indutor de práticas sustentáveis, foi instituída a Agenda de Sustentabilidade Sicoob, um instrumento estratégico de gestão que organiza compromissos, diretrizes e iniciativas do Sicoob para integrar a sustentabilidade às suas operações e processos. Desde 2022, foram realizadas entregas relevantes no âmbito da agenda, como por exemplo, constituição do Comitê de Sustentabilidade; estruturação do Plano de Sustentabilidade; publicação dos Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável; e publicação da Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC (Resolução CCS 125/2022).

A cada ano, novas iniciativas são incorporadas à Agenda, garantindo que ela se mantenha dinâmica, atualizada e alinhada às exigências regulatórias e às melhores práticas de mercado. Em 2025, destacam-se as seguintes iniciativas:

### **Plano de Sustentabilidade Sicoob**

Instituído em 2022, o Plano é uma ferramenta de gestão integrada às diversas dimensões do planejamento estratégico do Sicoob, com ênfase na dimensão de Cidadania e Sustentabilidade. Seu propósito é fortalecer práticas sustentáveis na organização, orientando-a para o cumprimento de seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

Em 2023, o Plano foi implementado em todas as cooperativas centrais e no Centro Cooperativo Sicoob. Em 2024, acompanhamos sua execução pelas centrais, garantindo alinhamento e efetividade. Já em 2025, realizamos sua primeira atualização, incorporando os aprendizados acumulados ao longo desse primeiro triênio. A nova versão, publicada em 02/09/2025 via Resolução CCS 362/2025, prevê a redução do escopo, com o intuito de facilitar sua gestão, além de priorizar ações de natureza ainda mais estratégica e sistêmica.

Para saber mais, acesse o Plano de Sustentabilidade Sicoob: [Plano de Sustentabilidade](#).

### **Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)**

O Inventário de GEE fortalece a gestão e governança dos riscos sociais, ambientais e climáticos ao oferecer dados precisos sobre emissões, permitindo a identificação de impactos climáticos e a adoção de estratégias para sua mitigação.

Em 2025, concluímos o 2º ciclo do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Base 2024), abrangendo os Escopos 1, 2 e 3, incluindo as emissões financiadas, com a adesão de 8 cooperativas centrais: Central SC/RS, Central Unicoob, Central Cecremge, Central Crediminas, Central SP, Central Cecresp, Central UniMais Rio e Central ES, além de todas as singulares da Central Unicoob e seus Pontos de Atendimento (PA). No que se refere às emissões financiadas, foram contempladas as operações do Banco Sicoob, da DTVM e da Previ.

Ainda em 2025, iniciamos a elaboração do 3º ciclo do Inventário GEE (Base 2025), desta vez com a participação de todas as 14 cooperativas centrais aderentes, além de todas as singulares da Central Unicoob e seus PAs. Novamente, no escopo de emissões financiadas, foram consideradas as operações do Banco Sicoob, da DTVM e da Previ.

Para o Inventário GEE (Base 2026), ampliaremos o escopo com a inclusão de, no mínimo, 25% das cooperativas singulares do Sistema. Esse avanço reforça o compromisso do Sicoob com a agenda climática e com a construção de uma atuação cada vez mais responsável, transparente e alinhada às melhores práticas de sustentabilidade.

## Finanças Sustentáveis

Desde 2024, publicamos o Framework de Finanças Sustentáveis, um documento que estabelece as categorias, critérios de elegibilidade e indicadores para produtos e serviços financeiros verdes e sociais do Sicoob.

Alinhado às principais metodologias internacionais, o framework fortalece a transparência e a padronização das nossas iniciativas, garantindo que os recursos financeiros contribuam efetivamente para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Em 2025, aprofundamos o conhecimento sobre o tema ao realizar a primeira imersão temática para as principais áreas envolvidas do Centro Cooperativo Sicoob e Cooperativas Centrais, fortalecendo o alinhamento interno e a capacitação técnica sobre finanças sustentáveis.

Além disso, avançamos no aprimoramento da qualidade dos dados e nos dashboards do Painel de Finanças Sustentáveis, que passou a permitir o acompanhamento ainda mais estruturado da performance do Sicoob nesse tema.

## Relatório de Sustentabilidade Sicoob

Os aspectos sociais, ambientais, climáticos e de governança são reportados no Relatório de Sustentabilidade Sicoob, que evidencia o compromisso da instituição com a sustentabilidade. O documento apresenta as iniciativas e esforços do Sicoob para fortalecer e integrar esses aspectos de forma transversal ao modelo de negócio, garantindo transparência e engajamento com seus públicos de relacionamento.

Desde sua primeira edição, em 2018, o Relatório de Sustentabilidade é publicado em conformidade com os padrões internacionais do Global Reporting Initiative (GRI). As versões podem ser acessadas em: [Relatório de Sustentabilidade](#).

## Agenda Sistêmica de Cidadania Financeira

A Agenda Sistêmica de Cidadania Financeira do Sicoob possui o objetivo de monitorar as ações de educação e inclusão financeira realizadas por cooperativas do Sicoob, em consonância com o Pacto Sistêmico de Estratégia do Sicoob, comunicado 34.201 BCB, de 12/9/2019, Resolução Conjunta nº 8 CMN-BCB, de 21/12/2023 e eventuais orientações subsequentes desses órgãos reguladores.

A promoção da educação financeira contribui para a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), trazendo benefícios para a condução das atividades das instituições que atuam no setor financeiro e para o cidadão. Tal é a sua importância que a agenda estratégica do Banco Central do Brasil apresenta a dimensão Educação com o objetivo de “conscientizar o cidadão para que todos participem do mercado e cultivem o hábito de poupar”.

A relevância do tema ficou especialmente evidente nos últimos anos, com a promulgação de leis que garantem o acesso à educação financeira. Em 2021, a Lei do Superendividamento<sup>1</sup> atualizou o Código de Defesa do Consumidor<sup>2</sup>, garantindo, ao consumidor, o “direito a práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção ao superendividamento”. Em 2023, a Lei do Desenrola Brasil impôs, às instituições financeiras, a “adoção de medidas de educação financeira direcionadas aos seus consumidores para prevenção ao inadimplemento de operações e ao superendividamento de pessoas físicas”.

Em atenção ao disposto na Lei do Desenrola Brasil, bem como dando sequência ao trabalho iniciado por meio do Comunicado 34.201, de 12/9/2019, o Conselho Monetário Nacional, em conjunto com o Banco Central do Brasil, publicou a Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, que dispõe sobre medidas de educação financeira a serem adotadas por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, dentre as quais destacam-se: a instituição de Política de Educação Financeira (art. 3º, Resolução Conjunta CMN-BCB nº 8-2023) e de mecanismos e acompanhamento e controle (art. 4º, Resolução Conjunta CMN-BCB nº 8-2023).

<sup>1</sup> BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/14181.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14181.htm). Acesso em: 11/1/2024.

<sup>2</sup> BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 11/1/2024.

Por sua vez, o CA CCS aprovou em 21/12/2022 o projeto estratégico “Estruturação da Agenda Sistêmica de Cidadania Financeira” – que foi concluído em junho de 2025.

Os compromissos previstos no escopo do projeto foram concluídos conforme as evidências a seguir relacionadas:

- Instituir Política de Cidadania Financeira do Sicoob. Evidência de conclusão: Documento publicado pela RES CCS 162 de 25/4/2023.
- Elaboração de Plano de monitoramento e avaliação de resultados. Evidência de conclusão: Documento apresentado na reunião CA CCS de 21/6/2023.
- Instituir os Compromissos do Sicoob com a Cidadania Financeira. Evidência de conclusão: Documento apresentado na reunião CA CCS de 21/6/2023.
- Dashboard e relatório analítico das ações de educação e inclusão financeira realizadas com cooperados e não cooperados. Evidência de conclusão: Painel publicado pela CCI CCS 94 de 18/1/2024.
- Estabelecer régua de relacionamento, incluindo leads de ações de educação financeira. Evidência de conclusão: CCI CCS 553 de 25/4/2024.
- Elaboração da metodologia de Score de educação financeira do cooperado do Sicoob. Evidência de conclusão: CCI CCS 303 de 24/2/2025.
- Disponibilizar modelo de análise de dados de comportamento financeiro nos cooperados. Evidência de conclusão: Relatório em anexo, assinado por Matheus Rocha Capanema e Kenniston Arraes Bonfim, entregue em 27/6/2025.

A Agenda de Cidadania Financeira contribuiu para a junção das soluções de Educação Financeira, desenvolvidas por diversas áreas do Centro Cooperativo Sicoob – CCS (ex. Cidadania e Sustentabilidade, Educação Corporativa e Tecnologia da Informação), em um ecossistema: **o Ecossistema de Educação Financeira**. Isso facilitou a promoção de ações de Educação Financeira pelas cooperativas do Sicoob, que passaram a conhecer todas as soluções sistêmicas, bem como respectiva proposta de valor e indicação de público-alvo (ex. funcionários, cooperados, jovens, pessoas endividadas etc.). Na conclusão do projeto, 99,7% das cooperativas do Sicoob já trabalhavam com alguma das soluções do Ecossistema de Educação Financeira.

Com uma ação coordenada, o Sicoob ganhou notoriedade no assunto, tanto em âmbito nacional (ex. Febraban Tech 2023–2025) como internacional (ex. CIBP), além de ter contribuído diretamente com discussões acerca do tema junto aos órgãos reguladores (ex. BCB, CVM, SUSEP) e outras instituições do setor (ex. Câmara Temática de Educação Financeira da OCB, Squad de Educação Financeira da Febraban). Um exemplo do protagonismo do Sicoob nesse tema se deu pela publicação da sua **Política de Cidadania Financeira** pela RES CCS 162, de 25/4/2023, meses antes da publicação da Resolução Conjunta nº 8 CMN–BCB, de 12/12/2023, que determinou que todas as instituições financeiras tivessem Política própria para tratar do assunto. Outro exemplo foi a doação dos livros da Coleção Financinhas às mais de quatro mil escolas atendidas pelo programa Aprender Valor, do Banco Central.

Além disso, **o Plano de Avaliação e Monitoramento da Agenda de Cidadania Financeira**, bem como painel correspondente (no Sisbr Analítico), permitiu que o Sicoob monitorasse o comportamento dos cooperados que já concluíram alguma solução do Ecossistema de Educação Financeira do Sicoob. O painel foi lançado em janeiro de 2024, quando apenas 31.721 cooperados haviam concluído alguma solução de Educação Financeira, o que representava 0,5% da carteira de cooperados pessoa física naquele mesmo período. Na conclusão do projeto, o Sicoob contava com 154.907 cooperados que concluíram alguma solução de Educação Financeira, o que representava 2,1% da carteira de cooperados pessoa física. A partir daí, alguns comportamentos foram observados, comparando os grupos de cooperados que concluíram alguma solução de Educação Financeira e aqueles que não concluíram:

- **Pagamento adimplente**, o grupo de cooperados que concluíram alguma solução de Educação Financeira apresenta, em média, INAD15 (2,8%) e INAD90 (1,4%) abaixo da média do grupo de cooperados que não concluíram (6,3% e 3,6%, respectivamente). Fonte: Painel da Agenda de Cidadania Financeira, abril de 2025.
- **Principialidade**, o grupo de cooperados que concluíram alguma solução de Educação financeira apresenta IAP (5,1) acima da média do grupo de cooperados que não concluíram (2,3), bem como possuem maior representação no quadrante Q2 (50,7%), da Matriz de Relacionamento, se comparados

ao grupo de cooperados que não concluíram (18,2%). Fonte: Painel da Agenda de Cidadania Financeira, janeiro de 2025.

- **Novos negócios**, 5.178 pessoas que concluíram alguma solução de Educação Financeira se tornaram cooperados do Sicoob depois disso. Fonte: Painel da Agenda de Cidadania Financeira, maio de 2025.

A hipótese inicialmente apresentada era de que o letramento financeiro do cooperado estaria associado ao seu comportamento financeiro, em especial, o pagamento adimplente de suas operações de crédito, em consonância com a literatura vigente: Murta e Gama, 2022; Lusardi, 2019; Lusardi and Tufano, 2015; Lusardi e de Bessa Scheresberg, 2013; Arrondel et al., 2013; Disney e Gathergood, 2013 e, Gathergood, 2012.

Por sua vez, o **Score de Saúde Financeira do cooperado**, lançado em fevereiro de 2025 (no app Sicoob, módulo Minhas Finanças) permitiu mensurar a saúde financeira do cooperado, o que considera, também, seu letramento financeiro. A partir desses dados, foi realizada uma análise exploratória preliminar que corroborou a hipótese inicialmente apresentada.

O tema segue sendo relevante para o Sicoob, que, inclusive, conta com o monitoramento mensal do percentual de cooperados que concluíram alguma solução sistêmica de Educação Financeira e outros indicadores do painel da Agenda Sistêmica de Cidadania Financeira.

## Investimento Social Estratégico / Instituto Sicoob

O Instituto Sicoob, agência de investimento social estratégico do Sicoob, é uma instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos. Fundado em 2004, tem como finalidade formular, compartilhar e disseminar metodologias sociais por meio de programas, projetos e outras ações que visem ampliar o impacto social positivo do Sicoob nas comunidades onde atua.

Com sede em Brasília (DF), opera em estreita colaboração com as cooperativas centrais, cooperativas singulares e entidades que integram o Centro Cooperativo Sicoob (CCS). A integração com todos os níveis e o alinhamento sistêmico possibilitam a formação de uma grande rede colaborativa e operacional que torna possível a implementação em escala das iniciativas do Instituto em todos os territórios onde o Sicoob está presente.

A estrutura de Governança do Instituto Sicoob é regida pelas boas práticas da governança cooperativa e pelos princípios de governança aplicáveis ao Terceiro Setor. Sua arquitetura contempla os órgãos executivos e não executivos que consolidam as competências, bem como os meios e os instrumentos para alavancar e impactar positivamente os resultados das operações do Instituto Sicoob em benefício das comunidades.

O Instituto Sicoob tem atuação focada na missão de difundir a cultura cooperativista e de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades. O escopo de atuação está aderente aos valores e aos princípios do cooperativismo, especialmente ao 5º princípio (Educação, formação e informação) e ao 7º princípio (Interesse pela comunidade), bem como à agenda estratégica dos Órgãos Reguladores, particularmente em relação à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

As entidades do Sicoob, que também compreendem as cooperativas centrais e singulares, têm atuado, sob coordenação do Instituto Sicoob, nas campanhas nacionais representadas pela Semana Nacional de Educação Financeira, Global Money Week e Semana Mundial do Investidor, alcançando, em 2025, mais de 9,7 milhões de pessoas.

A atuação do Instituto Sicoob foi definida a partir do alinhamento entre o retorno social do negócio e os desafios do cooperativismo de crédito na promoção da justiça social e da inclusão financeira. Para tanto, seu portfólio de programas e soluções é composto por um conjunto de iniciativas integradas, transversalmente, aos temas: Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e Desenvolvimento Sustentável.

## Destaques da atuação social

	Nota	31/12/2025
Pessoas alcançadas*	(a)	11 milhões
Pessoas beneficiadas*	(b)	4,6 milhões
Voluntários cadastrados		16.673
Horas voluntárias dedicadas		126.227

(a) Número de pessoas alcançadas por meio de ações de comunicação (informações veiculadas na imprensa – rádio, TV e Jornal) e/ou nas mídias sociais (Facebook, Instagram etc.)

(b) Número total de pessoas beneficiadas por programa e/ou ação, de forma direta.

Em 2025, foram beneficiadas 2.417.861 pessoas no Eixo de Cidadania Financeira. E, 2.076.151 no Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo, por meio dos programas do Portfólio e Semana do Cooperativismo.

## Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

---

Os depósitos realizados em cooperativas financeiras contam com a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), mecanismo instituído para assegurar os valores aplicados e os créditos mantidos junto às cooperativas singulares de crédito e aos bancos cooperativos, nos casos de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições.

Ressalta-se que o limite de cobertura atualmente vigente pelo FGCoop é equivalente ao estabelecido para os depositantes das demais instituições financeiras amparadas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), garantindo isonomia no nível de proteção aos investidores no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

## Pacto de ética

---

Todos os integrantes do Sicoob formalizaram adesão ao Pacto de Ética instituído pelo Centro Cooperativo Sicoob, por meio de compromisso institucional. Desde então, o referido compromisso passou a ser igualmente assumido por todos os novos colaboradores no momento de seu ingresso no Sistema, reforçando a disseminação e a observância contínua dos princípios éticos que norteiam a atuação da instituição.

## Política institucional de responsabilidade socioambiental

---

A Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental estabelece os princípios e as diretrizes que orientam a atuação do Sicoob no âmbito socioambiental, tanto em seus negócios quanto no relacionamento com as partes interessadas. Tal política tem como propósito fortalecer a prática do cooperativismo alinhada ao desenvolvimento sustentável, assegurando a integração de aspectos sociais, ambientais e de governança às estratégias e operações da instituição.

## Ouvidoria

---

O canal de Ouvidoria do Sicoob tem por finalidade atuar como instância complementar de comunicação entre as cooperativas e os usuários de produtos e serviços que, após utilizarem os canais de atendimento convencionais, não obtiveram solução satisfatória para suas demandas. Regulamentada pelas Resoluções CMN nº 4.860/2020, CMN nº 28/2020, CVM nº 43/2021 e CNSP nº 445/2022, a estrutura de ouvidoria é compartilhada entre as entidades do Sistema e centralizada no Banco Sicoob.

Adicionalmente, o componente de Ouvidoria elabora, semestralmente, relatórios contendo propostas de aprimoramento das rotinas e processos conduzidos pelas áreas gestoras do Centro Cooperativo Sicoob e pelas cooperativas. Tais iniciativas decorrem do monitoramento das manifestações recebidas e têm como objetivo promover a melhoria contínua dos serviços prestados, em consonância com os interesses e o nível de satisfação dos cooperados.

## Agradecimentos

---

Expressamos nossos agradecimentos aos cooperados, às cooperativas centrais e singulares e ao Sicoob Confederação, pela colaboração contínua no alcance dos objetivos sistêmicos. Estendemos, ainda, nosso reconhecimento às entidades parceiras externas, pela confiança nas soluções oferecidas pelo Sicoob, bem como aos colaboradores de todo o sistema, pela dedicação, profissionalismo e compromisso demonstrados ao longo do período.

A Administração



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob ("Sistema Sicoob" ou "Instituição"), formado pelas entidades relacionadas nas Notas 2.6 e 2.7, que compreendem o balanço patrimonial combinado do Sistema Sicoob em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis combinadas estabelecidas pela Resolução no 4.151, de 30 de outubro de 2012, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases - Base de elaboração das demonstrações contábeis combinadas**

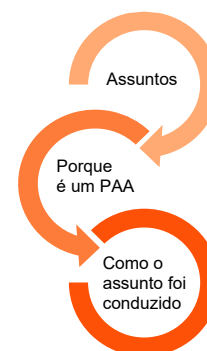
Chamamos a atenção para a Nota 2.1 que descreve que as demonstrações contábeis combinadas do Sistema Sicoob foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos da Resolução no 4.151/2012 do CMN e regulamentações complementares do BCB. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

## Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2.2 às demonstrações contábeis combinadas que descreve que as referidas demonstrações estão de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis combinadas estabelecidas pela Resolução no 4.151, de 30 de outubro de 2012, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
------------------------	--

### **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3.9 e 9)**

A Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em vigor desde 1º de janeiro de 2025, substituiu a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, estabelecendo novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seja ela individual ou coletiva (considerando a característica do portfólio) envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, considerando o risco das operações e sua deterioração em 12 meses e ao longo da vida, de forma a classificá-las em estágios. Esse processo envolve ainda, a utilização de premissas e variáveis, que consideram fatores internos e externos bem como qualitativos e

Em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 4.966/21, avaliamos os procedimentos adotados pela Administração do Sicoob Combinado na implementação do referido normativo. Sendo a gestão de riscos centralizada, as políticas estabelecidas e manuais elaborados, de forma geral, também são considerados para o todo o sistema do Combinado.

Obtivemos entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, abrangendo os seguintes processos: (i) os modelos e premissas utilizados pela Administração na determinação da provisão; (ii) a concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) o processamento e contabilização das provisões; (iv) a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (v) a existência e mensuração das garantias

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>quantitativos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração, garantias, políticas de renegociação e fatores macroeconômicos.</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>consideradas na apuração da provisão; e (vi) a elaboração e divulgação das notas explicativas, conforme o nível de detalhamento exigido pela norma.</p> <p>Efetuamos testes sobre o processo de aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.</p> <p>Adicionalmente, para o Banco Cooperativo Sicoob S.A. e para outras entidades do Sistema Sicoob, consideradas em base amostral, e com o suporte de nossos especialistas, testamos os modelos mencionados, considerando os parâmetros desenvolvidos, bem como a acurácia e integridade da base de dados utilizada nos cálculos.</p> <p>Também realizamos testes quanto à classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e o registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações contábeis combinadas, estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

---

**Provisões para passivos contingentes (Notas 3.21 e 22)**

As instituições integrantes do Sistema Sicoob são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, inerentes às suas atividades.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos que patrocinam os processos judiciais e administrativos, em base amostral, para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, inclusive considerando os principais novos eventos ocorridos no período, a totalidade das informações e o valor das provisões,

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.</p>	<p>confrontando com os relatórios analíticos que originam os saldos contábeis.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<hr/>	
<b>Ambiente de Tecnologia da Informação</b>	
<p>O Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas possuem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.</p>
<p>Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco Cooperativo do Sicoob S.A. e suas controladas.</p>
<p>Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis combinadas.</p>

---

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis combinadas e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

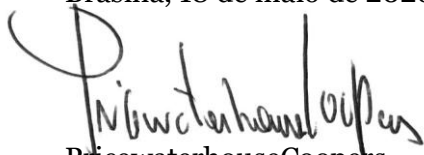
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 18 de maio de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5

# Balço Patrimonial Combinado

## Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>5</b>	<b>2.183.386</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>415.126.522</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>395.656.599</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	49.861.979
Títulos e valores mobiliários	7	83.953.263
Operações de crédito	9.1	200.621.865
Depósitos compulsórios no Banco Central	8	5.613.789
Outros créditos com características de concessão de crédito	9.2	31.667.485
Transações de pagamento	9.3	23.638.513
Outros ativos financeiros	10	299.705
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>		<b>11.791.236</b>
Títulos e valores mobiliários	7	11.791.236
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>7.678.687</b>
Títulos e valores mobiliários	7	7.678.687
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>11</b>	<b>6.311.181</b>
<b>ATIVO FISCAL DIFERIDO</b>	<b>12.1.1</b>	<b>533.050</b>
<b>INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS, CONTROLADAS E OUTROS</b>	<b>13</b>	<b>861.465</b>
Controladas e coligadas		833.650
Outros investimentos		27.815
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>14</b>	<b>4.462.774</b>
Imobilizado de uso		7.775.901
(-) Depreciações acumuladas		(3.312.996)
(-) Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados		(131)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>15</b>	<b>513.567</b>
Direitos de uso de software		1.425.209
Outros ativos intangíveis		20.600
(-) Amortizações acumuladas		(932.169)
(-) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis		(73)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>429.991.945</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Balço Patrimonial Combinado

## Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>356.997.339</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>356.996.551</b>
Depósitos	16	266.892.216
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares	17	52.201.090
Obrigações por operações compromissadas	18	397.141
Obrigações por empréstimos e repasses	19	18.361.259
Transações de pagamento	20	18.973.975
Outros passivos financeiros	21	170.870
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>	<b>7.7</b>	<b>788</b>
Instrumentos financeiros derivativos		788
<b>PROVISÕES</b>	<b>22</b>	<b>1.270.203</b>
Para contingências	22.1.2	659.680
Para garantias prestadas	22.2	610.523
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS</b>	<b>23</b>	<b>296.831</b>
Impostos correntes		292.703
Impostos diferidos		4.128
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>24</b>	<b>8.728.328</b>
Obrigações sociais e estatutárias	24.1	3.037.604
Obrigações fiscais e previdenciárias	24.2	713.601
Outras obrigações	24.3	4.977.123
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>367.292.701</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>25</b>	<b>62.699.244</b>
Capital social	25.1	30.832.382
Reservas de capital	25.2	2.595
Reserva de lucros	25.3	27.601.160
Reservas de reavaliação		133
(-) Ações em tesouraria		(415)
Sobras acumuladas		2.636.193
Outros resultados abrangentes	25.9	8.720
<b>PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES</b>	<b>25.11</b>	<b>1.618.476</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>429.991.945</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração do Resultado Combinado

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>34.167.543</b>	<b>62.173.093</b>
Resultado com operações de crédito	9.6	22.911.379	42.796.993
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.4	4.874.740	7.794.516
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.6	6.213.102	11.200.300
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.6	21.010	97.070
Resultado de operações de câmbio	9.6	20.434	39.650
Resultado das aplicações compulsórias	8.2	126.878	244.564
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(18.621.677)</b>	<b>(32.986.709)</b>
Despesas de operações de captação no mercado	16.2/17.2/18.2	(17.858.994)	(31.668.132)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	19.2	(708.894)	(1.174.725)
Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(3.051)	(88.436)
Outras		(50.738)	(55.416)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>15.545.866</b>	<b>29.186.384</b>
<b>PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(5.366.846)</b>	<b>(8.314.594)</b>
Perdas esperadas de operações de crédito	9.7	(5.372.842)	(8.324.503)
Resultado de perdas esperadas em aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e outros ativos		5.996	9.909
<b>RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>10.179.020</b>	<b>20.871.790</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>26</b>	<b>4.610.666</b>	<b>9.454.565</b>
Receitas de prestação de serviços	26.1	2.934.521	5.977.428
Rendas de tarifas bancárias	26.1	751.581	1.459.460
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	217.078	422.595
Outras receitas operacionais	26.2	707.486	1.595.082
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>27</b>	<b>(9.773.543)</b>	<b>(18.821.219)</b>
Despesas de pessoal	27.1	(4.475.286)	(8.610.846)
Despesas administrativas	27.2	(3.442.864)	(6.652.935)
Despesas tributárias	27.3	(263.450)	(500.757)
Outras despesas operacionais	27.4	(1.591.943)	(3.056.681)
<b>PROVISÕES</b>		<b>(137.538)</b>	<b>(243.254)</b>
Para contingências		(84.389)	(108.137)
Para garantias prestadas	22.2	(53.149)	(135.117)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(5.300.415)</b>	<b>(9.609.908)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>27.5</b>	<b>(56.235)</b>	<b>(72.848)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>4.822.370</b>	<b>11.189.034</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>141.329</b>	<b>(241.178)</b>
Provisão para imposto de renda		53.383	(194.950)
Provisão para contribuição social		30.148	(136.597)
Ativo fiscal diferido		57.798	90.369
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>29.4</b>	<b>(346.412)</b>	<b>(559.242)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>4.617.287</b>	<b>10.388.614</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>25.5</b>	<b>(2.003.403)</b>	<b>(2.686.590)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS JCP</b>	<b>25.8</b>	<b>2.613.884</b>	<b>7.702.024</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Demonstração do Resultado Abrangente Combinado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2º Semestre 2025	Exercício 2025
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.617.287</b>	<b>10.388.614</b>
<b>Instrumentos financeiros classificados como VJORA</b>		
<b>(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais</b>	<b>(647)</b>	<b>7.241</b>
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais	(1.176)	13.165
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais - crédito tributário	529	(5.924)
<b>(+/-) Demais instrumentos financeiros líquidos de efeitos fiscais</b>	<b>(2.988)</b>	<b>664</b>
Ajuste de marcação a mercado - Coligadas e Controladas	(2.988)	664
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		
<b>Próprios</b>	<b>(4.828)</b>	<b>(23.279)</b>
Hedge	(8.778)	(42.325)
Hedge - crédito tributário	3.950	19.046
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (LÍQUIDOS DE IMPOSTOS)</b>	<b>(8.463)</b>	<b>(15.374)</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.608.824</b>	<b>10.373.240</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Combinado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Combinado

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Participação de não-controladores	Total
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>28.513.024</b>	<b>1.038</b>	<b>135</b>	<b>23.911.587</b>	<b>17.182</b>	<b>4.454.721</b>	<b>(406)</b>	<b>1.296.516</b>	<b>58.193.797</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		-	-	-	-	-	<b>4.617.287</b>	-	-	<b>4.617.287</b>
Ajustes de avaliação patrimonial – Instrumentos financeiros classificados como VJORA		-	-	-	-	(3.635)	-	-	-	(3.635)
Ajustes de hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	(4.828)	-	-	-	(4.828)
<b>Total do resultado abrangente</b>		-	-	-	-	<b>(8.463)</b>	<b>4.617.287</b>	-	-	<b>4.608.824</b>
<b>Destinação do exercício anterior:</b>										
<b>Para reservas:</b>										
Reservas de contingências	25.3	-	-	-	(337.550)	-	327.011	-	-	(10.539)
Fundo de reserva	25.3	-	-	-	3.643.439	-	(3.643.439)	-	-	-
Reversão de capital prescrito	25.3	-	(76)	-	20.824	-	-	-	-	20.748
Outras reservas		(2.185)	-	(2)	152.047	-	(149.860)	-	-	-
Sobras/rateios a distribuir	25.10	-	-	-	-	-	10.471	-	-	10.471
Distribuição para cooperados	25.10	-	-	-	-	-	(2.658)	-	-	(2.658)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	544.819	-	-	544.819
Estorno de capital	25.1.3	34.171	-	-	-	-	-	-	-	34.171
Outras destinações/utilizações		-	1.633	-	(184.231)	-	124.469	-	-	(58.129)
Absorção de perdas		-	-	-	23.920	-	21.808	-	-	45.728
Cotas de capital a pagar		(5.050)	-	-	-	-	-	-	-	(5.050)
Dividendos propostos de exercícios anteriores	25.4	-	-	-	(107.042)	-	-	-	-	(107.042)
Aumento de capital	25.1.1	1.068.794	-	-	-	-	(62.752)	-	-	1.006.042
Saldos de cooperativas incorporadas	25.1.2	171.703	-	-	3.022	-	(101.295)	-	-	73.430
Devolução/Restituição de capital	25.1.2	(1.273.786)	-	-	-	-	-	-	-	(1.273.786)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
<b>Destinações propostas:</b>										
Reservas		-	-	-	659.093	-	(659.093)	-	-	-
Dividendos Propostos	25.4	-	-	-	22.655	-	(22.655)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (líquidos de IR)	25.1.1 e 25.5	2.325.711	-	-	224.189	-	(2.320.564)	-	-	229.336
Juros sobre o capital próprio – pagamento		-	-	-	(430.793)	-	-	-	-	(430.793)
FATES	25.6	-	-	-	-	-	(502.077)	-	-	(502.077)
Participação de não-controladores	25.11	-	-	-	-	-	-	-	321.960	321.960
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>30.832.382</b>	<b>2.595</b>	<b>133</b>	<b>27.601.160</b>	<b>8.720</b>	<b>2.636.193</b>	<b>(415)</b>	<b>1.618.476</b>	<b>62.699.244</b>
<b>Mutações no semestre (1º/7/2025 a 31/12/2025)</b>		<b>2.319.358</b>	<b>1.557</b>	<b>(2)</b>	<b>3.689.573</b>	<b>(8.462)</b>	<b>(1.818.528)</b>	<b>(9)</b>	<b>321.960</b>	<b>4.505.447</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Combinado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Participação de não-controladores	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>27.074.791</b>	<b>2.670</b>	<b>137</b>	<b>23.602.994</b>	<b>24.094</b>	<b>2.500.169</b>	<b>(289)</b>	<b>1.258.547</b>	<b>54.463.113</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>10.388.614</b>	-	-	<b>10.388.614</b>
Ajustes de avaliação patrimonial – Instrumentos financeiros classificados como VJORA		-	-	-	-	7.905	-	-	-	7.905
Ajustes de hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	(23.279)	-	-	-	(23.279)
<b>Total do resultado abrangente</b>		-	-	-	-	<b>(15.374)</b>	<b>10.388.614</b>	-	-	<b>10.373.240</b>
<b>Ajuste de adoção inicial – Resolução CMN 4.966/21 / Resolução BCB 352/23</b>	<b>4</b>	-	-	-	-	-	<b>(1.262.791)</b>	-	-	<b>(1.262.791)</b>
<b>Destinação do exercício anterior:</b>										
<b>Para reservas:</b>										
Reservas de contingências	25.3	-	-	-	(208.790)	-	199.409	-	-	(9.381)
Fundo de reserva	25.3	-	-	-	3.896.383	-	(3.896.383)	-	-	-
Reversão de capital prescrito	25.3	-	(76)	-	25.389	-	-	-	-	25.313
Outras reservas		(2.186)	101	(2)	152.048	-	(149.961)	-	-	-
Reversão de reservas		-	-	-	(229.635)	-	229.635	-	-	-
Sobras/rateios a distribuir	25.10	-	-	-	-	-	(51.741)	-	-	(51.741)
Distribuição para cooperados	25.10	-	-	-	-	-	(527.835)	-	-	(527.835)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	544.719	-	-	544.719
Estorno de capital	25.13	69.303	-	-	-	-	-	-	-	69.303
Outras destinações/utilizações		-	(100)	-	(197.809)	-	805.435	-	-	607.526
Absorção de perdas		-	-	-	84.392	-	147.077	-	-	231.469
Cotas de capital a pagar		(9.823)	-	-	-	-	-	-	-	(9.823)
Dividendos propostos de exercícios anteriores	25.4	-	-	-	(669.292)	-	-	-	-	(669.292)
Aumento de capital	25.11	3.427.416	-	-	-	-	(1.504.692)	-	-	1.922.724
Saldos de cooperativas incorporadas	25.12	296.538	-	-	162.885	-	(148.072)	-	-	311.351
Devolução/Restituição de capital	25.1.2	(2.379.714)	-	-	-	-	-	-	-	(2.379.714)
Cooperativas desfiliaadas do Sistema	25.13	(15.849)	-	-	(9.213)	-	(3.349)	-	-	(28.411)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(2)	-	-	2	-	-	-
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	-	-	(125)	-	(125)
Reservas		-	-	-	948.146	-	(948.146)	-	-	-
Dividendos Propostos	25.4	-	-	-	43.663	-	(43.663)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (líquidos de IR)	25.1.1 e 25.5	2.371.906	-	-	430.792	-	(3.117.383)	-	-	(314.685)
Juros sobre o capital próprio – pagamento		-	-	-	(430.793)	-	-	-	-	(430.793)
FATES	25.6	-	-	-	-	-	(524.851)	-	-	(524.851)
Participação de não-controladores	25.11	-	-	-	-	-	-	-	359.929	359.929
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>30.832.382</b>	<b>2.595</b>	<b>133</b>	<b>27.601.160</b>	<b>8.720</b>	<b>2.636.193</b>	<b>(415)</b>	<b>1.618.476</b>	<b>62.699.244</b>
<b>Mutações no exercício (1º/1/2025 a 31/12/2025)</b>		<b>3.757.591</b>	<b>(75)</b>	<b>(4)</b>	<b>3.998.166</b>	<b>(15.374)</b>	<b>136.024</b>	<b>(126)</b>	<b>359.929</b>	<b>8.236.131</b>

# Demonstração dos Fluxos de Caixa Combinado

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>11.145.666</b>	<b>21.220.235</b>
Lucro líquido antes dos tributos e da participação no lucro		4.822.370	11.189.034
<b>Ajustes ao lucro</b>			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.7	5.372.842	8.324.503
Perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e outros ativos		(5.996)	(9.909)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e para garantias prestadas		137.538	243.254
Provisão para perdas em ativos mantidos para venda	11	415.095	769.683
Depreciações e amortizações	27.2	411.356	788.029
Resultado de participações em controladas	13	(217.078)	(422.595)
Perdas na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	27.5	(9.956)	(8.279)
Outros Ajustes		219.495	346.515
<b>Varição dos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) Redução nas variações em ativos</b>			
Redução (Aumento) de depósitos compulsórios no Banco Central		2.227.995	(1.290.338)
(Aumento) de títulos públicos		(22.917.641)	(20.756.118)
(Aumento) Redução de títulos privados		(2.414.455)	21.644.792
(Aumento) Redução de cotas de fundos de investimento		(874)	40.389
(Aumento) de instrumentos financeiros derivativos		(2.266)	(3.794)
(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez		(593.701)	(1.841.275)
(Aumento) das operações de crédito		(14.579.934)	(25.586.167)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(286.700)	(478.873)
(Aumento) de outros ativos		(6.505.597)	(42.751.250)
<b>Aumento (Redução) nas variações em passivos</b>			
Aumento de depósitos		18.663.072	36.416.897
(Redução) de obrigações por operações compromissadas		(2.136)	(2.602.922)
Aumento dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures		7.051.665	18.099.970
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		3.340.164	6.544.694
(Redução) Aumento dos instrumentos financeiros derivativos		(1.835)	733
(Redução) Aumento de outros passivos		(2.435.661)	2.528.191
<b>Caixa líquido (aplicado)/gerado das atividades operacionais</b>		<b>(7.312.238)</b>	<b>11.185.164</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento de dividendos de coligadas e controladas		115.322	152.165
Aquisição de imobilizado		(745.361)	(1.214.769)
Aquisição de intangível		(118.838)	(248.120)
Alienação de imobilizado		361	5.746
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos</b>		<b>(748.516)</b>	<b>(1.304.978)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aquisição de ações de própria emissão		9	125
Aumento de capital social		1.068.794	3.427.416
Redução de capital		(1.273.786)	(2.379.714)
Dividendos pagos		(107.042)	(669.292)
Juros sobre o capital próprio pagos		1.941.113	1.941.113
Distribuição de sobras		(2.658)	(527.835)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos</b>		<b>1.626.430</b>	<b>1.791.813</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.434.324)</b>	<b>11.671.999</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre /exercício		51.405.508	33.299.185
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	44.971.184	44.971.184

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Nota 1 – Contexto operacional

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob (“Sicoob” ou “Sistema”) é composto por 322 cooperativas singulares de primeiro grau filiadas a 14 cooperativas centrais. O Sistema conta com uma rede de 4.727 agências, 731 correspondentes cooperativos, além dos 7.989 Pontos de Atendimento Eletrônico (PAEs) que estão à disposição dos mais de 9,5 milhões de cooperados.

Integram ainda o Sistema, o Banco Cooperativo Sicoob S.A (“Banco Sicoob” ou “Banco”), a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob (“Sicoob Confederação”), o Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Sicoob DTVM”), o Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. (“Sicoob Consórcios”), a Administradora de Consórcios Unicoob Ltda. (“Unicoob Consórcios”), o Sicoob Instituição de Pagamentos Ltda. (“Sicoob Pagamentos”) além de outras empresas controladas pelo Banco ou pelas cooperativas que em conjunto com as entidades já listadas ofertam uma gama de produtos e serviços aos cooperados.

O controle acionário do Banco Sicoob pertence às 14 cooperativas centrais de crédito, quais sejam: Sicoob Central ES; Sicoob Central BA; Sicoob Central Crediminas; Sicoob Nova Central; Sicoob Central SC/RS; Sicoob Central SP; Sicoob Central Norte Central; Sicoob Central Cecremge; Sicoob Central Cecresp; Sicoob Central NE; Sicoob Central Rondon; Sicoob Central Unicoob; Sicoob Uni e Sicoob Unimais Rio.

O Banco Sicoob é um banco múltiplo, constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.788/2000 que revogou a Resolução CMN nº 2.193/1995, e é o controlador do Sicoob DTVM, do Sicoob Consórcios, do Sicoob Pagamentos – processadora de cartões de crédito do Sicoob; e do Sicoob Participações em Seguridade S.A. (Sicoob PAR), que detém 50% (cinquenta por cento) da participação no Sicoob Seguradora.

O Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e serviços de tecnologia da informação às cooperativas do Sistema, foi constituído pelas cooperativas centrais. Em outubro de 2024, o Sicoob Confederação passou a ser uma instituição fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução CMN 5.061/2023.

A Fundação Sicoob Previ (Sicoob Previ) é a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) do Sicoob, foi constituída em 2006 e proporciona aos participantes, sejam eles funcionários das entidades sistêmicas ou cooperados e respectivos dependentes, benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial.

## Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis combinadas

### 2.1. Elaboração das demonstrações contábeis combinadas e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas (demonstrações contábeis) do Sistema são de responsabilidade da Administração do Sicoob e foram elaboradas a partir dos balancetes combinados e das demonstrações contábeis individuais das Instituições integrantes do Sistema.

Essas demonstrações são apresentadas com o objetivo de evidenciar, em um único conjunto de informações contábeis, a posição patrimonial e financeira combinada e o desempenho das atividades desenvolvidas pelo Sicoob por meio das entidades que compõem o Sistema.

Nesse contexto, apesar das estruturas societárias, dos controles internos e dos modelos de governança corporativa específicos de cada entidade integrante do Sistema, bem como das exigências individuais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis em conformidade com os normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), as demonstrações contábeis combinadas não substituem nem representam as demonstrações contábeis individuais das entidades do Sicoob.

Dessa forma, os valores apresentados não devem ser utilizados para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho individual, apuração de tributos ou quaisquer outros propósitos societários ou estatutários, devendo, para tais finalidades, ser consideradas as demonstrações contábeis individuais das respectivas entidades.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular BCB nº 3.669/2013, estabelecem os procedimentos e requisitos aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

Para a elaboração das demonstrações contábeis combinadas, foram consideradas as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como base a Lei nº 6.404/1976 e alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, além dos normativos emitidos pelo BCB e pelo CMN, para fins de atendimento ao Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), assim como os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela autoridade monetária conforme Nota 3.25. Ademais, com base nas avaliações individuais feitas pelos administradores das entidades integrantes do Combinado Cooperativo do Sicoob, tais demonstrações contábeis foram preparadas considerando a capacidade de tais instituições continuarem a operar no futuro, tendo como base o pressuposto da continuidade operacional.

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. é uma das instituições integrantes do CCS e atua como instância centralizadora e coordenadora das diretrizes normativas e operacionais relacionadas à elaboração dos balancetes e das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob.

## 2.2. Mudanças em Leis, normas e demais regulamentações aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

### 2.2.1. Mudanças em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

O Sicoob adotou Leis, normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, as quais destacamos:

- **Lei nº 14.467/2022:** A Lei disciplina sobre o tratamento tributário das perdas incorridas relativas ao recebimento de créditos nas instituições financeiras integrantes do SFN e aquelas autorizadas a funcionar pelo BCB. Um dos objetivos é alinhar as normas do Sistema Financeiro Nacional às normas internacionais de contabilidade. Os principais requisitos desta Lei, são:
  - Cria um regime tributário no qual autoriza as instituições financeiras a deduzirem os créditos inadimplidos na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL, independentemente da data de contratação do crédito. Desta forma, as instituições financeiras podem considerar como despesa para fins de apuração do lucro tributável, os valores que não foram recuperados em créditos inadimplidos;
  - Incentiva a gestão do crédito mais criteriosa e prudente por parte das instituições financeiras;
  - Estabelece fatores de apuração da perda dedutível;
  - Traz disposições específicas quanto às empresas em recuperação judicial ou processo de falência, dada a possibilidade de dedução dos créditos com ativos que não tem mais possibilidades de recuperação;
  - Não permite a dedutibilidade de operações realizadas com residentes ou domiciliados no exterior.
- **Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023:** introduziram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9. Destacam-se nas resoluções citadas, os pontos a seguir:
  - Adoção do modelo completo de perdas esperadas nos termos da Resolução CMN nº 5.146/2024 que alterou a Resolução CMN nº 4.966/2021, para o reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito do segmento cooperativo. Esta Resolução trouxe esta excepcionalidade de modo a uniformizar os critérios de constituição de perdas esperadas dadas as diferentes segmentações de instituições (S1 a S5) que integram os sistemas cooperativos;
  - Classificação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
  - Classificação dos instrumentos financeiros em carteiras de C1 a C5;

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Ativos e passivos financeiros passam a ser classificados com base em modelos de negócios da Instituição, a mensuração e registros contábeis ocorrem com base nas características contratuais de fluxos de caixa, e não mais com base na intenção da administração com relação aos papéis;
- Obrigatoriedade de realização do teste de somente pagamento de principal e juros (Teste de SPPJ), de modo a confirmar as características dos fluxos de caixa contratuais. No teste, operações que não atendam às características de somente pagamento de principal e juros devem ser classificadas em outros modelos de negócios da instituição;
- Classificação dos ativos financeiros considerando a hierarquia de valor justo de acordo com os níveis 1, 2 e 3 que determina como tais ativos tem os seus valores justos apurados;
- Receitas e os custos de transação diretamente atribuíveis à origem/ emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva (TJEO);
- Novos critérios de definição para operações renegociadas e reestruturadas, bem como o registro contábil;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros (stop accrual), que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito” ou “ativos problemáticos” e não com base na quantidade de dias de atraso (60 dias) conforme previa a Resolução CMN Nº 2.682/1999;
- Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados (desreconhecidos) a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação;
- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.
- **Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução BCB nº 178/2022:** dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução; No Sicoob a adoção foi realizada de maneira prospectiva, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Instruções Normativas BCB nºs 426 a 433/2023, alteradas pelas Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500/2024 e, posteriormente pelas Instruções Normativas BCB nºs 537 a 543/2024:** Os eventos dos roteiros contábeis da Instituição foram alterados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas Cosifs divulgadas por tais instruções;

### 2.2.2. Apresentação comparativa das demonstrações contábeis combinadas

Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Sicoob adotou a faculdade de não apresentar as informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução mencionada foram registrados no patrimônio líquido em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025.

A reconciliação do patrimônio líquido da instituição que demonstra os efeitos da adoção da norma está apresentada na Nota 4.

### 2.3. Segregação entre curto e longo prazos (circulante e não circulante)

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os valores com prazos superiores são apresentados no não circulante, conforme as notas explicativas.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.4. Aprovação das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob

A Diretoria Executiva do Centro Cooperativo Sicoob (CCS) submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis combinadas em 15 de abril de 2026.

### 2.5. Critérios utilizados na combinação dos saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram eliminados os saldos de operações realizadas entre as instituições.

### 2.6. Entidades do Sicoob consideradas nas demonstrações contábeis combinadas

Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.151/2012, integram um sistema cooperativo as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação de crédito, o banco cooperativo, bem como outras instituições financeiras ou entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), exceto administradoras de consórcio, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

Adicionalmente, por determinação do Banco Central do Brasil, desde junho de 2021 estão incluídas nas demonstrações contábeis combinadas, o Sicoob Confederação, o Sicoob Consórcios e o Unicoob Consórcios, conforme Ofício nº 34133/2020-BCB/DESUC.

O Sicoob Participações em Seguridade S.A. (Sicoob PAR) e o Sicoob Instituição de Pagamentos Ltda. (Sicoob Pagamentos), entidades controladas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A., não foram considerados nas demonstrações contábeis combinadas em atendimento aos critérios estabelecidos pela referida resolução. Adicionalmente, não foram combinadas as entidades controladas por cooperativas centrais, conforme descrito na Nota 13.

O Sicoob Previ, entidade de previdência complementar do Sicoob, embora integrante do Sistema, não é incluído nas demonstrações contábeis combinadas, uma vez que, dadas as suas características, não apresenta vínculo societário com nenhuma das entidades que compõem o Sicoob.

Integram ainda as demonstrações contábeis combinadas, conforme disposto no artigo 6º da Circular BCB nº 3.669/2013, todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Sicoob, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Dessa forma, os fundos administrados pelo Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Sicoob DTVM), ou por outras instituições, em que há a característica de retenção substancial dos riscos e benefícios por parte das cooperativas, do Banco Sicoob ou de qualquer outra entidade sistêmica, foram considerados na elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

As seguintes instituições são consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, de acordo com a Resolução CMN nº 4.151/2012:

- **Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob):** Banco múltiplo constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.788/2000, que revogou a Resolução CMN nº 2.193/1995. Teve o funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 21 de julho de 1997, tendo iniciado suas atividades em 1º de setembro de 1997.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito, nos termos do artigo 88 da Lei nº 5.764/1971.

- **Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Sicoob DTVM):** Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) cuja atividade principal consiste na administração de recursos de terceiros por contrato ou comissão. É uma empresa controlada pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A.

O Sicoob DTVM tem por objeto: subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros,

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

observada a regulamentação emitida pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nas respectivas áreas de competência.

O Sicoob DTVM administra os fundos relacionados nos itens (a) e (b) do grupo “Fundos de Investimento”.

- **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação):** Entidade de terceiro grau cujos controladores são as cooperativas centrais do Sistema. Tem como finalidade a prestação de serviços de representação institucional, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e prestação de serviços de tecnologia da informação para todas as entidades integrantes do Sicoob.
- **Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. (Sicoob Consórcios):** Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) cujo objeto social é a constituição e administração de grupos de consórcio destinados à aquisição de bens móveis, imóveis e serviços. A instituição iniciou suas atividades em 3 de julho de 1972 e está sediada em Brasília. É controlada pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, por meio das cooperativas singulares, é o principal parceiro na comercialização dos produtos de consórcio aos cooperados do Sistema.
- **Administradora de Consórcio Unicoob Ltda. (Unicoob Consórcios):** Sociedade limitada administradora de consórcios controlada pelo Sicoob Central Unicoob. Foi estruturada para atender às necessidades das cooperativas singulares filiadas à central, as quais também participam do seu quadro societário.

Opera nos segmentos de automóveis, motocicletas, imóveis e serviços previstos na regulamentação aplicável e foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 19 de maio de 2010.

- **Cooperativas de Crédito Centrais do Sicoob:** Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas por, no mínimo, três cooperativas singulares filiadas. As cooperativas centrais são instituições independentes e atuam como promotoras da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. As centrais atuam proativamente na prevenção e correção de situações que acarretem risco para a solidez das cooperativas filiadas e do Sistema. Elas prestam diversos serviços, entre os quais: centralização dos recursos captados pelas suas cooperativas; padronização e supervisão de sistemas operacionais e de controle de depósitos e empréstimos; supervisão auxiliar; educação e capacitação; adoção de medidas corretivas; assessoria jurídica, assessoria de comunicação; compras em comum; intercâmbios para qualidade e treinamento profissional.
- **Cooperativas de Crédito Singulares do Sicoob:** instituições financeiras não bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, resultantes da união de pessoas que buscam a melhor forma de atendimento às suas necessidades financeiras, tornando-se simultaneamente usuários dos produtos e serviços da cooperativa e seus proprietários.

As cooperativas de crédito singulares, conforme a Resolução CMN nº 5.051/2022, são classificadas de acordo com as operações praticadas, podendo ser: plena; clássica; ou de capital e empréstimo.

As cooperativas singulares classificadas na categoria plena podem praticar todas as operações próprias de cooperativas de crédito; as clássicas não podem operar com moeda estrangeira, variação cambial nem derivativos, dentre outros; as cooperativas classificadas como de capital e empréstimo não podem captar recursos por meio de depósitos ou outros meios, e o *funding* é exclusivamente decorrente do capital integralizado pelos cooperados.

No Sicoob, as cooperativas singulares, de acordo com a classificação prevista na Resolução, estão distribuídas da seguinte maneira:

Classificação	Quantidade
Clássica	301
Capital e empréstimo	10
Plena	11
<b>Total</b>	<b>322</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Fundos de investimento:** Foram considerados na elaboração das demonstrações contábeis combinadas e estão relacionados a seguir:

**(a) Com retenção substancial de riscos e benefícios pelas cooperativas centrais e/ou singulares:**

- Minascoob Fundo de Investimento – Renda Fixa – Crédito Privado
- Sicoob Institucional Fundo de Investimento – Renda Fixa – Crédito Privado
- Sicoob Liquidez Master Fundo de Investimento – Renda Fixa – Crédito Privado
- Sicoob Cecresp Fundo de Investimento – Renda Fixa – Crédito Privado
- Minasverde Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
- Sicoob ES Fundo de Investimento Financeiro – Renda Fixa – Crédito Privado

**(b) Com retenção substancial de riscos e benefícios pelo Banco Sicoob:**

- Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário

## 2.7. Participação das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e fundos de investimento combinados:

Instituições	UF	Participação	31/12/2025	31/12/2025	Exercício 2025
			Ativos	PL	Resultado
Banco Sicoob	DF	100%	191.703.872	5.974.848	919.216
Sicoob DTVM	DF	100%	22.543	13.251	10.647
Sicoob Confederação	DF	100%	611.971	362.563	-
Sicoob Consórcios	DF	100%	1.217.192	695.255	134.211
Unicoob Consórcios	PR	100%	163.383	71.220	25.190
<b>Sistema Regional Espírito Santo</b>			<b>49.791.240</b>	<b>6.699.301</b>	<b>1.113.144</b>
Sicoob Central Es	ES	100%	14.285.333	685.428	37.349
Sicoob Coopermais	ES	100%	4.492.708	640.116	108.944
Sicoob Credirochas	ES	100%	3.202.411	347.651	53.706
Sicoob Conexão	ES	100%	13.152.012	2.509.105	520.428
Sicoob Sul	ES	100%	5.337.266	1.005.886	175.536
Sicoob Sul- Litorâneo	ES	100%	2.200.462	292.150	32.956
Sicoob Sul-Serrano	ES	100%	7.121.048	1.218.965	184.225
<b>Sistema Regional Bahia</b>			<b>5.909.130</b>	<b>949.491</b>	<b>89.531</b>
Sicoob Central BA	BA	100%	1.774.667	167.837	2.729
Sicoob Coopec	BA	100%	69.474	33.694	1.284
Sicoob Coopemar	BA	100%	242.262	33.956	4.478
Sicoob Coopere	BA	100%	650.039	120.832	13.558
Sicoob Costa Do Descobrimento	BA	100%	451.704	72.825	14.867
Sicoob Cred Executivo	BA	100%	367.066	47.020	4.185
Sicoob Credcoop	BA	100%	148.423	34.495	2.929
Sicoob Crediconquista	BA	100%	339.803	61.206	12.211
Sicoob Extremo Sul	BA	100%	889.980	212.794	17.176
Sicoob Norte Sul	BA	100%	345.066	47.418	2.744
Sicoob Sertão	BA	100%	630.646	117.414	13.370
<b>Sistema Regional Crediminas</b>			<b>92.394.658</b>	<b>11.308.025</b>	<b>1.640.714</b>
Sicoob Central Crediminas	MG	100%	30.750.159	1.677.241	22.031
Sicoob Credivale	MG	100%	1.099.294	161.694	37.595
Sicoob Agrocredi	MG	100%	3.202.117	733.024	158.975
Sicoob Aracredi	MG	100%	673.080	88.624	6.567
Sicoob Belcredi	MG	100%	527.929	82.386	16.610
Sicoob Carlos Chagas	MG	100%	544.716	129.091	17.636
Sicoob Centro Sul Mineiro	MG	100%	832.198	144.082	26.316
Sicoob Centro União	MG	100%	557.562	86.434	15.229
Sicoob Coopacredi	MG	100%	1.729.677	299.788	50.809
Sicoob Copersul	MG	100%	697.368	86.168	17.167
Sicoob Credcam	MG	100%	373.661	60.545	13.619
Sicoob Credcooper	MG	100%	1.382.852	208.330	41.924
Sicoob Creddiagro	MG	100%	527.124	69.750	5.066
Sicoob Credialp	MG	100%	527.960	83.140	15.213
Sicoob Crediaara	MG	100%	802.837	128.833	22.798
Sicoob Credibam	MG	100%	317.073	67.414	12.049
Sicoob Credibelo	MG	100%	491.286	58.509	9.741
Sicoob Credibom	MG	100%	1.217.854	177.396	41.353
Sicoob Credicaf	MG	100%	1.474.329	237.111	24.160
Sicoob Credicampina	MG	100%	292.877	46.453	9.430

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições	UF	Participação	31/12/2025	31/12/2025	Exercício 2025
			Ativos	PL	Resultado
Sicoob Credicampo	MG	100%	629.681	118.606	14.614
Sicoob Credicarmo	MG	100%	363.732	79.237	11.734
Sicoob Credicarpa	MG	100%	1.153.480	225.114	19.342
Sicoob Credicoop	MG	100%	465.611	65.064	14.498
Credicope	MG	100%	987.411	138.797	31.596
Sicoob Crediesmeraldas	MG	100%	248.764	25.224	4.859
Sicoob Credifiemg	MG	100%	835.541	112.382	15.711
Sicoob Credifor	MG	100%	1.128.793	106.533	13.678
Sicoob Credijequitinhonha	MG	100%	829.024	157.158	28.867
Sicoob Credilivre	MG	100%	2.141.118	410.831	99.400
Sicoob Credplus	MG	100%	865.120	101.109	16.221
Sicoob Credimac	MG	100%	156.155	29.834	4.086
Sicoob Credimata	MG	100%	814.158	119.614	25.519
Sicoob Credimil	MG	100%	433.110	75.856	10.095
Sicoob Credimonte	MG	100%	712.583	83.550	11.766
Sicoob Credinacional	MG	100%	682.250	88.359	13.970
Sicoob Credinor	MG	100%	1.510.173	226.182	44.509
Sicoob Credinorte	MG	100%	457.747	131.481	25.326
Sicoob Credinosso	MG	100%	137.753	15.731	2.079
Sicoob Credinter	MG	100%	1.605.769	209.512	6.024
Sicoob Credipatos (Nota 2.8.1)	MG	100%	-	-	(28.275)
Sicoob Credipel	MG	100%	389.404	58.035	9.920
Sicoob Credipéu	MG	100%	1.029.065	130.686	20.090
Sicoob Credipimenta	MG	100%	76.768	12.539	2.230
Sicoob Credipinho	MG	100%	397.600	66.802	5.904
Sicoob Credirama	MG	100%	533.175	130.543	20.020
Sicoob Crediriodoce	MG	100%	1.399.265	174.906	29.048
Sicoob Credisales	MG	100%	105.775	26.701	4.456
Sicoob Credisete	MG	100%	1.231.369	149.319	26.071
Sicoob Credisg	MG	100%	1.141.696	243.117	29.731
Sicoob Credisudeste	MG	100%	1.505.824	170.899	21.476
Sicoob Creditiros	MG	100%	399.210	57.558	11.424
Sicoob Crediuana	MG	100%	1.328.313	231.287	60.102
Sicoob Credivag	MG	100%	372.315	75.453	10.465
Sicoob Credivar	MG	100%	3.082.014	472.710	102.719
Sicoob Credivass	MG	100%	2.797.379	361.836	74.790
Sicoob Credivaz	MG	100%	294.230	59.240	(798)
Sicoob Crediverde	MG	100%	676.807	116.543	20.500
Sicoob Credivertentes	MG	100%	1.526.629	239.986	39.273
Sicoob Frutal	MG	100%	1.278.763	180.505	23.326
Sicoob Guaranicredi	MG	100%	653.611	59.175	10.925
Sicoob Itapagipe	MG	100%	241.320	52.680	7.475
Sicoob Montecredi	MG	100%	591.929	91.624	8.805
Sicoob Noroeste De Minas	MG	100%	1.159.224	141.553	10.394
Sicoob Nossocrédito	MG	100%	1.360.319	213.790	48.789
Sicoob Sacramento	MG	100%	407.217	61.231	2.426
Sicoob Uberaba	MG	100%	592.684	93.701	15.437
Sicoob União Dos Vales	MG	100%	2.181.291	223.687	35.856
Sicoob União Central	MG	100%	570.677	110.325	15.364
Sicoob União Centro Oeste	MG	100%	890.859	155.407	24.589
<b>Sistema Regional Goiás</b>			<b>27.858.660</b>	<b>5.849.562</b>	<b>427.601</b>
Sicoob Nova Central	GO	100%	6.956.981	774.217	12.721
Sicoob Agrorural	GO	100%	930.087	270.226	3.366
Sicoob Centro-Sul	GO	100%	517.287	91.636	7.312
Sicoob Cerrado	GO	100%	411.918	55.196	2.973
Sicoob Credfaz	DF	100%	292.855	127.518	9.189
Sicoob Crediadag	GO	100%	709.601	145.966	31.385
Sicoob Credibrasília	DF	100%	565.794	102.172	10.799
Sicoob Credicapa	GO	100%	454.846	104.883	14.460
Sicoob Credicer	GO	100%	215.422	34.694	1.804
Sicoob Crediembrapa	DF	100%	202.990	64.023	1.640
Sicoob Credijur	GO	100%	420.111	86.460	11.612
Sicoob Credijustra	DF	100%	566.662	92.060	6.274
Sicoob Credsef	DF	100%	104.461	32.759	3.443
Sicoob BRmil	DF	100%	215.076	36.730	6.536
Sicoob do Vale	GO	100%	686.366	140.791	10.601
Sicoob Emprecred	GO	100%	671.038	167.333	21.411
Sicoob Centro-Oeste Br	GO	100%	372.086	35.898	(2.758)
Sicoob Coopercred	GO	100%	686.124	148.961	7.700

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições	UF	Participação	31/12/2025	31/12/2025	Exercício 2025
			Ativos	PL	Resultado
Sicoob Cooprem	GO	100%	294.276	42.729	3.802
Sicoob Credi Comigo	GO	100%	40.614	22.328	928
Sicoob Credigoíás	GO	100%	526.843	147.437	14.899
Sicoob Empresarial (I)	GO	100%	607.109	113.182	32.185
Sicoob Mineiros	GO	100%	811.062	349.975	17.069
Sicoob Unicidade	GO	100%	1.024.799	159.380	12.887
Sicoob Empresarial (II)	DF	100%	315.212	73.478	6.760
Sicoob Executivo	DF	100%	255.123	50.085	5.761
Sicoob Judiciário	DF	100%	275.003	63.808	4.026
Sicoob Juriscredcelg	GO	100%	290.049	67.762	4.932
Sicoob Palmeiras	GO	100%	335.280	121.311	5.138
Sicoob Secovicred	GO	100%	1.920.259	493.408	90.932
Sicoob Tocantins	TO	100%	781.285	117.359	11.623
Sicoob Credi-Rural	GO	100%	5.402.041	1.515.797	56.191
<b>Sistema Regional SC/RS</b>			<b>92.298.275</b>	<b>10.321.914</b>	<b>1.555.337</b>
Sicoob Central Sc/Rs	SC	100%	23.468.747	1.482.870	109.379
Credpom	SC	100%	164.982	15.054	1.007
Sicoob Crediauc	SC	100%	3.734.168	458.297	63.938
Sicoob Transcredi	SC	100%	2.350.050	438.529	104.288
Sicoob Advocacia	SC	100%	862.874	121.916	23.836
Sicoob Alto Vale	SC	100%	1.978.882	236.858	42.601
Sicoob Novos Campos	SC	100%	965.484	107.207	3.092
Sicoob Cooperando	RS	100%	77.085	66.070	724
Sicoob Credial	SC	100%	2.625.724	463.561	54.724
Sicoob Credicanoinhas	SC	100%	5.614.733	597.289	140.945
Sicoob Credicarú	SC	100%	1.504.723	269.722	48.645
Sicoob Credija	SC	100%	2.523.109	388.610	95.989
Sicoob Credimoc	SC	100%	692.379	112.825	17.066
Sicoob Crediplanalto	SC	100%	1.849.637	198.968	18.435
Credirio	SC	100%	1.183.371	116.114	16.966
Sicoob Credisc	SC	100%	485.033	44.273	1.030
Sicoob Crediserra	SC	100%	472.055	72.155	13.795
Sicoob Credisulca	SC	100%	2.892.705	437.986	103.629
Sicoob Creditaipu	SC	100%	2.797.420	371.434	45.839
Sicoob Creditapiranga	SC	100%	1.463.795	147.086	20.018
Sicoob Creditran	SC	100%	130.637	37.417	9.856
Sicoob Crediunião	SC	100%	173.028	24.852	2.348
Sicoob Credivale	SC	100%	2.317.250	286.562	72.663
Sicoob Cruz Alta	RS	100%	169.844	11.900	(7.954)
Sicoob Euro Vale	SC	100%	404.025	52.687	2.954
Sicoob Maxicrédito	SC	100%	10.912.414	1.302.975	186.919
Sicoob Multicredi	SC	100%	430.691	78.994	1.045
Sicoob Oestecredi	SC	100%	2.298.179	255.774	23.412
Sicoob Original	SC	100%	1.067.381	193.479	35.941
Sicoob São Miguel	SC	100%	7.592.900	808.718	154.285
Sicoob Trentocredi	SC	100%	1.332.148	241.007	60.758
Sicoob Valcredi Sul	SC	100%	1.301.750	133.532	19.440
Sicoob Vale Do Vinho	SC	100%	2.757.433	296.695	41.636
Sicoob Vale Dos Pinhais	SC	100%	311.677	23.525	420
Sicoob Credinorte	SC	100%	2.161.196	270.228	20.496
Sicoob Credicanoas	SC	100%	232.012	43.369	3.489
Sicoob Credisserrana	SC	100%	458.580	38.412	(3.894)
Sicoob Crediarauçária	SC	100%	540.174	74.964	5.577
<b>Sistema Regional São Paulo</b>			<b>66.848.430</b>	<b>8.623.602</b>	<b>606.149</b>
Sicoob SP	SP	100%	18.708.813	844.061	16.739
Sicoob Cocre	SP	100%	2.141.860	248.502	27.633
Sicoob Cocred	SP	100%	14.233.416	1.862.348	49.669
Sicoob Coocredivre	SP	100%	812.178	283.097	46.843
Sicoob Coopcred	SP	100%	272.584	46.546	6.195
Sicoob Pro	SP	100%	2.484.032	444.074	57.810
Sicoob Cooplivre	SP	100%	1.353.192	171.626	17.077
Sicoob Crediceripa	SP	100%	2.022.873	250.287	33.623
Sicoob Credicitrus	SP	100%	18.262.538	3.514.716	242.068
Sicoob Credicoapec	SP	100%	1.632.900	309.173	59.590
Sicoob Crediguaçu	SP	100%	1.980.664	273.844	32.763
Sicoob Credimota	SP	100%	578.749	41.223	(23.949)
Sicoob Credivale	SP	100%	1.051.513	158.729	18.627
Sicoob Credlíder	SP	100%	248.372	44.027	7.785
Sicoob Nosso	SP	100%	1.064.746	131.349	13.676

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições	UF	Participação	31/12/2025 Ativos	31/12/2025 PL	Exercício 2025 Resultado
<b>Sistema Regional Norte</b>			<b>22.389.033</b>	<b>3.118.525</b>	<b>76.434</b>
Sicoob Norte	RO	100%	5.312.610	373.792	9.702
Sicoob Amazonia	RO	100%	1.725.724	252.254	6.423
Sicoob Centro	RO	100%	1.740.331	260.026	13.768
Sicoob Credempresas	AM	100%	103.684	12.155	814
Sicoob Credip	RO	100%	5.190.707	793.928	91.926
Sicoob Credisul	RO	100%	7.535.932	1.250.056	(67.050)
Sicoob Credjurd	RO	100%	147.843	40.129	3.625
Sicoob Ourocredi	RO	100%	632.202	136.185	17.226
<b>Sistema Regional Cecremge</b>			<b>78.506.949</b>	<b>8.452.962</b>	<b>1.033.089</b>
Sicoob Central Cecremge	MG	100%	23.898.360	924.914	116.385
Coopoços	MG	100%	15.220	12.716	(707)
Sicoob Ac Credi	MG	100%	828.623	107.776	18.762
Sicoob Acicredi	MG	100%	217.905	38.470	11.506
Sicoob Aracoop	MG	100%	6.242.030	762.687	80.540
Sicoob Arcomcredi	MG	100%	263.266	41.079	8.430
Sicoob Ascicred	MG	100%	762.788	86.637	19.913
Sicoob Cecref	MG	100%	77.435	32.529	1.976
Sicoob Cecremec	MG	100%	18.231	9.657	98
Sicoob Centro-Oeste	MG	100%	1.684.294	200.684	21.923
Sicoob Cofal	MG	100%	392.091	65.624	5.516
Sicoob Coopcredi	MG	100%	162.343	24.526	5.377
Sicoob Coopemata	MG	100%	2.243.768	316.705	58.206
Sicoob Coopemg	MG	100%	433.800	81.488	6.731
Sicoob Coopercorreios	MG	100%	137.844	37.961	2.117
Sicoob Coopjus	MG	100%	267.403	80.535	3.486
Sicoob Coopsef	MG	100%	286.780	88.728	3.356
Sicoob Copermec	MG	100%	2.132.895	296.084	51.989
Sicoob Copesita	MG	100%	130.069	34.290	611
Sicoob Cosemi	MG	100%	14.364	9.178	202
Sicoob Cosmipa	MG	100%	520.116	110.619	11.464
Sicoob Credesp	MG	100%	492.795	73.416	13.799
Sicoob Credialto	MG	100%	617.971	80.847	4.295
Sicoob Credicapi	MG	100%	195.152	32.964	3.510
Sicoob Credicenm	MG	100%	1.027.876	123.543	27.177
Sicoob Credichapada	MG	100%	227.602	42.470	843
Sicoob Credicom	MG	100%	9.681.848	1.360.347	94.409
Sicoob Credicopa	MG	100%	4.512.047	558.636	25.369
Sicoob Credileite	MG	100%	220.886	25.897	3.304
Sicoob Credileste	MG	100%	903.118	134.285	29.354
Sicoob Credimed	MG	100%	91.893	14.002	(328)
Sicoob Credimepi	MG	100%	3.960.751	493.586	119.779
Sicoob Credimontes	MG	100%	229.131	36.112	6.912
Sicoob Credinova	MG	100%	925.859	135.260	24.870
Sicoob Credipontal	MG	100%	3.017.982	301.713	(13.475)
Sicoob Credirural	MG	100%	937.759	113.585	29.717
Sicoob Crediserv	MG	100%	51.915	24.223	669
Sicoob Credisucesso	MG	100%	256.779	38.071	8.976
Sicoob Creditável	MG	100%	81.535	12.894	1.927
Sicoob Creditril	MG	100%	925.289	180.280	37.004
Sicoob Credjus	MG	100%	124.307	55.998	4.165
Sicoob Credpit	MG	100%	470.883	70.374	12.321
Sicoob Divicred	MG	100%	2.449.805	294.835	46.378
Sicoob Imob.Vc	MG	100%	522.130	80.556	21.614
Sicoob Jus-MP	MG	100%	441.621	71.087	3.190
Sicoob Lagoacred	MG	100%	957.134	181.339	29.409
Sicoob Nossacoop	MG	100%	928.162	101.748	11.410
Sicoob Paraisocred	MG	100%	212.545	27.372	4.823
Sicoob Sarom	MG	100%	1.664.933	190.271	18.079
Sicoob Credmissão	MG	100%	316.880	35.542	3.648
Sicoob Sudeste Mais	MG	100%	277.926	25.107	3.064
Sicoob UFVcredi	MG	100%	142.803	38.871	2.512
Sicoob Vale Do Aço	MG	100%	910.007	134.844	26.484
<b>Sistema Regional Cecresp</b>			<b>9.421.806</b>	<b>2.164.101</b>	<b>55.565</b>
Sicoob Central Cecresp	SP	100%	2.019.665	369.073	8.368
Coopemesp	SP	100%	33.379	19.943	312
Cooperjs	SP	100%	4.120	3.903	269
Cooperserv	SP	100%	109.657	22.532	(417)
Copercred	SP	100%	22.484	16.771	454

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições	UF	Participação	31/12/2025 Ativos	31/12/2025 PL	Exercício 2025 Resultado
Cred Serv	SP	100%	23.273	21.867	1.175
Crediprodam	SP	100%	4.332	3.966	(33)
Crediprodesp	SP	100%	29.168	27.091	238
Credirhodia	SP	100%	29.483	20.963	49
Eaton Valinhos	SP	100%	7.835	7.438	9
Elgin	SP	100%	10.004	9.147	100
Magiscred	SP	100%	123.522	19.722	1.767
Metalcoopercred	SP	100%	22.993	21.308	742
Nossa Terra	SP	100%	9.379	9.076	199
Novelis	SP	100%	15.457	14.550	(44)
Ouricred	SP	100%	194.335	30.098	3.238
Sicoob	SP	100%	216.314	22.705	1.571
Sicoob Acicred	SP	100%	88.718	10.424	(59)
Sicoob Coocresb	SP	100%	5.814	3.137	135
Sicoob Cooper 7	SP	100%	36.261	20.999	5
Sicoob Cooperac	SP	100%	318.242	45.254	5.049
Sicoob Cooperaso	SP	100%	113.504	17.321	597
Sicoob Coopernapi	SP	100%	15.823	2.214	(722)
Sicoob Coopmil	SP	100%	263.427	68.084	(10.055)
Sicoob Coopmond	SP	100%	57.917	51.898	2.292
Sicoob 3 Colinas	SP	100%	861.908	86.844	5.606
Sicoob Cred Copercana	SP	100%	98.338	40.665	(155)
Sicoob Cred-Aci	SP	100%	53.470	8.165	1.340
Sicoob Cred-Acilpa	SP	100%	50.989	12.262	803
Sicoob Credceg	SP	100%	995.255	204.198	33.792
Sicoob Crediacisc	SP	100%	99.448	14.418	989
Sicoob Crediconsumo	SP	100%	79.025	36.744	(420)
Sicoob Credicor	SP	100%	141.528	17.175	2.991
Sicoob Credicucar	SP	100%	287.706	35.077	1.650
Sicoob Credimogiana	SP	100%	1.047.197	122.186	6.485
Sicoob Credmetal	SP	100%	28.977	13.352	(238)
Sicoob Credsaopaulo	SP	100%	578.358	36.320	(32.756)
Sicoob Credsaude	SP	100%	35.867	6.172	291
Sicoob Cressem	SP	100%	298.957	160.918	5.260
Sicoob Metalcred	SP	100%	156.243	39.174	88
Sicoob União Sudeste	SP	100%	162.896	13.021	1.417
Usagro	SP	100%	24.260	19.948	916
Cooperemb	SP	100%	646.278	437.978	12.267
<b>Sistema Regional Nordeste</b>			<b>6.833.465</b>	<b>1.015.342</b>	<b>154.264</b>
Sicoob Central Ne	PB	100%	1.513.546	94.097	768
Sicoob Ceara	CE	100%	151.245	21.514	2.279
Sicoob Centro Leste Maranhense	MA	100%	863.693	149.335	23.669
Sicoob Centro Nordeste	PB	100%	106.593	22.401	527
Sicoob Coopercret	PB	100%	39.287	12.040	579
Sicoob Leste	AL	100%	403.949	75.151	6.976
Sicoob Oeste Maranhense	MA	100%	178.139	36.605	2.895
Sicoob Paraíba	PB	100%	1.685.920	321.323	85.142
Sicoob Pernambuco	PE	100%	1.137.834	142.782	28.475
Sicoob Piauí	PI	100%	150.666	23.627	2.530
Sicoob Potiguar	RN	100%	246.796	33.683	829
Sicoob Sul Maranhense	MA	100%	108.828	25.782	2.723
Sicoob Creduni	PB	100%	246.969	57.002	(3.128)
<b>Sistema Regional Rondon</b>			<b>9.847.000</b>	<b>1.082.519</b>	<b>(12.801)</b>
Sicoob Central Rondon	MT	100%	1.690.159	153.684	150
Sicoob Buritys	MT	100%	560.513	63.458	7.201
Sicoob Centro Sul MS	MS	100%	391.222	39.380	(5.790)
Sicoob Fronteiras	RO	100%	672.022	88.230	1.332
Sicoob Integração	MT	100%	1.119.427	125.982	(8.970)
Sicoob Ipê	MS	100%	164.981	21.973	3.253
Sicoob Norte MT	MT	100%	1.396.006	158.172	(174)
Sicoob Primavera	MT	100%	2.413.132	275.826	12.205
Sicoob Uniao MT/MS	MT	100%	1.439.538	155.814	(22.008)
<b>Sistema Regional Unicoob</b>			<b>32.050.546</b>	<b>3.457.095</b>	<b>527.760</b>
Sicoob Central Unicoob	PR	100%	6.708.973	422.209	23.281
Sicoob Aliança	PR	100%	757.744	106.772	8.233
Sicoob Arenito	PR	100%	1.723.577	166.821	18.176
Sicoob Coimppa	PA	100%	238.463	84.090	9.309
Sicoob Confiança	PR	100%	381.196	40.763	2.952
Sicoob Cooesa	PA	100%	164.289	23.053	2.586

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instituições	UF	Participação	31/12/2025	31/12/2025	Exercício 2025
			Ativos	PL	Resultado
Sicoob Credicapital	PR	100%	1.431.205	171.795	14.219
Sicoob Horizonte	PR	100%	313.122	35.146	6.141
Sicoob Integrado	PR	100%	1.455.330	161.730	20.285
Sicoob Médio Oeste	PR	100%	707.268	102.276	8.268
Sicoob Metropolitano	PR	100%	6.491.951	786.516	173.281
Sicoob Ouro Verde	PR	100%	2.657.009	281.686	38.042
Sicoob Sul	PR	100%	2.533.856	330.533	81.847
Sicoob Tres Fronteiras	PR	100%	1.352.767	147.854	25.813
Sicoob Unicoob Meridional	PR	100%	2.198.139	267.273	27.254
Sicoob Vale Sul	PR	100%	2.935.657	328.578	68.073
<b>Sistema Regional Uni</b>			<b>30.601.133</b>	<b>3.151.640</b>	<b>279.913</b>
Sicoob Uni	GO	100%	7.727.473	316.662	32.882
Sicoob Credseguro	GO	100%	968.330	240.167	6.870
Sicoob Engecred	GO	100%	5.067.275	590.332	51.587
Sicoob Uni Acre	AC	100%	518.736	72.789	16.497
Sicoob Uni Sudeste	MG	100%	819.109	89.572	13.736
Sicoob Uni Sul MS	MS	100%	190.075	42.144	(8.093)
Sicoob Unicentro Br	GO	100%	9.832.781	1.131.499	15.609
Sicoob Unicentro Norte Brasileiro	GO	100%	4.445.994	504.682	138.593
Sicoob Unisp (Nota 2.8.1)	SP	100%	-	-	319
Sicoob Unique Br	MS	100%	1.031.360	163.793	11.913
<b>Sistema Regional Rio</b>			<b>10.278.934</b>	<b>1.202.109</b>	<b>92.740</b>
Sicoob Unimais Rio	RJ	100%	2.360.053	232.369	501
Sicoob Coopjustiça	RJ	100%	428.360	107.145	14.702
Sicoob Cecremef	RJ	100%	496.524	41.908	2.971
Sicoob Circuito das Águas	SP	100%	146.423	14.973	2.103
Sicoob Coomperj	RJ	100%	444.523	39.602	(5.081)
Sicoob Coopvale	RJ	100%	75.221	7.461	(4.705)
Sicoob Crediacil	SP	100%	514.325	64.131	8.693
Sicoob Empresas RJ	RJ	100%	253.690	49.428	4.606
Sicoob Fluminense	RJ	100%	557.391	57.579	(6.763)
Sicoob Paulista	SP	100%	1.214.412	127.726	18.385
Sicoob Unimais Centro Leste Paulista	SP	100%	878.168	123.245	22.499
Sicoob Mantiqueira	SP	100%	1.944.359	210.169	19.413
Sicoob Unimais Metropolitana	SP	100%	965.485	126.373	15.416
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>17.611.640</b>	<b>17.598.613</b>	<b>2.023.636</b>
Minascoop FI - RF - CP	DF	100%	1.843.057	1.842.844	233.443
Sicoob Institucional FI - RF - CP	DF	100%	8.213.973	8.213.359	958.774
Minasverde FI em Direitos Creditórios	DF	100%	132.241	122.772	14.172
Sicoob ES Fundo de Investimento Financeiro (a)	DF	100%	1.471.795	1.471.663	174.048
Sicoob Agências FI - Imobiliário	DF	100%	21.611	21.561	2.534
Sicoob Liquidez Master FI - Renda Fixa	DF	100%	5.349.958	5.349.491	567.481
Sicoob Cecresp FI - Renda Fixa	DF	100%	579.005	576.923	73.184
<b>Total</b>			<b>746.359.860</b>	<b>92.111.938</b>	<b>10.752.340</b>

## 2.8. Movimentação de cooperativas

A seguir, estão apresentadas as movimentações de cooperativas incorporadas, migradas, filiadas e desfiladas no exercício de 2025:

### 2.8.1. Incorporação de cooperativas

Sistema	Incorporada	Sistema	Incorporadora	Incorporação em
Sicoob Uni	Sicoob Medcred	Sicoob Uni	Sicoob Unicentro Br	Maiço/2025
Sicoob Cecremge	Sicoob Credivale	Sicoob Cecremge	Sicoob Credicom	Maiço/2025
Sicoob Cecremge	Sicoob Credigerais	Sicoob Cecremge	Sicoob Credicopa	Junho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Roraima	Sicoob Uni	Sicoob Unicentro Norte Brasileiro	Junho/2025
Sicoob Crediminas	Sicoob Credipatos	Sicoob Cecremge	Sicoob Credicopa	Dezembro/2025
Sicoob Uni	Sicoob UNISP	Sicoob Uni	Sicoob Unicentro Br	Dezembro/2025

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2.8.2. Migração de cooperativas

Sistema de origem	Cooperativa migrada	Sistema de destino	Migrada em
Sicoob Uni	Sicoob Coopercred	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Mineiros	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Credigoíás	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Centro-Oeste BR	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Credi Comigo	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Empresarial	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Cooprem	Sicoob Nova Central	Julho/2025
Sicoob Uni	Sicoob Unicidade	Sicoob Nova Central	Julho/2025

### 2.8.3. Filiação de cooperativas

Sistema	Cooperativa Filiada	Filiação em
Sicoob NE	Sicoob Creduni	Agosto/2025

### 2.8.4. Desfiliação de cooperativas

Sistema	Cooperativa Desfilia	Desfiliação em
Sicoob SC/RS	Sicoob Cejascred	Junho/2025

## 2.9 Eliminações entre entidades do Sicoob

Balancos Patrimoniais Combinados	Aglutinado	Eliminações	Combinado
<b>Ativo – circulante e não circulante</b>			
Disponibilidades	2.206.328	(22.942)	2.183.386
Ativos financeiros ao custo amortizado	580.803.529	(185.146.930)	395.656.599
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	32.806.133	(21.014.897)	11.791.236
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	103.432.626	(95.753.939)	7.678.687
Outros ativos	6.478.251	(167.070)	6.311.181
Ativo fiscal diferido	533.050	-	533.050
Investimentos	15.123.602	(14.262.137)	861.465
Imobilizado	4.462.774	-	4.462.774
Intangível	513.567	-	513.567
<b>Total do ativo</b>	<b>746.359.860</b>	<b>(316.367.915)</b>	<b>429.991.945</b>
<b>Passivo – circulante e não circulante</b>			
Passivos financeiros ao custo amortizado	641.229.990	(284.233.439)	356.996.551
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	788	-	788
Provisões	1.270.203	-	1.270.203
Obrigações fiscais	296.831	-	296.831
Outros passivos	11.450.110	(2.721.782)	8.728.328
<b>Total do passivo</b>	<b>654.247.922</b>	<b>(286.955.221)</b>	<b>367.292.701</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>92.111.938</b>	<b>(29.412.694)</b>	<b>62.699.244</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>746.359.860</b>	<b>(316.367.915)</b>	<b>429.991.945</b>
<b>Demonstrações Combinadas do Resultado</b>	<b>Aglutinado</b>	<b>Eliminações</b>	<b>Combinado</b>
Receitas da intermediação financeira	79.472.781	(17.299.688)	62.173.093
Despesas da intermediação financeira	(48.268.150)	15.281.441	(32.986.709)
Provisões para perdas esperadas em operações de crédito	(8.358.652)	34.149	(8.324.503)
Provisões para perdas esperadas para AIL e TVM	9.909	-	9.909
Receitas operacionais	14.661.369	(5.206.804)	9.454.565
Despesas operacionais	(22.377.248)	3.556.029	(18.821.219)
Provisões contingenciais	(108.137)	-	(108.137)
Provisões para garantias prestadas	(135.117)	-	(135.117)
Resultado não operacional	(72.848)	-	(72.848)
Imposto de renda e contribuição social	(241.178)	-	(241.178)
Participação nos lucros	(559.242)	-	(559.242)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14.023.487</b>	<b>(3.634.873)</b>	<b>10.388.614</b>
Juros sobre o capital próprio	(3.271.147)	584.557	(2.686.590)
<b>Lucro após os juros sobre o capital próprio</b>	<b>10.752.340</b>	<b>(3.050.316)</b>	<b>7.702.024</b>

## 2.10. Eventos subsequentes

São eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão destas. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Eventos que não originam ajustes:** aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 2.11. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

#### 2.11.1. Adoção da Resolução CMN nº 5.185/2024 – Informações relativas às divulgações no âmbito do ESG

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 5.185, de 21 de novembro de 2024, consolidando os critérios gerais para a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma em referência determina a adoção dos Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02 emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. Estas normas se fundamentam nas normas internacionais IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima, ambas emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). A Resolução requer que, além das instituições registradas como companhias abertas, instituições líderes de conglomerado prudencial classificadas nos segmentos S1 ou S2 também são obrigadas a divulgar o "Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade", a partir do exercício de 2026. Destacamos a seguir, os principais requisitos dos pronunciamentos mencionados:

- **Pronunciamento Técnico – CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**

Essa norma estabelece um conjunto unificado de requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A IFRS S1 aborda diversos aspectos, como saúde, segurança do trabalho e proteção de dados, e se estrutura em quatro pilares fundamentais:

- (a) **Governança:** Estruturas de supervisão e responsabilidade sobre a sustentabilidade;
- (b) **Estratégia:** Impactos da sustentabilidade nos negócios no curto, médio e longo prazo;
- (c) **Gestão de Riscos:** Identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados à sustentabilidade;
- (d) **Métricas e Metas:** Indicadores utilizados para monitorar o desempenho e as metas estabelecidas.

- **Pronunciamento Técnico – CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima**

Com os mesmos pilares estruturais da IFRS S1, essa norma foca especificamente na divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Seu objetivo é garantir uma avaliação integrada dos impactos climáticos sobre as empresas, evitando duplicação de informações e promovendo maior transparência na divulgação de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas.

Para garantir conformidade com os novos requisitos, as empresas devem identificar temas materiais relevantes para o negócio e incorporá-los em seus planos estratégicos e financeiros, considerando os impactos tanto sobre a empresa quanto sobre o meio ambiente e a sociedade.

Essas normas representam um avanço significativo na padronização e na transparência das divulgações de informações no âmbito do ESG, garantindo maior comparabilidade e confiabilidade para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

O Sicoob está se adequando para adoção da norma e divulgação do relatório em 2026. Para apoiar a implantação das normas, foi contratada consultoria especializada.

A administração do Sicoob está avaliando os impactos das normas considerando as entidades que o integram, estrutura, operações e aplicação dos prazos específicos para implantação considerando cada tipo de instituição.

#### 2.11.2. Adoção das Resoluções CMN nº 5.252/2025 e BCB nº 513/2025 – Mensuração, reconhecimento, baixa e evidência contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) emitiram, respectivamente, a Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025 e a Resolução BCB nº 513, de 21 de outubro de 2025, que estabelecem

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

critérios e procedimentos contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidência de ativos e passivos de sustentabilidade, promovendo a atualização e o alinhamento das práticas contábeis do Sistema Financeiro Nacional aos padrões internacionais.

Essas normas estabelecem critérios específicos para identificação e tratamento contábil de instrumentos e obrigações associados a aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), ampliando o nível de transparência e padronização das informações divulgadas pelas instituições financeiras.

O Sicoob encontra-se em processo de avaliação dos impactos dessas regulamentações, incluindo a análise de eventuais ajustes em políticas contábeis, sistemas, controles internos e processos de divulgação. Para apoiar a implantação das normas, foi contratada consultoria especializada.

As referidas normas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

### 2.11.3. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, instituiu a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil com o objetivo de simplificar o sistema e aumentar a segurança jurídica. Sua regulamentação inicial ocorreu por meio da Lei Complementar nº 214, sancionada em 16 de janeiro de 2025, que instituiu um modelo dual de tributação composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS), promovendo ampla reformulação no sistema tributário nacional.

Apesar do objetivo de simplificação, a complexidade do período de transição e a dependência de regulamentações complementares — inclusive estaduais e municipais — exigem análises técnicas adicionais para a mensuração definitiva dos impactos.

Para as cooperativas de crédito, a norma preserva o tratamento diferenciado dos atos cooperativos, mantendo a não incidência do IBS e da CBS sobre operações realizadas entre cooperativas e seus cooperados. No entanto, operações com terceiros permanecem sujeitas à tributação. A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: arts. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos arts. 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Não houve/haverá alterações nas apurações de tributos em 2025/2026. O Sicoob está acompanhando as discussões e aguarda regulamentações adicionais para avaliar os impactos da reforma tributária de forma específica em especial as novas obrigações acessórias que virão com a implantação da norma. Para apoiar a implantação das normas, foi contratada consultoria especializada.

### 2.11.4. Resolução CMN nº 5.259/2025

A partir de 1º de janeiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.259/2025 que consolidou as normas sobre os combinados cooperativos e trouxe outras alterações. Esta norma revogou a Resolução CMN nº 4.151/2012 e Circular BCB nº 3.669/2013. A nova norma tornou o combinado cooperativo mais abrangente ao permitir a inclusão das seguintes entidades:

- Fundos garantidores voluntários exclusivos do próprio sistema cooperativo;
- Entidades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, tais como sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- Outras pessoas jurídicas que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas anteriormente.

Para atendimento ao normativo, foram analisadas todas as entidades controladas por cooperativas centrais, singulares, banco e fundos voluntários constituídos por cooperativas do Sicoob, no que for aplicável.

## Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

### 3.1. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aqui descritas e requerem que a Administração exerça julgamento na definição e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, por meio de sua mensuração a valor justo.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas semestralmente de modo a refletir a melhor informação disponível para fundamentar os registros contábeis.

### 3.2. Instrumentos financeiros

#### 3.2.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros no Sicoob são classificados em modelos de negócios, aprovados por meio Políticas Sistêmicas.

Para determinar os modelos de negócios aplicáveis aos ativos financeiros, o Sicoob avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- recebimento de fluxos de caixa de principal e juros,
- pela venda, ou por
- ambos.

Leva em consideração ainda, dentre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A classificação dos instrumentos financeiros no Sicoob é apresentada conforme descrito a seguir:

- **Modelo de negócios 1** – Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros com mensuração ao custo amortizado e efeitos reconhecidos no resultado do período;
- **Modelos de negócios 2** – Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro com mensuração Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da mensuração a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários); e
- **Modelo de negócios 3** – Outros modelos de negócios, tendo a mensuração contábil ao valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros.

Para atender ao conceito definido pelas normas, os fluxos de caixa devem incluir a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado como ao Valor Justo por meio do Resultado.

### 3.2.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) depende de qual modelo de negócios foi classificado o instrumento. As categorias de mensuração estão descritas a seguir:

- **Custo amortizado – mensuração para os instrumentos classificados no modelo de negócios 1:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – mensuração para os instrumentos financeiros classificados no modelo de negócios 2:** os instrumentos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente na rubrica específica do patrimônio líquido “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização da baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros
- **Valor justo por meio do resultado – mensuração para os instrumentos financeiros classificados no modelo de negócios 3:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são registrados no resultado no período em que ocorrerem.

### 3.2.3. Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, é necessário um julgamento necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

#### Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração.
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.
- **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.2.4. Reclassificação dos instrumentos financeiros

No exercício, o Sicoob não reclassificou ativos financeiros entre modelos de negócios.

### 3.2.5. Baixa (desreconhecimento/Write-off) de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

### 3.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência. As receitas da prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação do serviço ao associado ou a terceiros.

### 3.4. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

### 3.5. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que integram o Combinado Cooperativo do Sicoob e consideradas neste documento. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

### 3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

### 3.7. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966/2021, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR)."

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pela instituição. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, em casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Os instrumentos financeiros destinados à contabilidade de hedge podem ser agrupados conforme sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de risco de mercado:** engloba os derivativos financeiros utilizados para mitigar riscos associados à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Os ganhos e perdas relacionados devem ser registrados diretamente no resultado do exercício da Instituição.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Hedge de fluxo de caixa:** refere-se aos derivativos financeiros voltados à proteção contra flutuações nos fluxos de caixa futuros estimados. Os ganhos e perdas da parcela efetiva devem ser reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, já descontados os efeitos tributários, enquanto as demais variações são contabilizadas no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* são acompanhados por documentação específica que contém informações detalhadas sobre as respectivas operações, os riscos envolvidos e a estratégia adotada. A efetividade dessas operações é avaliada por meio de testes prospectivos e/ou retrospectivos de eficácia, conforme exigido pela regulamentação vigente.

As operações com derivativos realizadas nos mercados de futuros e de opções são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, e os valores de mercado desses instrumentos são determinados com base nas cotações divulgadas.

### 3.8. Método de taxa de juros efetiva (TJEO)

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juros efetiva é calculada quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro considerando os itens identificados e que são elegíveis ao cálculo. São exemplos de custos de transação no Sicoob:

- receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Custos rateáveis não compõem a taxa de juros efetiva da operação.

Conforme requisitos da Resolução BCB 352/2023, o Sicoob optou por adotar o modelo de cálculo linear proporcional para as operações de crédito e aquelas com características de crédito de forma prospectiva, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2025

Para as operações de tesouraria, caso identificados custos de transação elegíveis à aplicação da TJEO, a metodologia de cálculo obrigatoriamente deve ser a completa.

### 3.9. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

#### 3.9.1. Visão geral

O Sicoob adota a metodologia completa para o cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme disposto na Resolução CMN nº 5.146/2024. Os modelos estatísticos de perdas esperadas estão construídos com base nos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e avaliam os pisos mínimos de provisionamento para operações classificadas no Estágio 3, conforme Resolução BCB nº 352/2023.

O Sicoob registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;
- Títulos e Valores Mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de crédito;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” que gerem risco de crédito.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.9.2. Classificação em estágios

Conforme normativos vigentes, é utilizada a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- **Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de ativo problemático considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 (doze) meses apenas.
- **Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (ativo problemático). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD 12 meses).
- **Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:
  - (a) A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
  - (b) O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352/2023, que considera as perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos.

### 3.9.3. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação tem como base a probabilidade de o ativo se tornar problemático para toda a sua vida. Originalmente, quando a operação é concedida pela instituição, é registrada em Estágio 1 e, posteriormente, a cada data-base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em Estágio 2, ou ainda, se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em Estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são fundamentadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de ativo problemático), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como Estágio 2, são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias e limitado a 60 dias.

No Estágio 3, devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge:

- atraso no pagamento acima de 90 dias;
- marcação de reestruturação; ou
- quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento, por exemplo Recuperação Judicial (RJ).

### 3.9.4. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- (a) **Probabilidade de default (PD):** a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- (b) **Perda dada ao default (LGD):** a LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o de ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos, mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a

contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente;

- (c) **Exposição ao default (EAD):** valor da exposição na data-base de cálculo, apurado como a soma do saldo contábil das operações com o montante dos limites de crédito não utilizados ponderados pelo Fator de Conversão de Crédito (CCF), conforme critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021 determina que todos os modelos incorporem variáveis preditivas de fatores macroeconômicos, de forma a proporcionar uma visão prospectiva do risco frente à exposição a fatores exógenos e permitir que as instituições avaliem antecipadamente os impactos decorrentes de diferentes cenários econômicos, sejam eles positivos ou adversos. Em outras palavras, as variáveis *Forward Looking* atuam como um mecanismo de calibragem dos modelos à luz das condições macroeconômicas e da política de crédito vigente.

### 3.9.5. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como ativo problemático quando:

- ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerada reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados para Estágio 3 na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização.

O efeito do arrasto poderá não ocorrer nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados contabilmente quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no Art. 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando à inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do Art. 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais;
- a aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

### 3.10. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 13.

### 3.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo juros e demais encargos financeiros capitalizados, de acordo com a Nota 14. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na estimativa de vida útil, observadas as seguintes taxas anuais:

- imóveis de uso – 5%;
- equipamentos – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.12. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das entidades integrantes do Sicoob ou exercidos com essa finalidade conforme Nota 15. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%.

### 3.13. Teste de *impairment* (redução ao valor recuperável de ativos)

Os itens do imobilizado, assim como os ativos intangíveis estão sujeitos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1). Caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável, a perda é reconhecida no resultado do período reduzindo, por consequência, os saldos dos itens em que foram identificadas tais perdas (Notas 14 e 15).

### 3.14. Arrendamentos financeiros

Os arrendamentos financeiros no Sicoob, são registrados contabilmente nos termos da Resolução CMN nº 4.975/2021 e do CPC 06 – Arrendamentos em contas de passivo como resultado da apuração do valor presente dos pagamentos futuros descontados pela taxa de captação média dos depósitos mantidos pelas cooperativas singulares do Sicoob, conforme Nota 21.1. A contrapartida é reconhecida no ativo de direito de uso de arrendamentos, que representa o direito de utilização do bem arrendado. A depreciação é calculada de forma

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento e a despesa é reconhecida no resultado do exercício a que se referir conforme Nota 21.2.

Os arrendamentos classificados como de baixo valor são aqueles, considerados como operacionais e são registrados diretamente em conta de despesa no resultado do período a que se referirem. O Sicoob considera arrendamento de baixo valor a referência da norma internacional IFRS 16 – Arrendamentos que considera montante igual ou menor a US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares). A apuração em reais levou em conta a cotação do dólar PTAX de 31/12/2024. Este valor será revisado anualmente.

São considerados de curto prazo aqueles arrendamentos inferiores a 12 (doze) meses, desta forma, tais arrendamentos serão contabilizados diretamente como despesa.

O Sicoob adotou a resolução CMN nº 4.975/2021 de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025.

### 3.15. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

### 3.16. Depósitos

Os depósitos no Sicoob estão classificados como à vista, de poupança, a prazo, sendo eles Recibos de Depósito Cooperativo (RDC) e Certificados de Depósito Bancário (CDB), interfinanceiros e sob aviso, de acordo com a Nota 16.1.

Os depósitos de poupança têm remuneração pactuada de acordo com a normatização vigente e estão apresentados pelo valor captado, incluído as atualizações incorridas no período.

Os recursos provenientes de depósitos a prazo (RDC e CDB) estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia, podendo ser pós ou prefixados pactuados para disponibilidade em data preestabelecida.

### 3.17. Obrigações por operações compromissadas

As obrigações por operações compromissadas, de acordo com a Nota 18.1 são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

### 3.18. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável e estão compostos preponderantemente por captações efetuadas com órgãos oficiais, como BNDES/Finame, MAPA/Funcafê e Fundos Constitucionais conforme a Nota 19.1.

### 3.19. Benefícios a Empregados – Previdência Complementar

O plano de previdência instituído pelo Banco Sicoob é um plano disponível para todo o Sicoob e possui a característica de contribuição definida. As contribuições mensais do patrocinador são reconhecidas como despesa no resultado do período.

### 3.20. Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foram constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi provisionada conforme a natureza jurídica de cada entidade, sendo: Banco Sicoob, 20%; cooperativas de crédito e Sicoob DTVM, 15%; e Sicoob Consórcios, 9%. A base de cálculo adotada corresponde ao lucro real, conforme a legislação vigente.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram reconhecidos com base nas mesmas alíquotas, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em prazo de até dez anos, nos termos da Resolução BCB nº 15/2020, aplicável ao Sicoob Consórcios, e da Resolução CMN nº 4.842/2020, aplicável às demais entidades. Essa expectativa está suportada por estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

Os ativos fiscais diferidos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas decorrem daqueles registrados no Banco Sicoob, Sicoob DTVM e Sicoob Consórcios, enquanto os passivos fiscais diferidos foram reconhecidos no Banco Sicoob e no Sicoob Consórcios.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, a dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos passou a observar a Lei nº 14.467/2022 para as instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, excetuadas as administradoras de consórcios e as instituições de pagamento, que permanecem sujeitas ao disposto na Lei nº 9.430/1996.

### 3.21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, de acordo com a Nota 22.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- (a) **Ativos Contingentes** – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- (b) **Causas Judiciais** – São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes;
- (c) **Obrigações Legais** – São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais as entidades integrantes do Sicoob têm por diretriz reconhecê-las contabilmente.

### 3.22. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

### 3.23. Transações entre partes relacionadas

As transações realizadas entre as entidades combinadas que se configuram como transações entre partes relacionadas são devidamente eliminadas no processo de combinação e estão apresentadas na Nota 28. Valores pagos ao pessoal-chave da administração, bem como as operações destes administradores mantidas com o Sicoob estão apresentadas respectivamente nas Notas 28.4 e 28.5.

### 3.24. Pronunciamentos técnicos – CPCs

O Conselho Monetário Nacional, assim como o Banco Central do Brasil aprovaram a adoção de Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. Estes pronunciamentos

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foram aplicados nas demonstrações contábeis individuais das entidades integrantes do Sicoob que fazem parte do Combinado, conforme descrito a seguir:

### 3.24.1. Resolução CMN nº 3.823/2009 | Resolução BCB nº 9/2020

- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingente

### 3.24.2. Resolução CMN nº 3.989/2011

- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações

### 3.24.3. Resolução CMN nº 4.818/2020 | Resolução BCB nº 2/2020

- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas;
- CPC 24 – Evento subsequente;
- CPC 41 – Resultado por ação.

### 3.24.4. Resolução CMN nº 4.877/2020 | Resolução BCB nº 59/2020

- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

### 3.24.5. Resolução CMN nº 4.924/2021 | Resolução BCB nº 120/2021

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo;
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

### 3.24.6. Resolução CMN nº 5.101 /2023 | Resolução BCB nº 178/2022

- CPC 06 (R2) – Arrendamento.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – aprovado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; e
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

## Nota 4 – Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

Em 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 no Sicoob foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsão normativa. Tais ajustes foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme detalhado a seguir:

	Nota
<b>Saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>54.463.113</b>
Perdas esperadas relativas ao risco de crédito	(a) (1.397.632)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	134.841
<b>Efeito no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>(1.262.791)</b>
<b>Saldo do Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>53.200.32</b>

(a) Inclui as perdas esperadas constituídas sobre garantias financeiras prestadas, compromissos de empréstimos, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Caixa e equivalentes de caixa	Nota	31/12/2025
<b>Disponibilidades</b>		<b>2.183.386</b>
Moeda nacional		2.087.834
Moeda estrangeira		95.552
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>(a)</b>	<b>42.787.798</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		42.787.798
<b>Total</b>		<b>44.971.184</b>

(a) As aplicações consideradas como equivalentes de caixa são aquelas nas quais os prazos são inferiores a 90 dias, considerando a data da emissão do título e o vencimento e não estão sujeitas a variações significativas de valor e taxa. São compostas por operações compromissadas feitas preponderantemente pelo Banco Sicoob com outras instituições do SFN.

### Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez mensuradas ao custo amortizado

#### 6.1. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao Custo Amortizado	Nota	Prazo de vencimento		31/12/2025
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>		<b>42.787.798</b>	-	<b>42.787.798</b>
Revendas a liquidar – posição bancada	(a)	42.787.798	-	42.787.798
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>(b)</b>	<b>6.698.478</b>	<b>377.528</b>	<b>7.076.006</b>
<b>Total aplicações mensuradas ao custo amortizado</b>		<b>49.486.276</b>	<b>377.528</b>	<b>49.863.804</b>
Perdas esperadas constituídas		(1.825)	-	(1.825)
<b>Total líquido das perdas esperadas</b>		<b>49.484.451</b>	<b>377.528</b>	<b>49.861.979</b>
<b>Circulante</b>		<b>49.486.276</b>	-	<b>49.486.276</b>
<b>Não Circulante</b>		-	<b>377.528</b>	<b>377.528</b>

(a) Operações com lastros em títulos públicos federais efetuadas preponderantemente pelo Banco Sicoob com outras instituições financeiras.

(b) Depósitos interfinanceiros (DIs) efetuados preponderantemente pelo Banco Sicoob com outras instituições financeiras.

#### 6.2. Classificação das aplicações interfinanceiras de liquidez por estágio

A classificação de ativos financeiros em estágios é requerida pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 e é aplicável àqueles ativos financeiros classificados em modelos de negócios cujas categorias de mensuração são: ao custo amortizado (CA) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A seguir, estão apresentadas as aplicações interfinanceiras de liquidez por tipo e estágio:

Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	42.787.798	-	-	42.787.798
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.074.181	-	-	7.074.181
<b>Total</b>	<b>49.861.979</b>	-	-	<b>49.861.979</b>

#### 6.3. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito das aplicações interfinanceiras de liquidez por estágios

Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(1.825)	-	-	(1.825)
<b>Total</b>	<b>(1.825)</b>	-	-	<b>(1.825)</b>

No exercício findo em 31/12/2025, os saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

#### 6.4. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição	2º semestre 2025	Exercício 2025
Posição bancada	4.218.610	6.690.850
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	532.796	943.921
Aplicações voluntárias no Banco Central	123.334	159.745
<b>Total</b>	<b>4.874.740</b>	<b>7.794.516</b>

## Nota 7 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em modelos de negócios conforme Nota 3.2.1., cujas categorias de mensurações contábeis são: ao custo amortizado (CA), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A apuração dos valores de mercado dos TVMs e instrumentos financeiros derivativos consideram os critérios da hierarquia de valor justo conforme Nota 3.2.3 e considera os seguintes parâmetros:

- (d) **Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNs)** – é utilizada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA;
- (e) **Fundos de investimento (Fis)** – utiliza-se o valor da última cota informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- (f) **Títulos privados** – são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os spreads médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.
- (g) **Instrumentos financeiros derivativos** – a metodologia de marcação a mercado é estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na [B]3 ou no SELIC, exceto as cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7.1. Composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Mensuração/Papéis	Nota	Sem vencimento e até 3 meses	Prazo de Vencimento			Perda esperada	31/12/2025
			De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos		
<b>I – Ao custo amortizado (CA)</b>		<b>1.733.918</b>	<b>2.919.696</b>	<b>66.684.380</b>	<b>12.630.422</b>	<b>(15.153)</b>	<b>83.953.263</b>
<b>Carteira própria</b>		<b>1.714.719</b>	<b>2.919.696</b>	<b>55.227.228</b>	<b>8.925.553</b>	<b>(15.078)</b>	<b>68.772.118</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		1.264.502	574.213	54.063.409	8.919.373	-	64.821.497
Notas do Tesouro Nacional – NTN		-	-	-	2.529	-	2.529
Letras Financeiras – LF		435.706	1.821.973	1.116.027	-	(14.187)	3.359.519
NT – Notas de tratado		-	512.725	-	-	(26)	512.699
Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA		14.511	10.785	35.093	-	(541)	59.848
Debêntures		-	-	12.699	3.651	(324)	16.026
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.862.917</b>	<b>3.704.869</b>	<b>(75)</b>	<b>5.567.711</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		-	-	1.839.096	3.704.869	-	5.543.965
Letras Financeiras – LF		-	-	23.821	-	(75)	23.746
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>		<b>19.199</b>	<b>-</b>	<b>9.594.235</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.613.434</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		18.881	-	9.594.235	-	-	9.613.116
Títulos de Capitalização		318	-	-	-	-	318
<b>II – Ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>		<b>1.841.283</b>	<b>4.119.100</b>	<b>5.830.248</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.790.631</b>
<b>Carteira própria</b>		<b>1.836.763</b>	<b>4.119.100</b>	<b>5.830.248</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.786.111</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		1.103	16.278	190.486	-	-	207.867
Certificados de depósito bancário – CDB		857.025	1.032.313	148.921	-	-	2.038.259
Letras financeiras – LF		845.256	3.069.306	5.447.842	-	-	9.362.404
Debêntures		-	-	42.999	-	-	42.999
Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA		-	1.203	-	-	-	1.203
Cotas de fundos de investimento		123.034	-	-	-	-	123.034
Ações emitidas por empresas não financeiras		10.345	-	-	-	-	10.345
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>4.520</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.520</b>
Mercados Futuros (ajustes diários)	<b>7.7 e 7.8</b>	3.907	-	-	-	-	3.907
Contratos de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira)		613	-	-	-	-	613
<b>III – Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>		<b>2.928.456</b>	<b>525.764</b>	<b>4.224.751</b>	<b>-</b>	<b>(284)</b>	<b>7.678.687</b>
<b>Carteira própria</b>		<b>1.264.250</b>	<b>521.893</b>	<b>3.814.190</b>	<b>-</b>	<b>(284)</b>	<b>5.600.049</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		1.264.250	506.268	3.814.190	-	-	5.584.708
Debêntures		-	15.625	-	-	(284)	15.341
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>410.561</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>410.561</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		-	-	410.561	-	-	410.561
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>		<b>1.664.206</b>	<b>3.871</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.668.077</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		1.664.206	3.871	-	-	-	1.668.077
<b>Total</b>		<b>6.503.657</b>	<b>7.564.560</b>	<b>76.739.379</b>	<b>12.630.422</b>	<b>(15.437)</b>	<b>103.422.581</b>
<b>Circulante</b>		<b>6.503.657</b>	<b>7.564.560</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.068.217</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>76.739.379</b>	<b>12.630.422</b>	<b>-</b>	<b>89.369.801</b>

As demais operações de instrumentos financeiros derivativos estão demonstradas nas notas 7.7 e 7.8.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7.1.1. Títulos e valores mobiliários vinculados a garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 11.281.510, sendo principalmente:

- (a) R\$ 5.993.895 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- (b) R\$ 4.634.954 referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões e adquirentes.

### 7.2. Valor de custo e de mercado dos títulos e valores mobiliários

Categorias de mensuração	31/12/2025	
	Custo	Mercado
<b>Custo amortizado (CA)</b>	<b>83.953.263</b>	<b>84.136.748</b>
Títulos públicos	79.981.107	80.151.436
Títulos privados	3.972.156	3.985.312
<b>Valor justo do resultado (VJR)</b>	<b>11.776.255</b>	<b>11.790.631</b>
Títulos públicos	207.530	207.867
Títulos privados	11.430.826	11.444.865
Cotas de fundos de investimento	123.034	123.034
Ações emitidas por empresas não financeiras	10.345	10.345
Instrumentos financeiros derivativos	4.520	4.520
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>7.671.957</b>	<b>7.678.687</b>
Títulos públicos	7.656.491	7.663.346
Títulos privados	15.466	15.341
<b>Total</b>	<b>103.401.475</b>	<b>103.606.066</b>

Os títulos e valores mobiliários das cooperativas foram calculados a valores de mercado apenas para fins de divulgação desta nota, e não representam um ajuste de consolidação no combinado.

### 7.3. Classificação dos títulos e valores mobiliários por estágios

A classificação de ativos financeiros em estágios é requerida pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 e são aplicáveis aos ativos financeiros classificados em modelos de negócios cujas categorias de mensuração são ao custo amortizado (CA) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A seguir, estão apresentados títulos e valores mobiliários classificados por tipo de papel e estágio:

Composição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Títulos públicos	87.644.454	-	-	87.644.454
Títulos privados	3.985.177	2.319	-	3.987.496
<b>Total</b>	<b>91.629.631</b>	<b>2.319</b>	<b>-</b>	<b>91.631.950</b>

### 7.4. Movimentação dos títulos e valores mobiliários por estágios

Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo Inicial 1º/1/2025</b>	<b>72.411.569</b>	-	-	<b>72.411.569</b>
Transferência para estágio 2	(2.319)	2.319	-	-
Outras movimentações líquidas (a)	19.220.381	-	-	19.220.381
<b>Saldo final 31/12/2025</b>	<b>91.629.631</b>	<b>2.319</b>	<b>-</b>	<b>91.631.950</b>

(a) A linha "Outras movimentações líquidas" inclui aquisições, baixas, vencimentos e demais movimentações ocorridas no período.

### 7.5. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito dos títulos e valores mobiliários por estágios

Composição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Títulos privados	(15.437)	-	-	(15.437)
<b>Total</b>	<b>(15.437)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.437)</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7.6. Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Composição	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas de operações com títulos e valores mobiliários	6.099.148	11.096.001
Rendas de aplicações de fundos de investimento	150.924	175.369
Lucros com títulos de renda fixa	725	9.465
Resultado de operações com derivativos	21.010	97.070
Resultado de avaliação a valor justo	(2.790)	(13.030)
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários	(34.905)	(67.505)
<b>Total</b>	<b>6.234.112</b>	<b>11.297.370</b>

### 7.7. Hedge accounting

A estratégia de hedge de fluxo de caixa do Banco Sicoob tem como objetivo mitigar a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuível a riscos específicos, em especial às oscilações nas taxas de juros de referência que afetam ativos e passivos reconhecidos.

Para esse fim, são designados instrumentos financeiros derivativos (DI Futuro), devidamente qualificados como instrumentos de hedge, em conformidade com os critérios de documentação, mensuração e teste de efetividade previstos nas normas contábeis aplicáveis (CPC 48 / IFRS 9).

Os efeitos da variação no valor justo dos instrumentos de hedge são reconhecidos, na parcela considerada efetiva, diretamente no patrimônio líquido, sendo posteriormente reclassificados para o resultado quando o item objeto do hedge impacta o resultado.

Essa metodologia busca reduzir a volatilidade do resultado contábil, alinhando a mensuração contábil ao gerenciamento de risco da instituição e refletindo de maneira fidedigna a estratégia de gestão de riscos adotada.

Instrumento de Hedge	Valor de referência	Valor de curva	31/12/2025
			Valor de mercado
Futuros (DI)	699.054	699.054	699.054
<b>Total</b>	<b>699.054</b>	<b>699.054</b>	<b>699.054</b>
<b>Objeto de Hedge (a)</b>			
Captações LCA	16.621	20.452	-
Captações DI	668.189	682.035	-
<b>Total</b>	<b>684.810</b>	<b>702.487</b>	<b>-</b>

(a) As operações referentes ao objeto de hedge são indexadas ao CDI.

Instrumento de Hedge	31/12/2025	
	Ajustes a receber	Ajustes a pagar
Futuros (DI)	201	36
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>36</b>
<b>Total ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>201</b>	<b>36</b>
<b>Circulante</b>	<b>201</b>	<b>36</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7.8. Hedge gerencial

A Instituição mantém posições em contratos futuros de dólar negociados na B3, classificados como instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade exclusiva de proteção (hedge) da exposição cambial decorrente de suas operações.

O montante apresentado na posição de 31 de dezembro de 2025 refere-se a operações de hedge destinadas à mitigação do risco de variação cambial da carteira de câmbio, sendo aproximadamente 97% vinculado a operações de crédito indexadas ou referenciadas em moeda estrangeira e o saldo remanescente relacionado a operações de câmbio pronto.

Tais instrumentos são contratados com o objetivo de neutralizar os impactos da volatilidade da taxa de câmbio sobre o resultado e sobre o valor econômico das exposições protegidas, observando-se as diretrizes de gestão de risco aprovadas pela Administração. Não há finalidade especulativa nas referidas operações.

				Valor de Mercado
<b>Contratos de câmbio</b>				
Posição ativa				206.902
Posição passiva				(207.467)
<b>Total</b>				<b>(564)</b>
<b>Posição ativa</b>				<b>207.522</b>
<b>Circulante</b>				<b>207.522</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>-</b>
<b>Posição passiva</b>				<b>(207.467)</b>
<b>Circulante</b>				<b>(207.467)</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>-</b>
			<b>Ajustes a receber</b>	<b>Ajustes a pagar</b>
<b>Instrumento de Hedge</b>			4.311	569
Futuros (Câmbio)			<b>4.311</b>	<b>569</b>
<b>Total</b>				
			<b>4.311</b>	<b>569</b>
<b>Total ao valor justo por meio do resultado</b>			<b>4.311</b>	<b>569</b>
<b>Circulante</b>			-	-
<b>Não Circulante</b>			-	-

## Nota 8 – Depósitos compulsórios no Banco Central

### 8.1. Composição dos depósitos compulsórios

Composição	Nota	31/12/2025
BCB – Pagamentos Instantâneos		650.233
BCB – Reservas Compulsórias em espécie		245
BCB – Recolhimentos obrigatórios		3.163.311
Outros depósitos no Banco Central	(a)	1.800.000
<b>Total</b>		<b>5.613.789</b>
<b>Circulante</b>		<b>5.613.789</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

(a) Referem-se aos depósitos voluntários no Banco Central do Brasil, conforme previsto na Resolução BCB nº 129 e no Comunicado BCB nº 38.282, que permitem que as instituições financeiras depositem recursos voluntariamente na autarquia.

### 8.2. Resultado das aplicações compulsórias

Composição	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Recolhimentos depósitos de poupança	119.183	230.573
Recolhimentos depósitos de poupança – Livre	7.695	13.991
<b>Total</b>	<b>126.878</b>	<b>244.564</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 9 – Operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento mensuradas ao custo amortizado

#### 9.1. Composição da carteira de operações de crédito

Composição	Saldo bruto	Total das perdas	Saldo líquido
Empréstimos e títulos descontados	125.275.698	(13.130.266)	112.145.432
Financiamentos	28.029.627	(1.373.942)	26.655.685
Financiamentos rurais e agroindustriais	61.678.098	(1.220.606)	60.457.492
Financiamentos Imobiliários	1.386.988	(23.732)	1.363.256
<b>Totais</b>	<b>216.370.411</b>	<b>(15.748.546)</b>	<b>200.621.865</b>
<b>Circulante</b>			<b>101.752.913</b>
<b>Não circulante</b>			<b>114.617.498</b>

#### 9.1.1. Classificação da carteira de operações de crédito por estágios

Composição	31/12/2025			31/12/2025 Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos e títulos descontados	103.816.877	5.421.869	16.036.952	125.275.698
Financiamentos	25.674.212	857.297	1.498.118	28.029.627
Financiamentos rurais e agroindustriais	59.008.378	627.190	2.042.530	61.678.098
Financiamentos Imobiliários	1.232.431	48.429	106.128	1.386.988
<b>Total</b>	<b>189.731.898</b>	<b>6.954.785</b>	<b>19.683.728</b>	<b>216.370.411</b>
Perdas incorridas e esperadas	(2.722.383)	(676.905)	(12.349.258)	(15.748.546)
<b>Total líquido de perdas em 31/12/2025</b>	<b>187.009.515</b>	<b>6.277.880</b>	<b>7.334.470</b>	<b>200.621.865</b>

#### 9.1.2. Concentração das operações de crédito

Composição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	2.239.062	1,03
50 maiores seguintes	5.718.281	2,64
100 devedores seguintes	5.686.941	2,63
Demais	202.726.127	93,69
<b>Total</b>	<b>216.370.411</b>	<b>100,00</b>

#### 9.1.3. Composição da carteira de operações de crédito por setor de atividade e prazo de vencimento

Setor de atividade	Vencidas	A vencer						31/12/2025
		A vencer até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Mais de 15 anos	
Financiamentos rurais e agroindustriais	997.520	5.349.417	25.809.644	16.317.576	7.000.337	6.141.701	61.903	61.678.098
Financiamentos imobiliários	3.993	43.269	123.024	279.630	220.754	561.220	155.098	1.386.988
Pessoas físicas	2.846.458	6.873.157	15.175.354	18.721.008	7.306.840	4.030.882	30.859	54.984.558
<b>Pessoas Jurídicas</b>								
Serviços	1.215.371	5.791.949	11.203.787	17.837.983	6.602.788	2.191.670	4.870	44.848.418
Indústria	540.513	3.593.270	4.165.368	5.786.620	2.117.486	788.754	1.122	16.993.133
Comércio	1.318.614	6.297.732	9.169.176	11.702.982	3.584.434	895.728	6.115	32.974.781
Outros	54.969	419.793	760.535	1.359.477	478.262	241.331	190.068	3.504.435
<b>Total</b>	<b>6.977.438</b>	<b>28.368.587</b>	<b>66.406.888</b>	<b>72.005.276</b>	<b>27.310.901</b>	<b>14.851.286</b>	<b>450.035</b>	<b>216.370.411</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.977.438</b>	<b>28.368.587</b>	<b>66.406.888</b>	-	-	-	-	<b>101.752.913</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	-	<b>72.005.276</b>	<b>27.310.901</b>	<b>14.851.286</b>	<b>450.035</b>	<b>114.617.498</b>

#### 9.1.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito

	31/12/2025
<b>Saldo no início do período – 1º/1/2025</b>	<b>12.295.413</b>
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	6.641.612
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(3.188.479)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>15.748.546</b>

#### 9.1.5. Composição das perdas associadas ao risco de crédito das operações de crédito por estágios

Composição	31/12/2025			31/12/2025 Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos e títulos descontados	2.186.578	547.323	10.396.365	13.130.266
Financiamentos	368.912	99.684	905.346	1.373.942
Financiamentos rurais e agroindustriais	166.212	29.567	1.024.827	1.220.606
Financiamentos Imobiliários	682	330	22.720	23.732
<b>Total</b>	<b>2.722.384</b>	<b>676.904</b>	<b>12.349.258</b>	<b>15.748.546</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.1.6. Operações de crédito renegociadas

As operações de crédito renegociadas no ano de 2025, totalizam saldo devedor de R\$ 19.065 bilhões, concentradas principalmente nas carteiras de crédito rural e empréstimos, assim distribuídas:

- R\$ 781 milhões se referem às operações de crédito rural que foram renegociadas por força normativa conforme Resolução CMN nº 5.220/2025 e MCR,
- R\$ 10.965 bilhões correspondem às operações de capital de giro renegociadas; e
- R\$ 7.319 bilhões relativo às demais operações de empréstimo.

## 9.2. Composição das operações com características de concessão de crédito

Composição	31/12/2025		
	Saldo bruto	Perdas	Saldo líquido
Cédula de produto rural financeira – CPRF	30.983.574	(644.291)	30.339.283
Créditos por avais e fianças honrados	1.237.230	(933.875)	303.355
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	625.496	(46.558)	578.938
Adiantamento de contrato de câmbio	420.520	(478)	420.042
Outros	25.895	(28)	25.867
<b>Total</b>	<b>33.292.715</b>	<b>(1.625.230)</b>	<b>31.667.485</b>

### 9.2.1. Composição das operações com características de concessão de crédito por estágios

Composição	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Cédula de produto rural financeira – CPRF	29.296.916	603.474	1.083.184	30.983.574
Créditos por avais e fianças honrados	664	-	1.236.566	1.237.230
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	494.727	71.456	59.313	625.496
Adiantamento de contrato de câmbio	409.422	2.826	8.272	420.520
Outros	25.895	-	-	25.895
<b>Total</b>	<b>30.227.624</b>	<b>677.756</b>	<b>2.387.335</b>	<b>33.292.715</b>
Perdas incorridas e esperadas	(107.306)	(26.125)	(1.491.799)	(1.625.230)
<b>Total líquido de perdas</b>	<b>30.120.318</b>	<b>651.631</b>	<b>895.536</b>	<b>31.667.485</b>

### 9.2.2. Concentração das operações com características de concessão de crédito

Composição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	1.913.474	5,75%
50 maiores seguintes	4.415.651	13,26%
100 devedores seguintes	3.512.588	10,55%
Demais	23.451.002	70,44%
<b>Total</b>	<b>33.292.715</b>	<b>100,00%</b>

### 9.2.3. Composição das perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações com características de concessão de crédito por estágios

Composição	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Cédula de produto rural financeira – CPRF	103.166	24.339	516.786	644.291
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	933.875	933.875
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	3.890	1.782	40.886	46.558
Adiantamento de contrato de câmbio	222	4	252	478
Outros	28	-	-	28
<b>Total</b>	<b>107.306</b>	<b>26.125</b>	<b>1.491.799</b>	<b>1.625.230</b>

## 9.3. Composição de transações de pagamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento mensurados ao custo amortizado

Composição	31/12/2025		
	Saldo Bruto	Total das Perdas	Saldo Líquido
Transações de pagamento - Adquirência	7.449.448	(1.868)	7.447.580
Valores a receber relativos a transações de pagamento – Cartões	16.361.625	(170.692)	16.190.933
<b>Total</b>	<b>23.811.073</b>	<b>(172.560)</b>	<b>23.638.513</b>
<b>Circulante</b>			<b>22.919.818</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>718.695</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.3.1. Classificação das transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento por estágios

Composição				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Transações de pagamento - Adquirência	7.449.267	-	181	7.449.448
Valores a receber relativos a transações de pagamento - Cartões	15.878.184	233.891	249.550	16.361.625
<b>Total</b>	<b>23.327.451</b>	<b>233.891</b>	<b>249.731</b>	<b>23.811.073</b>
Perdas incorridas e esperadas	134.582	12.946	25.032	172.560
<b>Total líquido de perdas em 30/6/2025</b>	<b>23.192.869</b>	<b>220.945</b>	<b>224.699</b>	<b>23.638.513</b>

### 9.3.2. Concentração da carteira de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

Composição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	20.798	0,09
50 maiores seguintes	49.741	0,21
100 devedores seguintes	56.360	0,24
Demais	23.684.174	99,47
<b>Total</b>	<b>23.811.073</b>	<b>100,00</b>

### 9.3.3. Composição das perdas esperadas das transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento por estágios

Composição				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Transações de pagamento - Adquirência	1.864	-	4	1.868
Valores a receber relativos a transações de pagamento - Cartões	132.718	12.946	25.028	170.692
<b>Total</b>	<b>134.582</b>	<b>12.946</b>	<b>25.032</b>	<b>172.560</b>

### 9.3.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

	31/12/2025
<b>Saldo no início do período - 1º/1/2025</b>	<b>221.113</b>
Transações de pagamento e valores a receber de transações de pagamento	(1.326)
Constituição/(reversão) de perdas esperadas	(47.227)
<b>Saldo no final do período - 31/12/2025</b>	<b>172.560</b>

### 9.4. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento

O artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 requer que, para determinar os níveis de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as instituições financeiras devem classificar os ativos financeiros em carteiras de C1 a C5. Estas carteiras contemplam os ativos conforme descritos a seguir:

- **Carteira C1:** créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e garantias da União e de organismos internacionais;
- **Carteira C2:** créditos de arrendamento mercantil; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição;
- **Carteira C3:** créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras C1 e C2;

- **Carteira C4:** créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos;
- **Carteira C5:** operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas na carteira C4 do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4.

A seguir, estão apresentadas as classificações das carteiras de C1 a C5 de acordo com faixas de vencimento:

### 9.4.1. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações de crédito

Carteiras	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
						Total
<b>Parcelas vencidas</b>						
1 a 30 dias	274.080	349.710	884.290	14.237	281.316	1.803.633
31 a 60 dias	130.575	144.874	377.110	8.606	136.229	797.394
61 a 90 dias	117.313	117.246	260.154	10.454	69.184	574.351
91 a 180 dias	232.431	146.979	722.936	19.854	185.818	1.308.018
181 a 360 dias	280.467	178.518	1.163.963	23.621	347.879	1.994.448
Acima de 360	68.407	25.646	286.222	3.883	115.436	499.594
<b>Total</b>	<b>1.103.273</b>	<b>962.973</b>	<b>3.694.675</b>	<b>80.655</b>	<b>1.135.862</b>	<b>6.977.438</b>

Carteiras	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
						Total
<b>Parcelas vincendas</b>						
1 a 30 dias	1.133.244	1.887.335	6.981.781	87.768	1.002.234	11.092.362
31 a 60 dias	1.013.807	1.486.241	5.106.147	67.856	763.952	8.438.003
61 a 90 dias	1.320.169	1.612.895	5.030.289	84.540	790.330	8.838.223
91 a 180 dias	4.865.059	4.920.658	14.061.115	205.672	2.015.336	26.067.840
181 a 360 dias	7.670.232	9.569.589	19.651.954	327.518	3.119.754	40.339.047
Acima de 360	28.941.204	38.630.980	34.712.139	985.186	11.347.989	114.617.498
<b>Total</b>	<b>44.943.715</b>	<b>58.107.698</b>	<b>85.543.425</b>	<b>1.758.540</b>	<b>19.039.595</b>	<b>209.392.973</b>

### 9.4.2. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de operações com características de concessão de crédito

Carteiras	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
						Total
<b>Parcelas vencidas</b>						
1 a 30 dias	57.485	3.026	58.058	2.832	119.808	241.209
31 a 60 dias	44.342	2.772	39.116	570	105.957	192.757
61 a 90 dias	15.149	1.282	27.991	4.021	99.784	148.227
91 a 180 dias	32.564	3.934	69.257	1.105	326.059	432.919
181 a 360 dias	41.213	1.857	68.448	1.892	467.508	580.918
Acima de 360	17.931	904	10.718	479	81.459	111.491
<b>Total</b>	<b>208.684</b>	<b>13.775</b>	<b>273.588</b>	<b>10.899</b>	<b>1.200.575</b>	<b>1.707.521</b>

Carteiras	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
						Total
<b>Parcelas vincendas</b>						
1 a 30 dias	285.051	100.230	498.970	105.041	1.383	990.675
31 a 60 dias	261.343	109.644	430.088	20.675	635	822.385
61 a 90 dias	325.611	97.598	567.081	21.435	814	1.012.539
91 a 180 dias	1.380.350	309.465	2.310.920	104.924	3.097	4.108.756
181 a 360 dias	2.381.898	563.957	3.834.142	125.256	8.000	6.913.253
Acima de 360	8.110.180	1.123.034	8.248.559	231.180	24.633	17.737.586
<b>Total</b>	<b>12.744.433</b>	<b>2.303.928</b>	<b>15.889.760</b>	<b>608.511</b>	<b>38.562</b>	<b>31.585.194</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.5. Carteira de crédito ampliada

#### 9.5.1. Composição da carteira de crédito bruta ampliada em estágios

Composição				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e títulos descontados	103.816.877	5.421.869	16.036.952	125.275.698
Financiamentos	25.674.212	857.297	1.498.118	28.029.627
Financiamentos rurais e agroindustriais	59.008.378	627.190	2.042.530	61.678.098
Financiamentos Imobiliários	1.232.431	48.429	106.128	1.386.988
Cédula de produto rural financeira – CPRF	29.296.916	603.474	1.083.184	30.983.574
Créditos por avais e fianças honrados	664	-	1.236.566	1.237.230
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	494.727	71.456	59.313	625.496
Adiantamento de contrato de câmbio	409.422	2.826	8.272	420.520
Transações de pagamento – Adquirência	7.449.267	-	181	7.449.448
Valores a receber relativos a transações de pagamento – Cartões	15.878.184	233.891	249.550	16.361.625
Outros	25.895	-	-	25.895
<b>Total</b>	<b>243.286.973</b>	<b>7.866.432</b>	<b>22.320.794</b>	<b>273.474.199</b>

#### 9.5.2. Classificação das perdas associadas ao risco de crédito das operações de crédito e com características de concessão de crédito por estágios – carteira ampliada

Composição				31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e títulos descontados	2.186.578	547.323	10.396.365	13.130.266
Financiamentos	368.912	99.684	905.346	1.373.942
Financiamentos rurais e agroindustriais	166.212	29.567	1.024.827	1.220.606
Financiamentos Imobiliários	682	330	22.720	23.732
Cédula de produto rural financeira – CPRF	103.166	24.339	516.786	644.291
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	933.875	933.875
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	3.890	1.782	40.886	46.558
Adiantamento de contrato de câmbio	222	4	252	478
Transações de pagamento – Adquirência	1.864	-	4	1.868
Valores a receber relativos a transações de pagamento – Cartões	132.718	12.946	25.028	170.692
Outros	28	-	-	28
<b>Total</b>	<b>2.964.272</b>	<b>715.975</b>	<b>13.866.089</b>	<b>17.546.336</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.5.3. Movimentação da carteira ampliada de crédito por estágios

	Saldo em 1º/1/2025	Transferido para			Transferido do			Entradas/Juros	Liquidação	Baixa prejuízo	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3				
<b>Estágio 1</b>											
Transações de pagamentos – Adquirência	5.380.715	-	-	(181)	-	-	-	2.129.469	(60.736)	-	7.449.267
Valores a receber relativos a transações de pagamento	13.760.816	-	(170.250)	(142.328)	-	44.333	2.356	7.644.410	(5.261.153)	-	15.878.184
Adiantamento de contrato de câmbio	387.024	-	(781)	(182)	-	-	-	376.590	(353.229)	-	409.422
Operações de crédito	170.841.041	-	(3.180.384)	(6.003.999)	-	1.794.134	222.980	112.271.636	(86.213.495)	(15)	189.731.898
Cédula de produto rural financeira – CPRF	23.869.235	-	(395.962)	(531.806)	-	77.369	10.907	16.718.643	(10.451.470)	-	29.296.916
Outras (a)	436.648	-	(10.807)	(17.211)	-	1.086	2.902	300.095	(191.427)	-	521.286
<b>Total</b>	<b>214.675.479</b>	<b>-</b>	<b>(3.758.184)</b>	<b>(6.695.707)</b>	<b>-</b>	<b>1.916.922</b>	<b>239.145</b>	<b>139.440.843</b>	<b>(102.531.510)</b>	<b>(15)</b>	<b>243.286.973</b>
<b>Estágio 2</b>											
Valores a receber relativos a transações de pagamento	142.894	(44.333)	-	(11.129)	170.250	-	256	63.185	(87.232)	-	233.891
Adiantamento de contrato de câmbio	-	-	-	-	781	-	-	2.045	-	-	2.826
Operações de crédito	9.985.476	(1.794.133)	-	(2.117.529)	3.180.384	-	112.800	2.716.948	(5.128.883)	(278)	6.954.785
Cédula de produto rural financeira – CPRF	381.138	(77.369)	-	(119.156)	395.962	-	135	195.833	(173.069)	-	603.474
Outras (a)	10.849	(1.086)	-	(2.052)	10.807	-	506	56.797	(4.365)	-	71.456
<b>Total</b>	<b>10.520.357</b>	<b>(1.916.921)</b>	<b>-</b>	<b>(2.249.866)</b>	<b>3.758.184</b>	<b>-</b>	<b>113.697</b>	<b>3.034.808</b>	<b>(5.393.549)</b>	<b>(278)</b>	<b>7.866.432</b>
<b>Estágio 3</b>											
Transações de pagamentos – Adquirência	-	-	-	-	181	-	-	-	-	-	181
Valores a receber relativos a transações de pagamento	89.045	(2.356)	(256)	-	142.328	11.129	-	50.463	(40.803)	-	249.550
Adiantamento de contrato de câmbio	8.900	-	-	-	182	-	-	262	(1.072)	-	8.272
Operações de crédito	13.122.671	(222.980)	(112.800)	-	6.003.999	2.117.529	-	7.453.803	(2.466.335)	(6.212.159)	19.683.728
Cédula de produto rural financeira – CPRF	437.832	(10.907)	(135)	-	531.806	119.156	-	205.315	(77.586)	(122.297)	1.083.184
Outras (a)	783.275	(2.902)	(506)	-	17.211	2.052	-	1.210.388	61.538	(775.177)	1.295.879
<b>Total</b>	<b>14.441.723</b>	<b>(239.145)</b>	<b>(113.697)</b>	<b>-</b>	<b>6.695.707</b>	<b>2.249.866</b>	<b>-</b>	<b>8.920.231</b>	<b>(2.524.258)</b>	<b>(7.109.633)</b>	<b>22.320.794</b>

(a) Referem-se a outras operações com características de concessão de crédito, incluindo, entre outras, operações decorrentes de avais e fianças honrados, bem como os créditos por venda a prazo de ativos não financeiros (Bens não de uso próprio).

### 9.5.4 Consolidação dos 3 estágios da carteira de crédito ampliada

	Saldo em 1º/1/2025	Transferido para			Transferido do			Entradas/Juros	Liquidação	Baixa prejuízo	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3				
<b>Total</b>	<b>239.637.559</b>	<b>(2.156.066)</b>	<b>(3.871.881)</b>	<b>(8.945.573)</b>	<b>10.453.891</b>	<b>4.166.788</b>	<b>352.842</b>	<b>151.395.882</b>	<b>(110.449.317)</b>	<b>(7.109.926)</b>	<b>273.474.199</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.5.5. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito por estágios

	Saldo em 1º/1/2025	Transferido para			Transferido do			Constituição/reversão	Baixa prejuízo	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3			
<b>Estágio 1</b>										
Transações de pagamentos – Adquirência	3.194	-	-	(4)	-	-	-	(1.326)	-	1.864
Valores a receber relativos a transações de pagamento	184.739	-	(5.434)	(5.519)	-	3.534	342	(44.944)	-	132.718
Adiantamento de contrato de câmbio	213	-	(1)	-	-	-	-	10	-	222
Operações de crédito	3.156.226	-	(149.872)	(312.533)	-	324.076	183.062	(478.561)	(15)	2.722.383
Cédula de produto rural financeira – CPRF	121.559	-	(5.235)	(8.947)	-	1.271	6.001	(11.484)	-	103.165
Outras (a)	8.771	-	(308)	(729)	-	217	1.501	(5.533)	-	3.919
<b>Total</b>	<b>3.474.702</b>	<b>-</b>	<b>(160.850)</b>	<b>(327.732)</b>	<b>-</b>	<b>329.098</b>	<b>190.906</b>	<b>(541.838)</b>	<b>(15)</b>	<b>2.964.271</b>
<b>Estágio 2</b>										
Valores a receber relativos a transações de pagamento	16.270	(3.534)	-	(1.355)	5.434	-	22	(3.891)	-	12.946
Adiantamento de contrato de câmbio	-	-	-	-	1	-	-	3	-	4
Operações de crédito	1.364.115	(324.076)	-	(466.289)	149.872	-	72.913	(119.352)	(278)	676.905
Cédula de produto rural financeira – CPRF	17.111	(1.271)	-	(8.951)	5.235	-	135	12.081	-	24.340
Outras (a)	1.297	(217)	-	(385)	308	-	309	469	-	1.781
<b>Total</b>	<b>1.398.793</b>	<b>(329.098)</b>	<b>-</b>	<b>(476.980)</b>	<b>160.850</b>	<b>-</b>	<b>73.379</b>	<b>(110.690)</b>	<b>(278)</b>	<b>715.976</b>
<b>Estágio 3</b>										
Transações de pagamentos – Adquirência	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Valores a receber relativos a transações de pagamento	16.910	(342)	(22)	-	5.519	1.355	-	1.608	-	25.028
Adiantamento de contrato de câmbio	2.670	-	-	-	-	-	-	(2.418)	-	252
Operações de crédito	9.229.667	(183.062)	(72.913)	-	312.533	466.289	-	8.808.903	(6.212.159)	12.349.258
Cédula de produto rural financeira – CPRF	216.099	(6.001)	(136)	-	8.947	8.951	-	411.223	(122.297)	516.786
Outras (a)	621.880	(1.501)	(309)	-	729	385	-	1.128.754	(775.177)	974.761
<b>Total</b>	<b>10.087.226</b>	<b>(190.906)</b>	<b>(73.380)</b>	<b>-</b>	<b>327.728</b>	<b>476.980</b>	<b>4</b>	<b>10.348.070</b>	<b>(7.109.633)</b>	<b>13.866.089</b>

(a) Referem-se a outras operações com características de concessão de crédito, incluindo, entre outras, operações decorrentes de avais e fianças honrados, bem como os créditos por venda a prazo de ativos não financeiros (Bens não de uso próprio).

### 9.5.6 Consolidação dos 3 estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 1º/1/2025	Transferido para			Transferido do			Constituição/reversão	Baixa prejuízo	31/12/2025
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3			
<b>Total</b>	<b>14.960.721</b>	<b>(520.004)</b>	<b>(234.230)</b>	<b>(804.712)</b>	<b>488.578</b>	<b>806.078</b>	<b>264.289</b>	<b>9.695.542</b>	<b>(7.109.926)</b>	<b>17.546.336</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9.6. Resultado de operações de crédito

Composição	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Empréstimos e títulos descontados	13.618.068	25.676.542
Financiamentos	2.508.142	4.892.863
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.817.004	5.291.106
Financiamentos habitacionais	69.417	120.807
Cédula de produto rural financeira – CPRF	2.472.287	4.459.457
Avais e fianças honrados	13.223	28.203
Adiantamento de Contrato de Câmbio	20.434	39.650
Outros	288.632	421.408
<b>Subtotal</b>	<b>21.807.207</b>	<b>40.930.036</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.124.606	1.906.607
<b>Total</b>	<b>22.931.813</b>	<b>42.836.643</b>

### 9.7. Resultado das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Operações de crédito		(4.251.494)	(6.641.612)
Avais e fianças honrados		(507.825)	(902.209)
Cédula de produto de crédito financeira – CPRF		(186.468)	(331.761)
Adiantamento de contrato de câmbio	(a)	(11)	2.404
Compromissos de crédito e créditos a liberar		(369.789)	(491.775)
Outros	(b)	(57.255)	40.450
<b>Total</b>		<b>(5.372.842)</b>	<b>(8.324.503)</b>

(a) No exercício houve reversão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em adiantamento de contrato de câmbio decorrente da melhora no risco de crédito e/ou liquidação das operações no período.

(b) Reversão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em outras operações, em função da recuperação de valores anteriormente provisionados.

## Nota 10 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado

### 10.1. Composição outros ativos financeiros

Composição	31/12/2025
Rendas a receber	106.477
Títulos e créditos a receber	236.603
Outros	91
<b>Subtotal</b>	<b>343.171</b>
(-) Perdas associadas ao risco de crédito	(43.466)
<b>Total</b>	<b>299.705</b>

### 10.2. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros ativos financeiros

	Exercício de 2025
<b>Saldo no início do período – 1º/1/2025</b>	<b>34.414</b>
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.052
<b>Saldo no final do período – 31/12/2025</b>	<b>43.466</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 11 – Outros ativos

Composição	Nota	31/12/2025
Depósitos em garantias	(a) e 23.1.2	591.975
Impostos a compensar		753.526
Adiantamentos e antecipações salariais		54.416
Adiantamentos por conta de Imobilizações		63.611
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição		69.224
Pagamentos a ressarcir		69.890
Ativos em estoque		21.375
Ativos não financeiros mantidos para venda	(b)	3.637.115
Despesas antecipadas	(c)	1.067.849
Outros		397.295
<b>Subtotal</b>		<b>6.726.276</b>
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda – Próprios		(1.079)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos		(414.016)
<b>Total das provisões para outros ativos</b>		<b>(415.095)</b>
<b>Total</b>		<b>6.311.181</b>
<b>Circulante</b>		<b>4.651.357</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>1.659.824</b>

(a) Referem-se aos depósitos judiciais efetuados pelas entidades do Sicoob, por ordem judicial ou estratégia das instituições integrantes do Sistema, sem que haja necessariamente liquidação do passivo contingente. Provisões de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

(b) Bens recebidos em dação de pagamento de dívidas de operações de crédito.

(c) Referem-se, basicamente aos estoques de cartões magnéticos (plásticos), comissões sobre operações de crédito e comissões vendas de consórcio. As cooperativas registram ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

### Nota 12 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos

#### 12.1. Composição dos créditos tributários

Os créditos tributários constituídos e apresentados nas demonstrações contábeis combinadas do Sicoob são decorrentes daqueles registrados no Banco Sicoob, no Sicoob DTVM e no Sicoob Consórcios conforme apresentado a seguir:

##### 12.1.1. Composição dos ativos fiscais diferidos

Composição	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para risco de crédito	638.790	638.790
Passivos contingentes	25.763	25.763
Participação nos resultados	23.613	23.613
Provisão com fraudes	24.654	24.654
Provisão campanha nacional de vendas	20.994	20.994
Programa de incentivo – crédito	340.759	340.759
Demais Provisões	120.460	120.460
<b>Total</b>	<b>1.195.033</b>	<b>1.195.033</b>
Alíquotas	25%	(a)
<b>Créditos tributários constituídos</b>	<b>298.758</b>	<b>234.292</b>

(a) Crédito tributário de contribuição social constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas

##### 12.1.2. Composição dos passivos fiscais diferidos

Composição	Imposto de renda	Contribuição social
Ajuste a valor de mercado (TVM)	4.225	4.225
Passivos contingentes	6.549	6.549
<b>Total</b>	<b>10.774</b>	<b>10.774</b>
Alíquotas	25%	(a)
<b>Créditos tributários constituídos</b>	<b>2.694</b>	<b>1.433</b>

(a) Passivo diferido tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 12.2. Movimentação dos créditos tributários

Movimentação	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		
Crédito tributário (ativo)	244.913	190.682
Imposto diferido (passivo)	(12.820)	(9.674)
<b>Subtotal</b>	<b>232.093</b>	<b>181.008</b>
<b>Ajuste em resultado</b>	<b>49.735</b>	<b>40.634</b>
Créditos tributários constituídos	102.333	78.377
Créditos tributários baixados	(52.283)	(37.631)
Movimentação imposto diferido	(315)	(112)
<b>Ajuste em patrimônio líquido (TVM)</b>	<b>14.236</b>	<b>11.217</b>
Créditos tributários constituídos	73.787	58.856
Créditos tributários baixados	(69.992)	(55.992)
Movimentação do imposto diferido	10.441	8.353
<b>Movimentação</b>	<b>63.971</b>	<b>51.851</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		
Crédito tributário (ativo)	298.758	234.292
Imposto diferido (passivo)	(2.694)	(1.433)
	<b>296.064</b>	<b>232.859</b>

### 12.3. Expectativa de realização dos créditos tributários

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização créditos tributários se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal	Valor presente
2026	179.955	167.548
2027	125.600	101.030
2028	61.722	45.548
2029	49.460	33.486
2030	36.869	22.795
2031 a 2035	79.444	44.858
<b>Total do ativo fiscal constituído</b>	<b>533.050</b>	<b>415.265</b>
2026	(3.470)	(3.268)
2027	(657)	(529)
2028	-	-
2029	-	-
2030	-	-
2031 a 2035	-	-
<b>Total do passivo fiscal diferido constituído</b>	<b>(4.127)</b>	<b>(3.797)</b>

O valor presente dos créditos tributários foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 13 – Investimentos em participações em coligadas, controladas e outros

Os investimentos nas empresas Sicoob Pagamentos, Sicoob PAR, Minaseg Corretora, Sancor Seguros são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os demais são avaliados ao custo. Os resultados decorrentes das participações societárias avaliadas pelo MEP estão registrados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado de participações em coligadas e controladas”.

			31/12/2025	2º Semestre 2025	Exercício 2025
<b>Participações societárias em controladas e coligadas</b>	<b>Nota</b>	<b>% participação</b>	<b>Valor do investimento</b>	<b>Resultado de equivalência</b>	<b>Resultado de equivalência</b>
Sicoob Pagamentos Ltda.	(a)	99	471.522	80.273	158.318
Sicoob PAR Seguridade S/A	(b)	100	193.217	88.459	176.232
Sicoob PAR Ltda.	(c)	100	15.012	12	12
Seguradoras e Corretoras	(d)	100	153.900	48.334	88.033
<b>Subtotal</b>		-	<b>833.651</b>	<b>217.078</b>	<b>422.595</b>
<b>Outros investimentos</b>	<b>Nota</b>	<b>% participação</b>	<b>Valor do investimento</b>	<b>Resultado de equivalência</b>	<b>Resultado de equivalência</b>
Sicoob Agências FI Imobiliário	(e)	-	8.982	-	-
Outros	(f)	-	18.832	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>27.814</b>	-	-
<b>Total</b>		-	<b>861.465</b>	-	-

- (a) Operadora de cartões de crédito MasterCard, Visa e Cabal dentro do Sicoob, controlada pelo Banco Sicoob.  
 (b) Investimento no Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob PAR Seguridade, controlada pelo Banco Sicoob e detentora de 50% de participação na Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.  
 (c) Investimento no Sicoob Par Ltda., controlada pelo Sicoob Confederação e detentora de participação em empresa de capitalização.  
 (d) Investimentos na seguradora Sancor e nas corretoras Minaseg, Cecresp Corretora e Sicoob Uni Corretora, mantidos por quatro cooperativas centrais do Sicoob, respectivamente, Sicoob Central Unicoob, Sicoob Central Crediminas, Sicoob Central Cecresp e Sicoob Uni.  
 (e) Refere-se às propriedades para investimento mantidas por fundo de investimento imobiliário.  
 (f) Referem-se aos saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição. As participações em outras entidades estão originalmente registradas no grupo contábil de Títulos e valores mobiliários, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BCB). Entretanto, para fins de apresentação, foram reclassificadas para o grupo de Investimentos.

### Nota 14 – Imobilizado

				31/12/2025
<b>Itens</b>	<b>Custo corrigido</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>Saldo líquido</b>
Imobilizações em curso	400.186	-	-	400.186
Terrenos	420.140	-	-	420.140
Edificações e benfeitorias	2.437.549	(956.547)	(3)	1.480.999
Móveis e utensílios, equipamentos e instalações	2.666.196	(1.560.038)	(128)	1.106.029
Equipamentos de informática	1.480.699	(695.676)	-	785.024
Ativos de direito de uso – Arrendamentos	187.054	(17.971)	-	169.083
Outros	184.077	(82.764)	-	101.313
<b>Total</b>	<b>7.775.901</b>	<b>(3.312.996)</b>	<b>(131)</b>	<b>4.462.774</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>7.775.901</b>	<b>(3.312.996)</b>	<b>(131)</b>	<b>4.462.774</b>

### Nota 15 – Intangível

				31/12/2025
<b>Itens</b>	<b>Custo corrigido</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>Saldo líquido</b>
Softwares	1.366.994	(924.461)	-	442.533
Sistemas de informação/segurança	5.580	-	(3)	5.577
Outros ativos intangíveis	73.235	(7.708)	(70)	65.457
<b>Total</b>	<b>1.445.809</b>	<b>(932.169)</b>	<b>(73)</b>	<b>513.567</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>1.445.809</b>	<b>(932.169)</b>	<b>(73)</b>	<b>513.567</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 16 – Depósitos

#### 16.1. Composição dos depósitos ao custo amortizado

Composição	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2025
À vista	52.089.570	-	-	-	52.089.570
De poupança	15.881.757	-	-	-	15.881.757
Interfinanceiros	-	11.282.867	1.537.259	-	12.820.126
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	220.658	1.332.221	-	1.552.879
Recibos de depósitos cooperativos (RDC)	183.525.885	-	-	-	183.525.885
Sob aviso	-	-	198.946	-	198.946
Outros	823.053	-	-	-	823.053
<b>Total</b>	<b>252.320.265</b>	<b>11.503.525</b>	<b>3.068.426</b>	-	<b>266.892.216</b>
<b>Circulante</b>	<b>252.320.265</b>	<b>11.503.525</b>	-	-	<b>263.823.790</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>3.068.426</b>	-	<b>3.068.426</b>

#### 16.1.1. Concentração dos depositantes

	31/12/2025	%
10 maiores depositantes	12.619.617	4,73%
50 depositantes seguintes	12.194.668	4,57%
100 depositantes seguintes	8.023.258	3,01%
Demais	234.054.673	87,70%
<b>Total</b>	<b>266.892.216</b>	<b>100,00%</b>

#### 16.2. Despesas de depósitos

Tipo de depósito	Nota	2º semestre 2025	Exercício de 2025
De poupança		607.665	1.163.156
Interfinanceiros		538.074	938.027
A prazo (CDB e RDC)		12.817.099	22.974.600
Sob aviso		16.008	30.123
Outros depósitos		479.410	827.817
<b>Total</b>	<b>(a)</b>	<b>14.458.256</b>	<b>25.933.723</b>

(a) O aumento na despesa acompanha o crescimento da carteira e o aumento da taxa de juros Selic, que impacta o CDI, índice base da remuneração. As despesas de depósitos estão incluídas na linha "Despesas de operações de captação no mercado" na DRE.

### Nota 17 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares mensurados ao custo amortizado

#### 17.1. Composição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares

Composição por prazo de vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2025
Letras de Crédito do Agronegócio – pré-fixada	104.564	385.234	176.202	-	666.000
Letras de Crédito do Agronegócio – pós-fixada	5.800.892	15.614.497	28.807.046	220.413	50.442.848
Letras de Crédito Imobiliário – pré-fixada	-	-	49	-	49
Letras de Crédito Imobiliário – pós-fixada	146.598	208.572	284.002	91.213	730.385
Letras Financeiras	255	67.094	294.459	-	361.808
<b>Total</b>	<b>6.052.309</b>	<b>16.275.397</b>	<b>29.561.758</b>	<b>311.626</b>	<b>52.201.090</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.052.309</b>	<b>16.275.397</b>	-	-	<b>22.327.706</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>29.561.758</b>	<b>311.626</b>	<b>29.873.384</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17.2. Despesas de operações de recursos aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares

Tipo	2º semestre 2025	Exercício 2025
Captações com Letras de Crédito do Agronegócio	3.295.494	5.515.088
Captações com Letras de Crédito Imobiliário	50.475	127.300
Captações com Letras Financeiras	19.710	27.430
<b>Total</b>	<b>3.365.679</b>	<b>5.669.818</b>

## Nota 18 – Obrigações por operações compromissadas mensuradas ao custo amortizado

### 18.1. Composição das obrigações por operações compromissadas

Composição	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	31/12/2025
Carteira Própria – Títulos públicos	374.291	-	-	374.291
Carteira Própria – Títulos privados	-	-	22.850	22.850
<b>Total</b>	<b>374.291</b>	<b>-</b>	<b>22.850</b>	<b>397.141</b>
<b>Circulante</b>	<b>374.291</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>374.291</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.850</b>	<b>22.850</b>

### 18.2. Despesas de captações no mercado aberto

Tipo	Nota	2º semestre 2025	Exercício 2025
Carteira própria		35.058	64.590
<b>Total</b>	<b>(a)</b>	<b>35.059</b>	<b>64.591</b>

(a) As despesas de operações de recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias estão incluídas na linha "Despesas de operações de captação no mercado" na DRE.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses mensurados ao custo amortizado

### 19.1. Composição das obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/FINAME, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2042 e com encargos financeiros de até 20,10 % a.a.

Órgãos							31/12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
SHF Pró Cotista	75	232	677	737	5.621	25.053	32.395
Obrigações em moedas estrangeiras	-	430.303	-	-	-	-	430.303
Obrigações por empréstimos no exterior	28.722	27.494	197.538	159.112	-	-	412.866
Banco do Brasil / FCO (a)	43.377	172.371	347.001	201.386	124.825	-	888.960
BNDES	282.128	1.150.550	2.743.263	2.072.173	2.307.334	1.072	8.556.520
FINAME	142.475	677.370	1.400.951	939.385	682.490	-	3.842.671
FINEP	38.248	116.732	310.727	288.460	256.091	-	1.010.258
Funcafé	626.235	1.206.738	398.281	485.307	58.936	18.277	2.793.774
Banco da Amazônia / FNO	1.259	42.318	122.044	119.611	108.249	-	393.481
Outras instituições financeiras e não financeiras	-	-	9	22	-	-	31
<b>Total</b>	<b>1.162.519</b>	<b>3.824.108</b>	<b>5.520.491</b>	<b>4.266.193</b>	<b>3.543.546</b>	<b>44.402</b>	<b>18.361.259</b>
<b>Circulante</b>							<b>4.986.627</b>
<b>Não circulante</b>							<b>13.374.632</b>

(a) Repasses preponderantemente com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO no Banco Sicoob.

### 19.2. Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

Composição	2º semestre 2025	Exercício 2025
BNDES	253.333	453.070
Finame	162.608	279.895
Finep	18.752	32.533
Funcafé e Instituições Financeiras	217.100	330.514
Banco do Brasil	17.603	33.860
Outros	39.498	44.853
<b>Total</b>	<b>708.894</b>	<b>1.174.725</b>

## Nota 20 – Transações de pagamento mensuradas ao custo amortizado

Composição	Nota	31/12/2025
Transações de pagamento - Adquirência	(a)	14.764.038
Obrigações por transações de pagamentos - Cartões		4.209.937
<b>Total</b>		<b>18.973.975</b>
<b>Circulante</b>		<b>18.973.975</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

(a) As operações de adquirência no Sistema Sicoob são operacionalizadas no Banco Sicoob.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 21 – Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

### 21.1. Passivo de arrendamento – arrendatário

Composição	Nota	31/12/2025
Passivo de arrendamento	(a)	164.344
<b>Total</b>		<b>164.344</b>

(a) Referem-se a contratos de arrendamento, contabilizados conforme a Resolução CMN nº 4.975/2021, abrangendo principalmente agências, salas comerciais, lotes para estacionamento, veículos e terminais eletrônicos (ATMs). A contrapartida está registrada no imobilizado, em linha específica de ativos de arrendamento, conforme Nota Explicativa nº 14.

### 21.2. Despesas de arrendamento – arrendatário

Composição	Nota	2º semestre 2025	Exercício 2025
Despesa financeira de juros	(a)	586	616
Despesa de depreciação – direito de Uso	(b)	14.119	15.621
<b>Total</b>		<b>14.705</b>	<b>16.237</b>

(a) Na DRE compõe o grupo de despesas de captação no mercado aberto e está registrado na linha “Outras”.

(b) Compõe o saldo de depreciação conforme Nota 27.2.

### 21.3. Outros

Composição	31/12/2025
Relações com correspondentes	6.241
Cheques e outros papéis remetidos	100
Outros	185
<b>Total</b>	<b>6.526</b>

## Nota 22 – Provisões para contingências e obrigações legais

### 22.1. Contingências

As entidades integrantes do Sicoob consideradas nestas demonstrações contábeis combinadas são partes em ações judiciais e administrativas fiscais.

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A classificação leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade, o teor das decisões (primeira e segunda instância) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando:

- (a) as entidades integrantes do Sicoob têm uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado;
- (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
- (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Sicoob reconhecerá uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Sistema divulgará a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22.1.1. Ações judiciais classificadas como “risco de perda provável”

As ações classificadas como “risco de perda provável” decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidas por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias.

### 22.1.2. Depósitos judiciais e provisões para contingências

Tipos de ações	31/12/2025	
	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	448.033	394.320
Trabalhistas	23.862	44.933
Cíveis	120.080	219.065
<b>Total</b>	<b>591.975</b>	<b>658.318</b>
<b>Circulante</b>	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>591.975</b>	<b>658.318</b>

### 22.1.3. Movimentação das provisões para contingências

	31/12/2025			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>351.720</b>	<b>37.668</b>	<b>214.324</b>	<b>603.712</b>
Constituições	3.751	26.087	243.857	273.695
Reversões	(3.146)	(13.488)	(290.516)	(307.149)
Atualizações monetárias	49.526	6.623	98.887	155.035
Depósitos judiciais	5.949	1.273	343	7.565
Pagamentos/Utilizações	(13.825)	(12.782)	(47.860)	(74.467)
Saldo de cooperativas filiadas	-	-	11	11
Saldos de cooperativas incorporadas	347	(437)	18	(72)
Saldos de cooperativas desfiladas	-	(11)	-	(11)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>394.320</b>	<b>44.933</b>	<b>219.065</b>	<b>658.318</b>

### 22.1.4. Movimentação das provisões para contingências

As causas classificadas com risco de perda provável pelos consultores jurídicos têm a seguinte natureza:

- Administrativo** – Referem-se, basicamente, a reclamações de consumidores em relação à prestação de serviços e produtos do Sicoob.
- Fiscais** – ações discutidas na esfera administrativa, em razão de autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e quanto à majoração da alíquota da COFINS.
- Cíveis** – referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.
- Trabalhistas** – referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-funcionários que questionam verbas trabalhistas.

### 22.1.5. Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

### 22.1.6. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação há ações:

- cíveis que questionam danos morais e materiais cometidos pelas cooperativas;
- cíveis de cobrança e inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito;
- cíveis que questionam revisões contratuais de operações de crédito;
- cíveis que discutem a responsabilidade solidária do Banco Sicoob por falha no fornecimento de produtos ou serviços pela cooperativa;
- cíveis que discutem danos materiais e morais decorrentes de falha na prestação de serviços ou fornecimento de produtos do Sicoob;

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- de natureza trabalhista;
- dois processos administrativos fiscais tributários, nos valores de R\$ 142.709 mil e R\$ 115.382 mil, que discutem a incidência de ISSQN em operações de cartão de crédito realizadas entre o banco e as cooperativas singulares. Os autos de infração foram impugnados pelo Banco Sicoob e estão em fase de julgamento pela primeira instância administrativa do GDF;
- anulatória de lançamento fiscal, no valor de R\$ 266.508 mil, ajuizada pelo Banco Sicoob, cujo auto de infração que se pretende desconstituir refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob no exercício de 2008 na base de cálculo de tributos (IR e CSLL). A dedução, não aceita pela Receita Federal, refere-se ao valor pago pelo Banco Sicoob, a título de indenização aos quotistas de fundo de investimento, em razão da falha operacional na prestação de serviços de responsabilidade do Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, que decidiu pela indenização aos quotistas. O processo está em grau de apelação (recurso) e será julgado pelo TRF-1ª Região.

### 22.1.7. Montante das contingências classificadas como “risco de perda possível”

Segundo as assessorias jurídicas das entidades integrantes do Sicoob os processos judiciais nos quais estas entidades figuram como polo passivo e foram classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 3.577.417. Estas ações abrangem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, administrativos e tributárias.

Tipos de ações	31/12/2025
Tributárias	526.024
Trabalhistas	240.885
Cíveis e administrativos (a)	2.810.508
<b>Total</b>	<b>3.577.417</b>

(a) O principal tipo de ação classificado como de risco de perda possível é o de natureza cível, envolvendo discussões sobre a responsabilidade solidária do Sicoob em relação a depósitos realizados em cooperativas, indenizações por danos materiais e morais relacionados a produtos do Sicoob, bem como a responsabilidade do Banco por erros cometidos por cooperativas.

### 22.2. Garantias financeiras prestadas

As garantias prestadas pelas entidades integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam R\$ 32.474.807, em 31 de dezembro de 2025.

As perdas esperadas para garantias prestadas são apuradas com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e registradas no passivo, somaram em 31 de dezembro de 2025, R\$ 610.523.

As rendas decorrentes das garantias prestadas totalizaram R\$ 3.913 no semestre e R\$ 6.969 no exercício de 2025.

As despesas com perdas associadas ao risco de crédito relativas às garantias prestadas totalizaram R\$ 346.280 no semestre e R\$ 682.385 no exercício de 2025. No mesmo período, a reversão de perdas totalizou R\$ 293.132 no semestre e R\$ 547.268 no exercício. Desta forma, o resultado líquido com perdas associadas ao risco de crédito para garantias prestadas no semestre foi negativo em R\$ 53.149 e no exercício de 2025 foi negativo em R\$ 135.117.

## Nota 23 – Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Os saldos de obrigações fiscais, correntes e diferidas estão assim compostos:

Composição	Imposto de renda	Contribuição social	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre lucros	127.830	164.873	292.703
Impostos e contribuições diferidos	2.694	1.434	4.128
<b>Total</b>	<b>130.524</b>	<b>166.307</b>	<b>296.831</b>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 24 – Outros passivos

#### 24.1. Obrigações sociais e estatutárias

Composição	Nota	31/12/2025
Dividendos e bonificações a pagar		1.738
FATES	(a)	1.223.183
Provisão para participação nos lucros		438.050
Gratificações a pagar		110.048
Cotas de capital a pagar	(b)	1.202.314
Outros		62.271
<b>Total</b>		<b>3.037.604</b>
<b>Circulante</b>		<b>3.037.604</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

- (a) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Cooperados, seus familiares e empregados das cooperativas, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Conforme a Resolução CMN nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, e, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Referem-se às cotas de capital a pagar de cooperados desfiliaados. Estes saldos são baixados da conta de capital social da cooperativa e lançados como obrigação para pagamento aos cooperados conforme disposições estatutárias.

#### 24.2. Obrigações fiscais e previdenciárias

Composição	31/12/2025
IRRF/PIS/COFINS/ISSQN e outros	375.773
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	31.997
Tributos e contribuições sobre salários	305.831
<b>Total</b>	<b>713.601</b>
<b>Circulante</b>	<b>713.601</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>

#### 24.3. Outras obrigações

Composição	Nota	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(a)	87.247
Cheques administrativos	(b)	5.140
Obrigações com convênios oficiais – INSS		120.950
Obrigações por aquisições de bens e direitos		145.711
Obrigações de pagamento em nome de terceiros		244.875
Valores a pagar em moeda estrangeira		56.708
Obrigações em moedas estrangeira		3.616
Recursos Vinculados a operações de crédito		9.754
Recursos em trânsito de terceiros		40.046
Taxa de administração recebida antecipada	(c)	489.532
Provisão para pagamentos a efetuar		1.987.152
Provisão para perdas esperadas em compromissos de crédito a liberar	(d)	496.353
Pagamentos a processar		31.284
Crédito de terceiros		198.536
Liquidação – Cobrança	(e)	38.757
Cheques depositados		44.233
Fundo garantidor de depósitos/valores	(f)	799.855
Outras		177.374
<b>Total</b>		<b>4.977.123</b>
<b>Circulante</b>		<b>4.977.123</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

- (a) Referem-se principalmente ao recebimento de tributos federais, estaduais e municipais, valores a repassar de FGTS e INSS.
- (b) Referem-se aos valores referentes aos cheques e outros papéis recebidos.
- (c) Referem-se aos valores recebidos a título de taxa administração antecipada registrados pelas administradoras de consórcios com base no CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme requerido pela Resolução BCB nº 120/2021.
- (d) Refere-se à provisão para perdas esperadas constituídas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, sobre os saldos *off balance* de compromissos de crédito a liberar.
- (e) Referem-se preponderantemente aos valores recebidos pelos pagamentos de títulos de cobrança.
- (f) Refere-se aos fundos garantidores de valores e depósitos constituídos por cooperativas centrais.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 25 – Patrimônio líquido

### 25.1. Capital social

O capital social é composto por cotas-partes de valor unitário que equivalem a R\$ 1,00 de forma que cada associado do Sistema tem direito a um voto, independentemente da quantidade de cotas possuídas.

No período, a quantidade total de cooperados estava apresentada da seguinte forma:

Cooperados	31/12/2025
Pessoa física	7.625.762
Pessoa jurídica	1.885.115
<b>Total</b>	<b>9.510.877</b>

#### 25.1.1. Aumento de capital

No exercício, o aumento do capital social, desconsideradas as baixas, está composto conforme segue:

Cooperados	31/12/2025
Recursos dos cooperados	1.922.724
Sobras	1.504.692
Juros sobre o capital próprio	2.371.906
<b>Total</b>	<b>5.799.322</b>

O total do capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 30.832.382.

#### 25.1.2. Devoluções/restituições de capital

As devoluções ou restituições de capital representam o capital social que foi integralizado por cooperados que foram desligados. No exercício, esses montantes totalizaram R\$ 2.379.714.

#### 25.1.3. Estorno de capital

Os estornos de capital referem-se aos ajustes feitos à conta de capital social de cooperados em razão de eventuais falhas ou imprecisões, seja na forma do débito para integralização ou algum equívoco cometido por parte do cooperado. No exercício tais valores totalizaram R\$ 69.303.

### 25.2. Reservas de capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, em percentual conforme estabelecido pelo estatuto social e ainda, deliberação em assembleia, sendo utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades das cooperativas. São constituídas pelo fundo de reserva, reservas para expansão, reservas para contingências, reserva legal e outras reservas. Em 31 de dezembro de 2025, o montante foi de R\$ 2.595.

### 25.3. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pelo fundo de reserva, pelas reservas para contingências, pelas reservas para expansão e por outras reservas. Foram constituídos no exercício, a título de fundo de reserva, o montante de R\$ 3.896.383. Em relação às reservas de contingências foram revertidos no exercício o montante de R\$ 208.790. As demais reservas foram constituídas no exercício e totalizaram R\$ 25.389. O total acumulado das reservas no exercício foi de R\$ 27.601.160.

### 25.4. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 43.663, equivalentes a R\$ 17,68 por lote de mil ações.

Em 30/04/2025 e 20/08/2025 foi deliberado o pagamento de Dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 669.292.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25.5. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o saldo de capital integralizado e são remunerados de acordo com a Lei Complementar 130/2009.

Os percentuais aplicados para remunerar o saldo de capital integralizados dos cooperados podem variar de cooperativa para cooperativa. A despesa de juros sobre o capital próprio registrada no resultado do período está demonstrada na demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido, como destinação de sobras do semestre/exercício. O pagamento dos juros sobre o capital próprio ocorre apenas no último dia do ano, podendo ser pago em conta corrente ou, ainda, ser integralizado ao capital do cooperado

Em 2025, a despesa reconhecida com juros sobre o capital próprio foi de R\$ 3.117.383.

### 25.6. FATES – Fundo de assistência técnica, educacional e social

Conforme disposto na Lei nº 130/2009, o FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. São destinados ao FATES os resultados decorrentes de atos não cooperativos e no mínimo 5% das sobras líquidas do exercício, conforme previsão estatutária. Os valores a pagar são registrados em conta específica no passivo, de acordo com o Cosif. No exercício, foram destinados ao FATES o valor de R\$ 524.851.

### 25.7. Perdas apuradas

De acordo com a Lei Complementar nº 130/2009, as perdas apuradas no exercício por entidades cooperativas são cobertas com recursos da reserva legal. Caso, não seja suficiente, será coberta mediante rateio entre os cooperados com as sobras de exercícios futuros definido de acordo com a decisão em assembleia. No exercício de 2025, não houve perdas apuradas considerando os dados combinados do Sicoob.

### 25.8. Lucro líquido (após os juros sobre o capital próprio)

O lucro líquido após os juros sobre o capital próprio totalizou R\$ 7.702.024 no exercício.

### 25.9. Outros resultados abrangentes

Estão representados pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos classificados no Modelo de Negócios 2 e mensurados contabilmente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 12), conforme requerido pela resolução nº 4.966/21 do Banco Central do Brasil.

Adicionalmente, estão incluídos os efeitos decorrentes das operações de hedge de fluxo de caixa, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes de operações formalmente designadas pelo Banco Sicoob.

No exercício, o saldo total dos outros resultados abrangentes foi de R\$ 8.720.

### 25.10. Aprovação das destinações nas cooperativas

As destinações das sobras das cooperativas centrais e singulares do Sicoob relativas ao exercício anterior ocorrem de acordo com a legislação em vigor e com os estatutos destas entidades até o fim de abril do exercício subsequente. Podem ser destinadas para compor fundo de reservas, Fates, constituição de reservas, aumento de capital e, ainda, serem distribuídas em conta corrente dos cooperados, líquidas de efeitos tributários.

As sobras do exercício anterior foram distribuídas em conta corrente dos cooperados no montante de R\$ 527.835. O saldo de sobras a distribuir tem o valor de R\$ 51.741.

### 25.11. Participação dos não-controladores

Refere-se ao saldo do patrimônio líquido dos fundos de investimento Sicoob Institucional e Sicoob Liquidez combinados em conformidade com a IN BCB Nº 272/2022 e correspondem às aplicações dos cotistas que não

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

integram o Sicoob. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da participação dos não-controladores era de R\$ 1.618.476.

### 25.12. Saldos das cooperativas incorporadas

Referem-se aos saldos patrimoniais das cooperativas incorporadas no período, e que são adicionados às correspondentes colunas representativas das posições na data em que foram incorporadas, quais sejam: capital social, as reservas e lucros acumulados. O saldo das cooperativas incorporadas no exercício foi de R\$ 311.351.

### 25.13. Saldos das cooperativas desfiliaadas

Referem-se aos saldos patrimoniais das cooperativas desfiliaadas no período, e que são retirados às correspondentes colunas representativas das posições na data da desfiliação, quais sejam: capital social, as reservas e lucros acumulados. O saldo das cooperativas desfiliaadas no exercício foi de R\$ 28.411.

## Nota 26 – Receitas operacionais

### 26.1. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Cobrança		265.451	523.273
Serviços de transações de pagamento		1.170.370	2.222.606
Antecipações de obrigações de transações de pagamento	(a)	161.183	484.647
Aluguel de Equipamentos de transações de Pagamentos		138.890	261.032
Prestação de serviços – Comissões	(b)	625.602	1.255.519
Taxa de administração de consórcios		343.849	706.517
Tarifas bancárias	(c)	751.581	1.459.460
Outras		229.176	523.834
<b>Total</b>		<b>3.686.102</b>	<b>7.436.888</b>

- (a) Referem-se às rendas de antecipação de recebíveis por transações de pagamento.  
 (b) Referem-se às rendas de comissões pela venda de serviços nas cooperativas.  
 (c) Referem-se às rendas de pacotes de serviços e tarifas bancárias.

### 26.2. Outras receitas operacionais

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas de cartões de crédito	(a)	231.201	751.268
Recuperação de encargos e despesas		260.934	449.794
Reversão de provisões operacionais		32.416	83.749
Atualização de depósitos judiciais		25.187	43.512
Adquirência		85.866	161.383
Variação cambial		33.223	51.194
Rendas de Aluguéis		3.373	6.967
Outras		35.286	47.215
<b>Total</b>		<b>707.486</b>	<b>1.595.082</b>

- (a) Referem-se preponderantemente às receitas com juros e multas sobre os saldos com cartão de crédito.

## Nota 27 – Despesas operacionais

### 27.1. Despesas de pessoal

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Honorários pagos a diretores e conselheiros		407.670	787.898
Proventos	(a)	2.232.190	4.312.709
Encargos sociais	(b)	813.403	1.592.750
Benefícios	(c)	984.444	1.849.224
Treinamentos		16.320	26.435
Remuneração a estagiários		21.259	41.830
<b>Total</b>		<b>4.475.286</b>	<b>8.610.846</b>

- (a) Referem-se, principalmente, aos salários, às horas extras e às provisões para 13º salário e férias.  
 (b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.  
 (c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 27.2. Despesas administrativas

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Água, energia e gás		50.020	103.370
Aluguéis		288.185	578.325
Comunicação		112.480	238.886
Manutenção e conservação		243.266	445.957
Material		38.589	71.861
Processamento de dados		448.175	846.554
Promoções e relações públicas		213.634	375.627
Propaganda e publicidade		175.334	292.997
Serviços do Sistema Financeiro	(a)	347.831	700.110
Viagens		57.511	107.050
Serviços de terceiros	(b)	202.942	374.796
Segurança e vigilância		191.291	378.980
Serviços técnicos especializados		311.662	564.953
Transporte		98.719	193.043
Seguros		31.490	63.199
Depreciação e amortização		411.356	788.029
Outras despesas administrativas	(c)	220.379	529.198
<b>Total</b>		<b>3.442.864</b>	<b>6.652.935</b>

- (a) Referem-se principalmente às despesas com serviços de compensação, emissão de talão de cheques, SPB, tarifas de processamento de COMPE, serviços prestados às bandeiras de cartão de crédito, taxas pagas aos órgãos fiscalizadores, dentre outros.
- (b) Refere-se preponderantemente à contratação de serviços de consultoria, serviços gerais – técnicos, serviços gráficos e serviços de consulta de proteção ao crédito.
- (c) Refere-se à diversas despesas das cooperativas e entidades combinadas, como exemplo, emolumentos judiciais e cartorários, lanches e refeições e despesas do Centro de Serviços Compartilhados.

### 27.3. Despesas tributárias

Composição	2º Semestre 2025	Exercício 2025
COFINS	116.489	221.367
PIS/PASEP	34.161	65.340
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	71.944	143.323
Tributos e taxas municipais e estaduais	16.952	31.433
Outros	23.904	39.294
<b>Total</b>	<b>263.450</b>	<b>500.757</b>

### 27.4. Outras despesas operacionais

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Serviços associados a transações de pagamento		809.441	1.752.069
Descontos concedidos		130.831	236.095
Contribuições a fundos diversos	(a)	249.669	347.381
Adquirência		13.971	30.924
Variação cambial		58.615	95.813
Dispêndios de assistência técnica, educacional e social	(b)	248.378	481.407
Outras		81.038	112.992
<b>Total</b>		<b>1.591.943</b>	<b>3.056.681</b>

- (a) São contribuições para diversos fundos: garantidor, de desenvolvimento, voluntários de investimentos sociais e de educação, de tecnologia da informação, de perdas operacionais e outros.
- (b) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade e aplicado nas despesas previstas para sua finalidade. Ao término do exercício, os valores de dispêndios com o FATES são revertidos para a conta de sobras ou perdas acumuladas, conforme disposto na Lei nº 5.764/1971.

### 27.5. Resultado não-operacional

Composição	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Lucro na alienação de valores e bens	(a)	37.331	68.444
Reversão de provisões não-operacionais		53.648	104.305
Outras rendas não operacionais		33.070	44.161
Prejuízo na alienação de valores e bens		(27.375)	(60.165)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(b)	(116.633)	(174.264)
Outras despesas não-operacionais		(36.276)	(55.330)
<b>Total</b>		<b>(56.235)</b>	<b>(72.848)</b>

- (a) Referem-se preponderantemente às receitas de ganho de capital com ativos não financeiros mantidos para venda.
- (b) Refere-se às despesas com desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda que foram recebidos em dação de pagamento de operações de crédito inadimplentes.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 28 – Transações com partes relacionadas

#### 28.1. Subsidiárias do Banco Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Banco Sicoob:

	Sicoob DTVM 31/12/2025	Sicoob PAR 31/12/2025	Sicoob Pagamentos 31/12/2025	Sicoob Consórcios 31/12/2025
<b>Ativo</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>268</b>
Valores a receber	35	-	-	268
<b>Passivo</b>	<b>11.076</b>	<b>6.492</b>	<b>778.762</b>	<b>522.551</b>
Depósitos à vista	5	1	25	428
Depósitos a prazo	11.071	6.491	718.177	522.123
Operações compromissadas	-	-	21.500	-
Valores a pagar – Transações de pagamentos	-	-	1.176	-
Valores a pagar	-	-	37.884	-
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Despesas</b>	<b>1.498</b>	<b>5.036</b>	<b>88.006</b>	<b>73.562</b>
Despesas de captação	1.498	5.036	87.200	73.562
Despesas administrativas	-	-	806	-
<b>Receitas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>167</b>	<b>2.984</b>
Receitas diversas	-	-	167	2.984

#### 28.2. Entidades integrantes do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações das cooperativas centrais, singulares, Sicoob Confederação e Unicoob Consórcios:

	31/12/2025
<b>Ativos financeiros</b>	<b>303.538.908</b>
Disponibilidades	22.894
Repasse interfinanceiros e operações de crédito	40.881.828
Títulos e valores mobiliários	29.396.461
Aplicações interfinanceiras de liquidez	100.169.234
Centralização financeira	133.068.491
<b>Outros ativos</b>	<b>1.954.659</b>
Outros	1.941.445
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	13.214
<b>Passivos financeiros</b>	<b>284.233.439</b>
Depósitos à vista e de poupança	23.121
Depósitos interfinanceiros	96.069.273
Depósitos a prazo	7.966.699
Operações compromissadas – carteira própria	5.559.029
Recursos de aceites e emissão de títulos	608.553
Repasse interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses	40.938.169
Centralização financeira	133.068.595
<b>Outros passivos</b>	<b>2.718.240</b>
Outros	2.718.240
	<b>31/12/2025</b>
<b>Receitas</b>	<b>23.778.906</b>
Repasse interfinanceiros e operações de crédito	1.764.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	9.279.379
Prestação de serviços	711.070
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	306.400
Outras receitas operacionais	11.717.671
<b>Despesas</b>	<b>(22.257.905)</b>
Captações	(10.202.049)
Operações com derivativos	-
Administrativas	(951.027)
Outras despesas operacionais	(11.104.829)

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 28.3. Fundos de investimento combinados

A seguir, estão apresentados os saldos das transações mantidas por centrais, singulares e Banco Sicoob em fundos de investimento combinados:

Fundos	31/12/2025			
	Operações compromissadas	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Receita
Minascoop – FI – RF – CP	5.288	-	15	947
Sicoob Institucional – FI – RF – CP	422.126	-	10	20.022
Sicoob Agências – FI Imobiliário	-	-	2	-
Sicoob Liquidez Master – RF – CP	934.131	4.415.825	2	319.472
Sicoob Cecresp – FI RF – CP	10.021	-	14	1.792
Sicoob ES – FI RF – CP	87.681	-	5	2.899
Minasverde – FIDC	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.459.247</b>	<b>4.415.825</b>	<b>48</b>	<b>345.132</b>

### 28.4. Remuneração paga aos administradores

O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A remuneração paga ou a pagar aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

Composição	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Honorários	408.326	788.927
Encargos sociais	92.899	184.769
<b>Total</b>	<b>501.225</b>	<b>973.696</b>

### 28.5. Transações com administradores

Composição	Nota	31/12/2025
Operações de crédito	(a)	5.398.265
Depósitos	(b)	7.343.010
Aplicações em LCA	(c)	1.534.806
Aplicações em LCI	(c)	9.851
Cotas de capital nas cooperativas	(d)	1.031.706
<b>Total</b>		<b>15.317.638</b>

(a) As taxas destas operações variam de 0,01% a 30% a.a. e os prazos variam até 360 meses.

(b) Incluem depósitos à vista, de poupança e a prazo (Recibos de Depósitos Cooperativos). Os depósitos a prazo têm remuneração pós-fixada e vinculada ao DI e não possuem prazos mínimos para que o recurso permaneça aplicado.

(c) Operações com taxas preponderantemente pós-fixadas vinculadas ao DI com prazos mínimos de aplicação de 90 dias, ao fim deste, o recurso está disponível para resgate.

(d) Saldos não sujeitos a prazos e taxas.

## Nota 29 – Outras informações

### 29.1. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Circular BCB nº 3.809/2016, o Banco Sicoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo.

### 29.2. Seguros (não auditado)

O Sicoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

### 29.3. Benefícios a empregados – previdência complementar

As entidades que integram o Sicoob são patrocinadoras da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida. As contribuições são reconhecidas como despesa no resultado do período.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025, contava com 29.682 participantes ativos, cuja contribuição consolidada para o Sicoob Previ totalizou R\$ 56.223.

### 29.4. Participação nos lucros e resultados

O Sicoob oferece aos funcionários participação nos resultados, calculada conforme acordos coletivos de trabalho que regem as entidades integrantes do Sistema. No semestre foram reconhecidos como despesa, o montante de R\$ 346.566 e no exercício de 2025 o valor totalizou R\$ 559.396.

## Nota 30 – Limites operacionais – Acordo de Basileia

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 2021, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, devem calcular e manter patrimônio de referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, sendo obrigatória a observância de cada ente do Sistema aos dispositivos contidos nas referidas resoluções.

## Nota 31 – Gerenciamento centralizado de riscos e de capital do Sicoob

### 31.1. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, nas estratégias, nos processos e nos limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, risco cibernético, gestão de continuidade de negócios, social, ambiental e climático e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

#### 31.1.1. Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### 31.1.2. Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- (a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- (b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- (c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- (d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- (e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- (f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- (g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- (h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- (i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- (j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- (l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- (m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- (n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 31.1.3. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, além de ser proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado e de variação das taxas de juros, com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom, RWAdrc e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. No processo de gerenciamento do risco são utilizadas as abordagens de valor econômico e resultado da intermediação financeira.

- (a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
- (b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, aos comitês e à alta administração que evidenciem, no mínimo:

- (a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- (b) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas do Banco Central do Brasil – BCB;
- (c) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- (d) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- (e) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- (f) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- (g) testes de estresse;

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS.

### 31.1.4. Risco de liquidez

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- (a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, aos comitês e à alta administração que evidenciem, no mínimo:
  - limite mínimo de liquidez;
  - fluxo de caixa projetado;
  - aplicação de cenários de estresse;
  - definição de planos de contingência.
- (b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- (c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- (d) existência de plano de contingência, que contenha as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazos, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado do Sicoob.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, mensalmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

### 31.1.5. Riscos social, ambiental e climático

As diretrizes para gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são realizadas com os objetivos de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

Para a classificação da exposição das operações de crédito aos riscos social, ambiental e climático – RSAC, o Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e as diretrizes, visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos sociais, aos riscos ambientais e aos riscos climáticos.

- **Risco social:** O processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando e mensurando os impactos positivos, negativos e eventuais perdas que possam afetar a reputação do Sicoob.
- **Risco ambiental:** O processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.
- **Risco climático:** O processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática e na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob e na contratação de fornecedores, seguindo os critérios de elegibilidade e avaliação, desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

### 31.1.6. Risco cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados à segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente digital.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são conduzidos diagnósticos periódicos da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, permitindo a avaliação da eficácia dos controles e o direcionamento estratégico das ações de mitigação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, a cada dois anos. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

### 31.2. Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- (a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- (b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- (c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes de descontinuidade;
- (d) implementação das estratégias (execução das ações definidas, com especificação clara do que fazer, do responsável e do prazo para execução) para o gerenciamento de incidentes adversos que possam gerar interrupção de processo ou atividade considerada crítica;
- (e) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, infraestruturas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- (f) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- (g) análise das ações e dos procedimentos que garantam a continuidade de negócios em situação de contingência, observando o que funcionou e o que precisa ser aprimorado para evitar falhas futuras, providenciando as correções necessárias.

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para a identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim, resguardar o negócio, de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, revisados e testados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios, contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em um nível aceitável de funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO), Plano de Emergência (PEM) e plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

## Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 31.3. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das entidades do Sicoob é um processo contínuo e de natureza prospectiva, com o objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, alinhado aos objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes que orientam o monitoramento e controle contínuo do capital estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as entidades do Sicoob aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao Centro Cooperativo Sicoob (CCS) identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de modo a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades do Sicoob. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, às principais fontes de capital e ao plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

\* \* \*

# Composição dos órgãos da Administração

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

---

## Conselho de Administração

---

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente

Aifa Naomi Uehara de Paula

Bento Venturim

Carlos Augusto de Macedo Chiaraba

Clidenor Gomes Filho

Felipe Magalhães Bastos

Ivo Azevedo de Brito

Jean Rodrigues

João Batista Bartoli de Noronha

José Evaldo Campos

Luiz Gonzaga Viana Lage

Marcelo Martins

Oberdan Pandolfi Ermita

Rui Schneider da Silva

---

## Diretoria

---

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente

Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor

Ênio Meinen – Diretor

Francisco Silvío Reposse Junior – Diretor

Janderson de Miranda Facchin – Diretor

Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor

Rubens Rodrigues Filho – Diretor

---

## Contador

---

Primo João Cracco

CRC-SP 149.703/O-2